



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E CONTROLADORIA

CLARA SUZANA CARDOSO BRAGA

**ABORDAGEM DAS CAPACIDADES COMO MEIO PARA MENSURAÇÃO DA  
CRIAÇÃO DE VALOR SOCIAL NA AÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS SOCIAIS**

FORTALEZA  
2020

CLARA SUZANA CARDOSO BRAGA

ABORDAGEM DAS CAPACIDADES COMO MEIO PARA MENSURAÇÃO DA  
CRIAÇÃO DE VALOR SOCIAL NA AÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS SOCIAIS

Tese apresentada a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Administração e Controladoria. Área de concentração: Organizações, Estratégia e Sustentabilidade

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Lázaro da Silva Filho.

FORTALEZA  
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- B793a Braga, Clara Suzana Cardoso.  
ABORDAGEM DAS CAPACIDADES COMO MEIO PARA MENSURAÇÃO DA CRIAÇÃO DE VALOR SOCIAL NA AÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS SOCIAIS / Clara Suzana Cardoso Braga. – 2021.  
158 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, Fortaleza, 2021.  
Orientação: Prof. Dr. José Carlos Lázaro da Silva Filho.
1. Valor social. 2. Bem-estar social. 3. Capacidades. 4. Empreendedorismo social. 5. Abordagem das capacidades. I. Título.

CDD 658

---

CLARA SUZANA CARDOSO BRAGA

ABORDAGEM DAS CAPACIDADES COMO MEIO PARA MENSURAÇÃO DA  
CRIAÇÃO DE VALOR SOCIAL NA AÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS SOCIAIS

Tese apresentada a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Administração e Controladoria. Área de concentração: Organizações, Estratégia e Sustentabilidade.

Aprovada em: \_\_/\_\_/2020

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. José Carlos Lázaro da Silva Filho (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Daniel Barboza Guimaraes  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Tereza Cristina Batista de Lima  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Jose Milton de Sousa Filho  
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

---

Prof. Dr. Edson Sadao Iizuka  
Centro Universitário da Fundação Educacional Inaciana Pe. Sabóia de Medeiros (FEI)

## RESUMO

Considerando o papel do Empreendedorismo Social na busca pela minimização dos problemas sociais, registra-se a relevância de meios eficientes para a mensuração de seus resultados sociais, em especial a criação de valor social, esta entendida como mudanças no bem-estar das pessoas. A abordagem proposta pelo economista Amartya Sen proporciona uma perspectiva multidimensional do conceito de bem-estar, não limitado apenas ao desenvolvimento econômico, visto que de acordo com seus pressupostos, a abordagem das capacidades opera em dois níveis: no nível de bem-estar realizado, que é medido pelas efetivações, e o nível de bem-estar potencial ou viável, que é medido por capacidades, considerada como um conjunto de efetivações. Esta pesquisa tem como objetivo propor uma ferramenta para medir a Criação de Valor Social por Empreendimentos Sociais – Empreendimentos Sociais, baseado na “Abordagem das Capacidades de Sen” (Sen's Capability Approach). E, para atendimento ao objetivo da pesquisa, realizou-se um survey, com uma amostra de 174 beneficiários de 4 Empreendimentos Sociais – Empreendimentos Sociais, cujos perfis são i) adultos em situação de rua na cidade de Fortaleza; ii) jovens residentes em áreas rurais do Ceará; iii) crianças e adolescentes e situação de vulnerabilidade social e iv) mulheres em situação de vulnerabilidade social. Utilizou-se a abordagem das capacidades de Amartya Sen, por meio da ferramenta de Anand *et al.* (2011), para mensuração do nível de bem-estar dos beneficiários das Empreendimentos Sociais. Os resultados indicam que a ferramenta de pesquisa traduzida para o português, a partir da análise fatorial, teve novo modelo sugerido, excluindo-se 11 variáveis e sendo remodelada de 10 *construtos* no modelo de Anand *et al.* (2011) para 4 *construtos*: [1] Afiliação; [2] Controle sobre o ambiente; [3] Segurança Física e Emocional e [4] Trabalho. Verificou-se ainda que quão maiores os valores relacionados aos traços de personalidade *Extroversão* e a *Experiências Passadas Positivas* maior a percepção de bem-estar dos respondentes e em contraponto, quanto maior os valores relacionados aos traços de personalidade *Estabilidade Emocional*, menor a percepção de bem-estar dos respondentes. Os testes de média indicaram sensibilidade da ferramenta de pesquisa a percepção de capacidades e bem-estar entre diferentes grupos socioeconômicos, diferenças estas fundamentadas na literatura acerca da discriminação e violência vivida pelas pessoas em situação de rua; estudos sobre direitos civil de crianças e adolescentes e estudos sobre violência de gênero.

**Palavras-chave:** Valor social. Bem-estar social. Capacidades. Empreendedorismo social. Abordagem das capacidades.

## ABSTRACT

Considering the role of Social Entrepreneurship in the search for minimizing social issues, the relevance of efficient means for measuring their social results, especially the creation of social value, is understood as changes in people's well-being. Amartya Sen provides a multidimensional perspective of the concept of well-being, not limited to economic development alone, since, according to his assumptions, the capability approach operates at two levels: at the level of well-being achieved, which is measured by functionings (achievements/effectuation), and the level of potential or viable well-being, which is measured by capabilities (set of achievements/effectuation). This research aims to propose a tool to measure Creation of Social Value by Social Entrepreneurship, based on Sen's Capabilities Approach. In order to meet the research objective, a survey was carried out with a sample of 214 beneficiaries of 4 Social Enterprises: i) homeless adults in the city of Fortaleza; ii) young people living in rural areas of the state of Ceará; iii) children and adolescents in a context of social vulnerability and iv) women in a context of social vulnerability. Amartya Sen's capability approach was used, through applying the assessment tool by Anand *et al.* (2011), to measure the level of well-being of beneficiaries of Social Enterprises. The results indicate that the research tool translated into Portuguese, based on factor analysis, had a new model suggested, with the exclusion of 11 variables and being remodeled from the 10 constructs in the model by Anand et al (2011) to 4 constructs: [1] Affiliation; [2] Control over the environment; [3] Physical and Emotional Security and [4] Work. It was also found that the higher the values related to personality traits Extroversion and Positive Past Experiences, the greater the respondents' perception of well-being and, on the other hand, the higher the values related to personality traits Emotional Stability, the lower the respondents' perception of well-being. The average tests indicated the research tool's sensitivity to the perception of capabilities and well-being between different socioeconomic groups, differences based on the literature about discrimination and violence experienced by people in a context of homelessness; studies on the civil rights of children and adolescents and studies on gender violence.

**Keywords:** Social value. Social well-being. Capabilities. Social entrepreneurship. The capabilities approach.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Lacunas da literatura da criação de valor social e objetivos específicos de pesquisa.....	24
Quadro 2 – Definições de empreendedorismo social .....	27
Quadro 3 – Modelo de mensuração do desempenho de empreendimentos sociais de Arogyaswamy (2017) .....	36
Quadro 4 – Ferramentas para medição do impacto de empresas sociais (WBCSD, 2013)...	38
Quadro 5 – Métricas do catálogo do IRIS .....	38
Quadro 6 – Definições/entendimento do conceito valor social .....	47
Quadro 7 – Perspectivas de análise da criação do valor social.....	48
Quadro 8 – Cronologia de modelos de criação de valor social seus outcomes e impactos ...	64
Quadro 9 – Liberdades Instrumentais .....	69
Quadro 10 – Capacidades humanas centrais conforme Nussbaum (2003).....	71
Quadro 11 – Aplicação da abordagem da capacidades.....	78
Quadro 12 – Capacidades e questões relacionadas.....	105
Quadro 13 – Programas e projetos sociais da Agência de Desenvolvimento Econômico Local (ADEL).....	108
Quadro 14 – Programas e projetos sociais do Instituto Maria da Hora (IMH).....	112
Quadro 15 – Escala de bem-estar social para empreendimentos sociais .....	126
Quadro 16 – Métodos utilizados e principais resultados .....	139
Quadro 17 – Lacunas da literatura da criação de valor social e objetivos específicos de pesquisa.....	154
Quadro 18 – Roteiro de entrevista .....	156
Quadro 19 – Objetivos para o desenvolvimento sustentável.....	157
Quadro 20 – Capacidades essenciais (NUSSBAUM, 2003) .....	157

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo conceitual de empreendedorismo social de Brouard (2006) .....	51
Figura 2 – Modelo de empreendedorismo social de Perrini e Vurro (2006) .....	53
Figura 3 – Modelo de empreendedorismo social de Austin, Stevenson e Wei-Skillern (2006).....	54
Figura 4 – Modelo de criação de valor do empreendedorismo social de Auerswald (2009).	57
Figura 5 – Modelo de empreendedorismo social de Dardour (2012) .....	59
Figura 6 – Modelo de criação de valor social de Altinay, Sigala e Waligo (2016) .....	61
Figura 7 – Modelo de criação de valor de Hlady-Rispal e Servantie (2018).....	62
Figura 8 – Diagrama de influencias na percepção das capacidades.....	87
Figura 9 – Articulação conceitual da proposta de mensuração da criação de valor social ....	90
Figura 10 – Proposta metodológica.....	96

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Afiliação: média por perfil de respondente .....	131
Gráfico 2 – Controle sobre o ambiente: média por perfil de respondente.....	132
Gráfico 3 – Segurança física e emocional: média por perfil de respondente .....	134
Gráfico 4 – Trabalho: média por perfil de respondentes .....	136
Gráfico 5 – Liberdade/bem-estar: média por perfil de respondente.....	138

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Análise fatorial confirmatória.....	115
Tabela 2 – Teste <i>Kayser, Meyer, Olkin</i> (KMO) e teste de esfericidade de Bartlett .....	117
Tabela 3 – Resultado da análise paralela utilizando-se a simulação tipo monte-carlo.....	121
Tabela 4 – Análise fatorial exploratória .....	121
Tabela 5 – Teste de confiabilidade .....	123
Tabela 6 – Estatística de item: fator 1: afiliação .....	123
Tabela 7 – Estatística de item: fator 2: controle sobre o ambiente.....	124
Tabela 8 – Estatística de item: fator 3: segurança física e emocional .....	124
Tabela 9 – Estatística de item: fator 4: trabalho .....	125
Tabela 10 – Sumário do modelo de regressão .....	128
Tabela 11 – Coeficientes de regressão entre índice de bem-estar social e variáveis de traços de personalidade, experiências passadas e sociodemográficas.....	129
Tabela 12 – Análise de Variância (ANOVA) capacidade afiliação .....	131
Tabela 13 – Controle sobre o ambiente: ANOVA .....	133
Tabela 14 – Segurança física e emocional: ANOVA .....	134
Tabela 15 – Trabalho: ANOVA .....	136
Tabela 16 – Liberdade/bem-estar: ANOVA.....	138

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADEL	Agência de Desenvolvimento Econômico Local
ANOVA	Análise de Variância
AROPR	Risco de Pobreza Baseada na Renda
CCPOP	Projeto Centro de Vivência Popular
CFA	Análise Fatorial Confirmatória
CFI	Índice de Ajuste Comparativo
CIEDS	Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável
CPF	Certificado de Pessoa Física
CTIS	Projeto Centros Integrados de Tecnologia
EUA	Estados Unidos da América
GFI	Índice de Qualidade de Ajuste
GIIN	<i>Global Impact Investing Network</i>
GLLAMM	<i>Generalized Linear Latent And Mixed Models</i>
GPDH	Grupo de Participação e Desenvolvimento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICE-CAP-A	<i>ICEpop CAPability for Adults</i>
IFI	<i>International Financial Institution</i>
IMH	Instituto Maria da Hora
INOS	Grupo de Pesquisa de Inovação Social
KMO	<i>Kayser, Meyer, Olkin</i>
MAP	<i>Minimum Avarage Partial</i>
OCS	Organizações da Sociedade Civil
ONG	Organização Não Governamental
OS	Organização Social
OSC	Organização da Sociedade Civil
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PIB	Produto Interno Bruto
PMS	<i>Performance Measurement Systems</i>
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PSBH	Estudo de Painel de Famílias Belgas
RMSEA	Raiz do Erro Quadrático Médio de Aproximação
SDL	Lógica Dominante do Serviço

SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
STDS	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
SVI	<i>Social Value International</i>
SVP	Proposta de Valor Social
WBCSD	<i>World Business Council for Sustainable Development</i>

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>EMBASAMENTO TEÓRICO</b> .....	<b>26</b>
<b>2.1</b>	<b>Empreendedorismo social</b> .....	<b>26</b>
<b>2.2</b>	<b>Mensuração do desempenho dos empreendimentos sociais</b> .....	<b>29</b>
<b>2.3</b>	<b>Valor social</b> .....	<b>42</b>
<b>2.3.1</b>	<i>Valor social</i> .....	<b>46</b>
<b>2.3.2</b>	<i>Modelos de criação de valor social pelos empreendimentos sociais</i> .....	<b>51</b>
<b>2.4</b>	<b>Abordagem das capacidades de Amartya Sen</b> .....	<b>66</b>
<b>2.4.1</b>	<i>Aplicação prática da abordagem das capacidades</i> .....	<b>78</b>
<b>2.4.2</b>	<i>Medida de bem-estar de Paul Anand et al. (2011)</i> .....	<b>85</b>
<b>3</b>	<b>PROPOSTA CONCEITUAL DE MEDIÇÃO DA CRIAÇÃO DO VALOR SOCIAL POR EMPREENDIMENTOS SOCIAIS A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CAPACIDADES DE AMARTYA SEN</b> .....	<b>90</b>
<b>4</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>94</b>
<b>4.1</b>	<b>Enquadramento metodológico</b> .....	<b>94</b>
<b>4.2</b>	<b>Proposta metodológica</b> .....	<b>96</b>
<b>4.2.1</b>	<i>Amostra</i> .....	<b>98</b>
<b>4.2.2</b>	<i>Ferramenta de pesquisa</i> .....	<b>100</b>
<b>4.2.3</b>	<i>Análise estatística</i> .....	<b>103</b>
<b>5</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS SOCIAIS PESQUISADOS</b> .....	<b>108</b>
<b>5.1</b>	<b>Agência de Desenvolvimento Econômico Local (ADEL)</b> .....	<b>108</b>
<b>5.1.2</b>	<i>Programas sociais: ADEL</i> .....	<b>108</b>
<b>5.2</b>	<b>Instituto Maria da Hora (IMH)</b> .....	<b>111</b>
<b>5.2.1</b>	<i>Programas sociais: IMH</i> .....	<b>112</b>
<b>5.3</b>	<b>Social Brasilis Programas Educacionais e Corporativos</b> .....	<b>112</b>
<b>6</b>	<b>RESULTADOS DA PESQUISA</b> .....	<b>114</b>
<b>6.1</b>	<b>Análise fatorial confirmatória</b> .....	<b>115</b>
<b>6.2</b>	<b>Análise fatorial exploratória</b> .....	<b>117</b>
<b>6.2.1</b>	<i>Análise Fatorial com extração de 10 fatores</i> .....	<b>118</b>
<b>6.2.2</b>	<i>Métodos para definição do melhor número de fatores a serem extraídos</i> .....	<b>120</b>
<b>6.2.3</b>	<i>Definições dos resultados das análises fatoriais</i> .....	<b>126</b>

<b>6.3</b>	<b>Regressão linear: relação entre bem-estar e variáveis sociodemográficas .....</b>	<b>127</b>
<b>6.4</b>	<b>Índice de bem-estar social/liberdade .....</b>	<b>129</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>141</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>144</b>
	<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO .....</b>	<b>154</b>
	<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS DOS EMPREENHIMENTOS SOCIAIS .....</b>	<b>156</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As nações, em menor ou maior grau, registram problemas sociais – desigualdade de distribuição de renda, questões de mortalidade, criminalidade, discriminação de gênero entre outros – e ambientais – poluição ambiental, escassez de recursos – decorrentes de externalidades negativas dos seus sistemas econômicos.

Mair (2010) afirma que em muitos lugares deste planeta, as instituições econômicas, sociais e políticas que são projetados para atender às necessidades básicas e aos direitos dos indivíduos na sociedade estão falhando em servir grandes segmentos da população.

Como resultado, milhões de pessoas permanecem marginalizadas, trancadas em um sistema informal que não garante o direito de ser remunerado de forma justa, ser tratado de forma igual ou acessar educação e serviços de saúde, levando muitas vezes a situações de pobreza crônica. Dados do Banco Mundial indicam que quase metade da população mundial ainda luta para satisfazer as necessidades básicas (BANCO MUNDIAL, 2018).

Neste contexto, “o empreendedorismo social consolida-se como alternativa para transfigurar a realidade social das pessoas que vivem à margem da sociedade, seja pela globalização paradoxal, ineficiência do poder público ou de instituições de setor” (SOUSA; NETO, 2019, p. 210).

Diante de um cenário em que o desenvolvimento do Empreendedorismo Social e o campo onde empreendedores sociais atuam e empreendimentos sociais se desenvolvem, pode ser visto como uma resposta a um problema posto: redução de despesas do Estado, evolução familiar e problemas sociais em geral – exclusão, pobreza, envelhecimento da população etc, ou seja, a crise do Estado de bem-estar social.

Austin, Stevenson e Wei-Skillern (2006) definem empreendedorismo social como uma atividade de criação de valor social inovadora que pode ocorrer dentro dos setores sem fins lucrativos, empresariais ou governamentais. Em que o empreendedor social investe em setores que são negligenciados tanto pelo setor de mercado – por proporcionar baixa rentabilidade – e pelo setor público, que, em um contexto de austeridade orçamentária, está buscando reduzir seus gastos (BOUTILLIER, 2009).

Comini, Barki e Aguiar (2012) apresentam as diferenças e semelhanças entre as escolas ou abordagens de empreendedorismo social – Europeia, Anglo-saxã e Latino Americana – ao que neste estudo, busca-se aproximação ao ponto de vista norte-americano, onde o conceito de Empreendimentos Sociais inclui qualquer atividade empreendedora que engloba impacto e valor social por meio de suas atividades. Tais empresas podem assumir diferentes formas legais: corporações, sociedades limitadas e organizações sem fins lucrativos (KERLIN, 2006).

Na percepção dos autores Noruzi, Westover e Rahimi (2010) o empreendimento social tornou-se um tópico comum de discussão na mídia e em campus universitários. E as razões por trás da popularidade do empreendedorismo social são muitas, em especial porque há algo inerentemente interessante e atraente sobre os empreendedores e as histórias de porque e como eles fazem o que fazem.

Tomando como ponto de partida importância do fenômeno empreendedorismo social, no contexto histórico e socioeconômico atual, buscou-se compreender a amplitude dos estudos sobre o tema, em especial, as lacunas identificadas pelos autores que se debruçam sobre o entendimento deste fenômeno.

O empreendedorismo social evoluiu de um período inicial de crescimento explosivo, durante o qual a pesquisa centrou-se nas características organizacionais e fundadoras, até uma etapa que testemunhou o surgimento de instituições que facilitam a formação e crescimento do empreendedorismo social (FERRI; URBANO, 2011). Atualmente, enquanto a expansão no número e escopo de empreendimentos sociais continua, há também um esforço conjunto em andamento para verificar se as empresas sociais estão tendo o desempenho esperado (AROGYASWAMY, 2017).

Sassmannshausen e Volkmann (2013) em sua pesquisa bibliométrica, identificaram, na amostra de 124 artigos analisados que apenas 12% tratam da temática de medir o impacto social, a criação de valor social, o desempenho e outras consequências da empresa social ou do empreendedorismo social. Carmona e outros (2018) em seu estudo bibliométrico, ressaltam como temáticas indicadas para pesquisas futuras dentro dos estudos de empreendedorismo social: formas de melhor determinar o impacto real de um empreendimento social.

Para empreendedores de negócios de mercado, existem métodos bem estabelecidos para medir o valor (econômico) que é criado, métodos estes baseados em taxas de preço, lucro e similares (EL EBRASHI, 2013). A mensuração dos resultados financeiros, entende-se que a literatura das ciências contábeis, atuárias e financeira já tem estabelecido um arcabouço metodológico que padroniza a contabilização destes resultados de forma socialmente aceita pelos diversos *stakeholders*.

Os empreendedores de negócios de mercado e seus financiadores, apropriadamente, têm uma preocupação central sobre o retorno financeiro que obterão do empreendimento e, assim, focarão na avaliação da empresa e na distribuição de capital do negócio. Para os investidores em empreendedorismo social, muito mais incerteza está envolvida no negócio, devido ao fato de que não há um fator único, como lucros ou retornos de investimentos, que alinhe os interesses e ações das várias partes envolvidas (AUSTIN *et al.*, 2006).

No nível macroeconômico, avaliar o valor agregado gerado por esses esquemas (empreendimentos sociais, ONGs) usando ferramentas econômicas tradicionais é problemático. No nível microeconômico, a avaliação é dificultada pela falta de medidas de desempenho, como as tão conhecidas ferramentas de análise financeira, como o retorno sobre o patrimônio líquido, que são amplamente utilizados no setor privado (LEADBEATER, 1997).

A precisão na quantificação ou mensuração do resultado social é complicada devido à natureza do fenômeno social, à multicausalidade dos fatores subjacentes e à longa manifestação temporal, entre outros fatores (AUSTIN *et al.*, 2006).

Para Arena, Azzone e Bengo (2015) as dificuldades de adaptabilidade das ferramentas e instrumentos disponíveis, hoje, para captar o desempenho das organizações, deve-se a algumas características dos Empreendimentos Sociais, tais:

- a) definição das Dimensões de desempenho a serem monitoradas, isso coloca algumas questões metodológicas, como a inclusão do chamado valor social, que precisam ser definidas em um nível conceitual e traduzido em termos mensuráveis;
- b) restrições de Recursos, os gerentes de Empreendimentos Sociais têm restrições de tempo e recursos limitados para coletar e analisar dados que devem alimentar Sistemas de Monitoramento de Performance;

- c) pouca evidência empírica de que as ferramentas de medição de desempenho tenham algum impacto nas práticas de negócios reais dos Empreendimentos Sociais, devido em particular à natureza parcial e contextual de um conjunto particular de medidas, que reflete a sensibilidade de um grupo específico de pessoas/atores.

Considerando o Ciclo de Vida dos Empreendimentos Sociais, Leadbeater (1997) destaca que quanto mais madura maior a necessidade de avaliação do desempenho do trabalho, por vários motivos:

- a) ampliação dos “contratos” e necessidade de ter condições de realizar as entregas comprometidas;
- b) construção de uma reputação a partir da apresentação dos resultados do trabalho;
- c) prestar contas com clientes, doadores, voluntários e comunidade os resultados do trabalho;
- d) fundamentar a gestão de informações sobre a necessidade de reestruturação da organização para atendimento as metas;
- e) aumentar as chances de captação de recursos pela transparência na apresentação dos resultados aos possíveis investidores/financiadores.

Em termos de eficiências, muitos empreendimentos sociais podem evitar o monitoramento rigoroso encontrado nos setores cujo foco é a geração de lucros, mas é importante assegurar que as medidas apropriadas de desempenho sejam adotadas.

O desafio de avaliar os resultados dos empreendimentos sociais, pode ser motivo de frustração para as partes interessadas no setor social, devido à ausência de uma ferramenta para avaliar e divulgar os resultados sociais que cada projeto obtém.

Brouard, Larivet e Sakka (2010) entendem que um dos caminhos possíveis é a parceria dos Empreendimentos Sociais com Universidades e empresas a fim de desenvolver ferramentas de avaliação, tanto do impacto de suas iniciativas, como para mensuração da performance de seus projetos.

As métricas relacionadas à lucratividade ou ao retorno sobre o investimento são padrões relativamente simples pelos quais as oportunidades e o desempenho organizacional são

avaliados. No entanto, a ausência de métricas de avaliação dos resultados sociais, impossibilita a responsabilização dos empreendedores sociais sobre os seus resultados (ZAHRA *et al.*, 2009).

Assim, o desenvolvimento de instrumentos de mensuração quantitativa no Empreendedorismo Social é um dos desafios de pesquisa mais atuais (SASSMANNSHAUSEN; VOLKMANN, 2013).

A literatura apresenta algumas propostas de mensuração do desempenho dos Empreendimentos Sociais, dentre as mais conhecidas: *Blended Value*, *Double Bottom Line* e Social Retorno sobre Investimento. Arena, Azzone e Bengo (2015) afirmam que apesar da evolução de diferentes ferramentas e instrumentos capazes de captar uma variedade de dimensões de desempenho, a adaptabilidade dessas abordagens aos Empreendimentos Sociais parece limitada, devido a algumas características específicas dessas organizações. Entende-se, desta forma, que até o momento nenhuma métrica – acadêmica ou comercial – proposta foi efetivamente reconhecida como tradutora do desempenho dos Empreendimentos Sociais para os diversos *stakeholders* (ÁVILA *et al.*, 2016).

E, esta medição, deve transcender apenas os resultados econômicos, mas oferecer uma medida do desempenho quanto a criação de valor social, que é o principal objetivo do empreendimento social (ABU-SAIFAN, 2012; AUSTIN *et al.*, 2006; BOUTILLIER, 2008; DEES, 2001; GAIOTTO, 2016; GUNDRY *et al.*, 2011; HULGARD, 2010; JANSSEN *et al.*, 2012; KATO *et al.*, 2017; MAIR; MARTI, 2006; MARTI; OSBERG, 2007; MEDEIROS *et al.*, 2017; MOSS *et al.*, 2008; PINTO *et al.*, 2016; ROSOLEN *et al.*, 2014; SEELOS; MAIR, 2004).

O impacto da missão das empresas sociais ou empreendimentos sociais é a transformação social, não a criação de riqueza. Portanto, “a transformação da realidade social é a medida de avaliação dos empreendedores sociais” (LEAL, 2014, p. 40). Urge estabelecer medidas de desempenho dos Empreendimentos Sociais que analisem além dos resultados econômicos.

Algumas questões são relevantes para os estudos relacionados a métricas de medida de desempenho dos Empreendimentos Sociais:

- a) Existência de métricas de medição do desempenho – como se pode medir a criação de valor social (AUSTIN *et al.*, 2006; IIZUKA *et al.*, 2014);

- b) Necessidade de comunicação do desempenho – como os empreendedores podem comunicar melhor a proposição de valor social para diferentes partes interessadas (AUSTIN *et al.*, 2006);
- c) Ausência de uma medida sintética e universal de criação de valor social – definição de uma medida universal (que se adeque a qualquer tipo de Empreendimento social) e que atenda às necessidades de informação dos diferentes *stakeholders* (ARENA, *et al.*, 2015; AUSTIN *et al.*, 2006)
- d) Definição de dimensões temporais do valor social - definir a dimensão de tempo do conceito – “seria valor criado um estado momentâneo ou se refere a um intervalo de tempo?” (LEAL, 2014, p. 11)
- e) Apropriação do valor – necessidade de compreender se há diferenças entre a criação de valor e a apropriação de valor (LEAL, 2014).

Embora seja difícil avaliar o desempenho de um Empreendimento Social, o desenvolvimento de mecanismos que ajudem a solucionar esta questão representa uma tarefa importante no estabelecimento da legitimidade do empreendedorismo social como área de pesquisa acadêmica (MAIR; MARTÍ, 2006).

Diversos pesquisadores (ALTINAY *et al.*, 2016; AUERSWALD, 2009; AUSTIN *et al.*, 2006; BROUARD, 2006; DARDOUR, 2012; HLADY-RISPAL; SERVANTIE, 2018; PERRINI; VURRO, 2006) destacam que os Empreendimentos Sociais têm a partir da realização de suas atividades a) resultados financeiros que podem estar relacionadas a sustentabilidade e geração de lucros e b) *outcomes* sociais: criação de valor social e impacto social.

A literatura utiliza diversas nomenclaturas para definir o objetivo dos empreendimentos sociais: **Valor Social** (ABU-SAIFAN, 2012; ABOUTILLIER, 2008; DEES, 2001; GAIOTTO, 2016; GUNDRY *et al.*, 2011; HULGARD, 2010; JANSSEN *et al.*, 2012; MAIR; MARTI, 2006; MARTI; OSBERG, 2007; MEDEIROS *et al.*, 2017; MOSS *et al.*, 2008; PINTO *et al.*, 2016; ROSOLEN *et al.*, 2014; SEELOS; MAIR, 2004; USTIN *et al.*, 2006), **Impacto Social** (ACHLEITNER *et al.*, 2009; ARENA *et al.*, 2015; AROGYASWAMY, 2017; BOUTILLIER, 2008; IIZUKA *et al.*, 2014; OLIVEIRA, 2004) e **Outcome** (AROGYASWAMY, 2017).

Contudo, esclarece a *Social Value International* (SVI), (2019) que *Social Outcomes* são os resultados esperados de um empreendimento social, estes que podem ser de 02 tipos: a) uma mudança para as pessoas, em sua vida, em seu bem-estar, reconhecido como Valor Social e b) uma mudança atribuída a atividade, resultados positivos pretendidos, definidos como Impacto Social.

As dificuldades que os empreendimentos sociais têm na avaliação de seu sucesso são mais que mero tecnicismo (KATO *et al.*, 2017; LEADBEATER, 1997), mas remete a questões filosóficas, apresentadas pela axiologia que, quanto ao escopo metodológico, surgem-nos duas questões centrais: Os valores podem ser detectados/captados? De que maneira isso poderia ser feito? (LUCAS; PASSOS, 2015).

Quanto a mensuração dos *outcomes* sociais, percebe-se ainda uma ampla discussão acadêmica. Contudo, considerando o fenômeno pesquisado – Empreendedorismo Social – que tem estabelecido pela literatura como seu principal objetivo a criação de valor social.

A criação de valor social é percebida como um aspecto multifacetado e ambíguo do empreendedorismo social que é complexo para medir e compreender (HLADY-RISPAL; SERVANTIE, 2018).

É difícil avaliar o que o valor social realmente implica e quais atividades e projetos podem ser considerados como criando valor social. Além disso, a dificuldade inerente ao medir o valor social acrescenta ainda a ambiguidade do conceito de criação de valor social (CHOI; MAJUMDAR, 2014; KATO *et al.*, 2017).

Assim as dificuldades de mensuração da criação de valor social, inicia-se pela ausência de padronização deste termo e ultrapassando as limitações conceituais, confronta-se com a realidade prática relacionada a dificuldade de determinar se um empreendedor social está criando valor social suficiente para justificar os recursos utilizados para criar esse valor. (DAVIS, 2002; DEES, 2001) A sobrevivência ou o crescimento de um empreendimento social não é prova de sua eficiência ou eficácia em seu objetivo de melhorar as circunstâncias sociais, mas somente um indicador (DAVIS, 2002).

Leadbeater (1997) destaca que, para analisar a perspectiva da criação de valor, talvez o argumento mais importante seja hipotético: o que teria acontecido se os projetos de um empreendimento social não tivessem se desenvolvido?

Santos (2012) reforça ainda a importância desta mensuração da geração de valor social, para criação de uma teoria positiva de Empreendedorismo Social.

Isso posto, compreende-se como ponto de partida para a proposição de métricas para criação de valor social é compreender o que é valor social. Para tanto, inicialmente recorre-se aos estudos da Sociologia, por meio dos trabalhos de Schwartz (2006) que apresenta uma hierarquia social dos valores, dos 10 valores socialmente aceitos, onde destacam-se que os 3 que enquadraram-se nos níveis mais elevados: primeiro, a Benevolência relacionada a valorização do bem-estar daqueles que são próximos a nós; segundo valor é Universalismo que representa a valorização do bem-estar de todos os seres humanos e preservação da natureza e terceiro valor, na hierarquia social de valores tem-se a Autonomia representada pela liberdade e capacidade de buscar o bem-estar pessoal.

Derivando da análise da literatura sobre valor social, especialmente, o alinhamento desta definição a proposta de hierarquia social de valores de Schwartz (2006). Entende-se que a criação deste tem como definição mais consistente quando é entendida como as mudanças no bem-estar dos indivíduos (SOCIAL VALUE UK, 2018).

Auerswald (2009) indica a possibilidade de avaliação da criação do Valor Social a partir da Abordagem das Capacidades de Sen, afirmando que o autor amplia fundamentalmente o escopo de informações sobre quais determinações de valor social podem ser baseadas, sugerindo métricas potenciais para a criação de valor que vão além do valor monetário.

Kato, Ashley e Weaver (2017), no entanto, afirmam que, apesar da Abordagem das Capacidades ser fortemente utilizada em outras áreas do conhecimento, tais como: Economia, Filosofia, Sociologia, Desenvolvimento Internacional entre outros, é menos conhecida a aplicação no setor social, em contextos microeconômicos.

A perspectiva multidimensional de Amartya Sen (1993) destaca que para a avaliação do bem-estar não pode ser levada em conta apenas a acumulação de mercadorias e rendimentos, entendendo que elas apenas auxiliam as pessoas no desempenho das atividades e das capacidades (*capabilities*) necessárias para as efetivações (*functionings*).

A Teoria das Capacidades de Sen (2003), tem suas raízes nos teóricos econômicos clássicos: Adam Smith e Karl Marx, e na filosofia, em Aristóteles. Baseia-se na avaliação da

mudança social em termos do enriquecimento da vida humana. Considerando que bem-estar ou qualidade da vida humana é uma questão muito complexa, em verdade, multidimensional.

A abordagem da capacidade claramente opera em dois níveis: no nível de bem-estar realizado, que é medido pelos *functionings* (efetivações), e o nível de bem-estar potencial ou viável, que é medido por *capabilities* (conjunto de efetivações). Isso é equivalente à distinção entre resultados e oportunidades na economia do bem-estar e especialmente na teoria da escolha social (KUKLYS: ROBEYNS, 2004).

Assim a vida é entendida como um conjunto de atividades e modos de ser que são valiosos, dessa forma, a qualidade da vida ou bem-estar toma a forma de uma avaliação dessas efetivações e da capacidade de efetua-las.

Capacidades é o que Sen (2010) define como liberdade substantiva. Capacidade está relacionada tanto a posse de bens primários, como a de características pessoais que permitam a transformação desses bens primários na capacidade da pessoa de promover seus objetivos. Já os funcionamentos ou efetivações referem-se as várias coisas que as pessoas podem considerar valioso ter ou fazer. Em resumo, as capacidades de uma pessoa consistem na liberdade substantiva de realizar combinações de alternativas de funcionamentos, a liberdade de ter estilos de vida diversos, conforme livre vontade do indivíduo.

Kuklys e Robeyns (2004) afirmam que a partir de uma revisão de estudos empíricos utilizando a abordagem das capacidades e comparações desta abordagem aos métodos tradicionais da Economia do bem-estar, é possível medir o bem-estar em termos de efetivações e capacidades.

Acrescentam ainda que a abordagem das Capacidades tem o potencial de medir a criação de valor social e o desempenho de projetos, organizações ou intervenções, de uma forma mais científica (KATO *et al.*, 2017; KUKLYS: ROBEYNS, 2004).

Diante das afirmativas apresenta-se como questão de pesquisa: **Como medir a criação do valor social dos Empreendimentos Sociais a partir da Abordagem das Capacidades de Amartya Sen?**

Diante deste desafio, esta pesquisa tem como objetivo geral propor uma ferramenta (Indicador Global) para medir a Criação de Valor Social por Empreendimentos Sociais, baseado na “Abordagem da Capacidades de Sen” (*Sen's Capability Approach*)

E entende-se que para atendimento ao objetivo geral, demandará, no percurso do processo de pesquisa responder algumas lacunas apresentadas pela Literatura, como sumarizado no Quadro 1.nas da Literatura da Criação de Valor Social e Objetivos específicos de Pesquisa

Quadro 1 – Lacunas da literatura da criação de valor social e objetivos específicos de pesquisa

Lacuna	Objetivo Específico
Definição das Dimensões de desempenho a serem monitoradas: valor social deve ser definido em um nível conceitual e traduzido em termos mensuráveis (ARENA <i>et al.</i> , 2015).	1. Estabelecer delimitações entre os conceitos de <i>Outcome</i> Social, Impacto Social e Valor Social.
Inexistência de métricas de medição do desempenho quanto a criação de valor social (ARENA <i>et al.</i> , 2015; Austin <i>et al.</i> , 2006; Iizuka <i>et al.</i> , 2014).	2. Testar <i>Construtos</i> de criação de Valor Social a partir da Abordagem das Capacidades de Amartya Sen.
Definição de Dimensões Temporais do Valor Social - “Seria valor criado um estado momentâneo ou se refere a um intervalo de tempo?” (LEAL, 2014, p. 11).	3. Delimitar teoricamente o conceito de criação social.
Necessidade de Comunicação do Desempenho (Criação de Valor Social – métrica compreensível para os diversos <i>stakeholders</i> (ARENA <i>et al.</i> , 2015; AUSTIN <i>et al.</i> , 2006).	4. Apresentar uma proposição de índice de bem-estar que possa ser compreensível pelos diversos <i>stakeholders</i> .
Como a resposta à questão das capacidades é uma avaliação subjetiva, é provável que ela seja influenciada pela personalidade de um indivíduo, características sociodemográficas e experiências de vida anteriores (ANAND <i>et al.</i> 2011).	5. Testar se traços de personalidade, características sociodemográficas e experiências de vida anteriores dos respondentes influenciam em sua percepção de bem-estar.
A abordagem das capacidades tem a qualidade de ser particularmente perspicaz para a mensuração do valor social (KATO <i>et al.</i> , 2017).	6. Testar se o índice de bem-estar calculado a partir da Abordagem das Capacidades possui diferenças significativas entre grupos de beneficiários com perfis sociodemográficos distintos.

Fonte: elaborado pela autora.

Considerando a medida de valor social como a quantificação da importância relativa que as pessoas atribuem às mudanças que experimentam em suas vidas (SOCIAL VALUE UK, 2018). Utiliza-se como pressuposto que a criação de valor social quantitativamente mensurável pertence ao escopo dos indivíduos. E a proposição de indicadores pode ser feita a partir da agregação da perspectiva individual. Posto isto, entende-se que a abordagem filosófica adequada para análise deste fenômeno é o Individualismo Metodológico - tese segundo a qual todos os fenômenos sociais devem ser explicados em termos de indivíduos, propriedades desses indivíduos: crenças, desejos, outros estados mentais ou ações; ou relacionamentos entre esses indivíduos (ELSTER, 1982).

Entende-se que esta pesquisa contribui com a literatura, ao propor uma definição de valor social e, testar uma ferramenta de medição de valor social como ponto de partida para utilização por empreendimentos sociais para avaliarem a criação de valor social de suas ações.

Este trabalho está dividido em 6 seções. Na primeira seção é apresentado o embasamento teórico, sob o qual o fenômeno criação de valor social pelos Empreendimentos Sociais é estudado, na seção subsequente elabora-se a proposta conceitual de mediação dos conceitos. Os procedimentos metodológicos são apresentados, em sequência e na seção seguinte é feita uma caracterização dos empreendimentos sociais cujos beneficiários foram participantes do survey. Em sequência são apresentados os resultados da pesquisa e as principais conclusões.

## 2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Esta pesquisa, possui como tripé, as teorias relacionadas ao fenômeno Empreendedorismo Social, ao Conceito de Valor Social e a Abordagem das Capacidades de Amartya Sen. Assim, esta seção, propõe-se a apresentar os marcos conceituais relativos às referidas temáticas como ponto de partida para compreensão da problemática – **Como medir a criação do valor social das Empreendimentos Sociais** – e desenvolvimento da pesquisa empírica para atendimento ao objetivo de pesquisa – **Propor uma ferramenta para medir a Criação de Valor Social por Empreendimentos Sociais, baseado na “Abordagem da Capacidades de Sen” (Sen's Capability Approach).**

### 2.1 Empreendedorismo social

Segundo Dees (2009), um dos autores mais referenciados, quando se trata da temática Empreendedorismo Social, as raízes do que hoje designa-se de empreendedorismo social remontam à era vitoriana tardia, em torno do final do século XIX, época da ascensão daquilo que o historiador Gertrude Himmelfarb chamou de caridade científica, um tipo de caridade mais sistemática e estratégica. Contudo, é mais forte o consenso entre os autores de que o conceito de empreendedorismo social nasce em contexto americano (PARENTE *et al.*, 2013).

Petrini, Scherer e Back (2016) registram que um dos primeiros desafios ao se realizar uma pesquisa sobre empreendedorismo social, são os diferentes termos e nomenclatura relacionados a este fenômeno, como: negócio de impacto social, empresa social, negócios para a base da pirâmide, negócios sociais ou negócios inclusivos.

O termo empreendedorismo social assume múltiplos sentidos, que vão desde a criação de uma organização não lucrativa, passando pela empresa lucrativa que apoia projetos sociais por via das ações de responsabilidade social, até à empresa social baseada em negócios sociais. O vocábulo *social* como característica estruturadora do campo do empreendedorismo acentua o caráter polissêmico e ambivalente do que é o empreendedorismo social (PARENTE *et al.*, 2013).

É importante registrar que o empreendedorismo social não é definido por uma forma jurídica, visto que pode ser constituído de várias maneiras. Na verdade, exemplos de

empreendimentos sociais podem ser encontrados dentro dos setores sem fins lucrativos, empresariais ou governamentais (BOUTILLIER, 2009).

Abu-Saifan (2012) entende que o empreendedorismo social opera dentro dos limites de duas estratégias de negócios:

- a) Sem fins lucrativos com estratégias de renda do trabalho: um empreendimento social e comercial híbrido, cujas atividades buscam alcançar a sustentabilidade financeira. As receitas e os lucros gerados são usados apenas para melhorar ainda mais a entrega de valores sociais.
- b) Com fins lucrativos com estratégias orientadas para uma missão: trata-se de um negócio com propósito social, operando atividades sociais e comerciais, simultaneamente para alcançar sustentabilidade. Mas, nesse cenário, a organização é financeiramente independente e os fundadores e investidores podem ter benefícios pessoais dos ganhos monetários.

O Quadro 2 apresenta diversas definições de empreendedorismo social, visando analisar questões consensuais e divergentes sobre o conceito.

Quadro 2 – Definições de empreendedorismo social

Autoria	Conceito de Empreendedorismo Social
Oliveira (2004)	Uma ação inovadora voltada para o campo social cujo processo se inicia com a observação de determinada situação-problema local, para a qual se procura, em seguida, elaborar uma alternativa de enfrentamento. Observamos também que essa ideia tem de apresentar algumas características fundamentais, tais como: 1º) ser inovadora; 2º) ser realizável; 3º) ser autossustentável; 4º) envolver várias pessoas e segmentos da sociedade, principalmente a população atendida; 5º) <u>provocar impacto social e permitir que seus resultados possam ser avaliados</u> .
Seelos e Mair (2004)	Empreendedorismo social representa um <u>esforço para criar valor social</u> por meio de modelos de negócios inovadores e empreendedores.
Austin <i>et al.</i> (2006)	Definimos empreendedorismo social como atividade inovadora de <u>criação de valor social</u> que pode ocorrer dentro ou entre setores sem fins lucrativos, comerciais ou governamentais.
Mair e Marti (2006)	Vemos o empreendedorismo social como um <u>processo de criação de valor</u> , combinando recursos de novas maneiras [...] essas combinações de recursos destinam-se principalmente a explorar e explorar oportunidades para <u>criar valor social</u> , estimulando a mudança social ou atendendo às necessidades sociais [...] e quando visto como um processo, o empreendedorismo social envolve a oferta de serviços e produtos, mas também pode se referir à criação de novas organizações.
Peredo e Mclean (2006)	O empreendedorismo social é exercido quando algumas pessoas ou pessoas (1) visam exclusivamente ou de alguma forma proeminente <u>criar valor social de algum tipo</u> , e perseguir esse objetivo por meio de alguma combinação. (2) reconhecer e explorar oportunidades para criar esse valor, (3) empregar inovação, (4) tolerar riscos e (5) recusar aceitar limitações nos recursos disponíveis.
Martin e Osberg (2007)	Definimos empreendedorismo social como tendo os seguintes três componentes: (1) identificar um equilíbrio estável, mas inerentemente injusto, que causa a exclusão, a marginalização ou o sofrimento de um segmento da humanidade que não tem meios financeiros ou influência política para alcançar qualquer benefício

Quadro 2 – Definições de empreendedorismo social

Autoria	Conceito de Empreendedorismo Social
	transformador em sua próprio; (2) identificar uma oportunidade neste equilíbrio injusto, <u>desenvolvendo uma proposição de valor social</u> , e trazendo inspiração, criatividade, ação direta, coragem e fortaleza, desafiando assim a hegemonia do estado estável; e (3) forjar um novo equilíbrio estável que libere o potencial aprisionado ou alivie o sofrimento do grupo alvo, e por meio da imitação e da criação de um ecossistema estável em torno do novo equilíbrio, assegurando um futuro melhor para o grupo alvo e até para a sociedade em geral. .
Moss <i>et al.</i> (2008)	O empreendedorismo social (EMPREENDEORISMO SOCIAL) é definido como um <u>processo de criação de valor social</u> no qual os recursos são combinados de novas maneiras para atender às necessidades sociais, estimular a mudança social ou criar novas organizações.
Boutillier (2008)	O empreendedorismo social está relacionada a uma busca do empreendedor em gerar recursos para <u>maximizar a criação de valor social</u> , o impacto social de sua ação.
Hulgård (2010)	O empreendedorismo social pode ser definido como <u>a criação de um valor social</u> que é produzido em colaboração com pessoas e Organizações da Sociedade Civil (OCS) engajadas em inovações sociais que geralmente implicam uma atividade econômica.
Gundry <i>et al.</i> (2011)	O empreendedorismo social está principalmente preocupado com a <u>criação de valor social</u> para os membros da sociedade marginalizados.
Janssen <i>et al.</i> (2012)	Definimos o empreendedorismo social como o processo de identificar, avaliar e explorar <u>oportunidades de criação de valor social</u> por meio de atividades de mercado comercial e o uso de uma ampla gama de recurso
Abu-Saifan (2012)	O empreendedorismo social é o campo no qual os empreendedores ajustam suas atividades para estarem diretamente ligados ao <u>objetivo final de criar valor social</u> .
Rosolen <i>et al.</i> (2014)	Empreendedorismo social pode ser entendido como novos modelos de organizações, os quais <u>têm como intuito a geração de valor social e/ou ambiental</u> além do valor econômico. Esses empreendimentos apresentam produtos e formatos inovadores para atender a uma demanda da sociedade, e sua organização pode variar entre o modelo privado e o do terceiro setor
Gaiotto (2016)	O empreendedorismo social é entendido pelo seguinte princípio: uma busca pela sua própria sustentabilidade, <u>gerando valor social</u> e soluções para demandas sociais, sem estabelecer necessariamente, relações de lucratividade.
Pinto <i>et al.</i> (2016)	O empreendedorismo social é uma ação de agentes da mudança, <u>que adotam uma missão para criar e manter valor social</u> ; reconhecem e procuram obstinadamente novas oportunidades para servir a missão; empenham-se num processo contínuo de inovação, adaptação e aprendizagem; agem com ousadia sem estar limitado pelos recursos disponíveis no momento; e prestam contas com transparência às clientelas que servem e em relação aos resultados obtidos.

Fonte: elaborado pela autora com base na literatura.

O empreendedorismo social trabalha para substituir uma lógica assistencialista por uma lógica empreendedora voltada a atender as pessoas em situações de precariedade ou exclusão: quer permitindo a realização de um projeto (por intermedio de mecanismos de financiamento solidário e microcrédito); ou dando-lhes acesso a bens e serviços de mercado. Em ambos os casos, o objetivo é permitir que os grupos-alvo recuperem sua dignidade reintegrando-se em circuitos econômicos e financeiros (ALLEMAND, 2010).

Considerando as diversas definições apresentadas no Quadro 2, pode-se entender que adotar uma missão para criar e manter o valor social é o núcleo central de entendimento do empreendedorismo social e a variável que o distingue dos demais empreendedores e

empresários (DEES, 2017) ou como destacam diversos autores (AUSTIN *et al.*, 2006; CHOI; MAJUNDAR, 2014; HOOGENDOORN *et al.*, 2010; ROSOLEN *et al.*, 2014; SILVA *et al.*, 2016; TOLEDANO, 2011) a criação do valor social é o pressuposto do empreendedorismo social.

## **2.2 Mensuração do desempenho dos empreendimentos sociais**

Empreendimentos sociais constituem-se organizações autônomas, muitas vezes com estruturas de governança e de propriedade frouxas, baseadas na participação de clientes, usuários, grupos comunitários locais ou curadores (SHAW; CARTER, 2007).

A fim de implementar e dimensionar suas ideias para resolver problemas sociais, empreendimentos sociais precisam de apoio financeiro e não financeiro de investidores externos (ACHLEITNER *et al.*, 2009).

Arogyaswamy (2017) destaca que dado que as empresas sociais operam em uma variedade de ambientes sociais, culturais e institucionais há uma diversidade de partes interessadas influentes que desejam ver resultados tangíveis.

Ao mesmo tempo, não existe um padrão comum de relato que instrua aos Empreendimentos Sociais sobre como medir e relatar seu desempenho, riscos e capacidade organizacional, a fim de atrair melhor esses recursos necessários (ACHLEITNER *et al.*, 2009), acrescenta-se ao fato de que uma das fraquezas óbvias do setor social seja a responsabilidade limitada pelos resultados (MAIR, 2010) o que tem como principal consequência altos custos de capital e uma alocação de recursos ineficiente (ACHLEITNER *et al.*, 2009; MAIR, 2010).

Embora o empreendedorismo social enquanto prática organizacional pareça reunir um capital de legitimidade no domínio da criação de valor social no que respeita à percepção generalizada de que as ações de uma entidade são socialmente desejáveis ou apropriadas num dado sistema normativo, socialmente construído, de valores, crenças e definições (PARENTE *et al.*, 2013). Entende-se que é necessário desenvolver medidas úteis e significativas que captem o seu desempenho e impacto e reflitam os objetivos perseguidos (ARENA *et al.*, 2015; AROGYASWAMY, 2017; BROUARD, 2006; BROUARD *et al.*, 2012; CERTO; MILLER, 2008; MAIR; MARTI, 2006, PARENTE *et al.*, 2013; SEELOS; MAIR, 2004).

Verifica-se, nos últimos anos, a tentativa de importação de diversos modelos de medição de desempenho de outros contextos organizacionais, contudo a solução não é importar benchmarks e práticas de desempenho (MAIR, 2010).

Isso deve-se ao fato de que, mesmo com a concordância da necessidade de desenvolver medidas de desempenho dos Empreendimentos Sociais, é, também, consenso entre os autores de que é inerentemente difícil e complexo medir o desempenho dos Empreendimentos Sociais - criação de valor social e impacto social (BERNARDINO *et al.*, 2017; COMINI *et al.*, 2012; CHOI; MAJUMDAR, 2014; DAVIS, 2002; DEES, 2001; MAIR; MARTI, 2006).

Segundo Arogyaswamy (2017) a dificuldade reside em chegar a um conjunto de aspectos numéricos e qualitativos do valor social.

Mas, embora tais cálculos sejam complexos, valem a pena o tempo e a despesa, uma vez que o investimento inicial de financiadores privados ou do Estado deve ser justificado com base nos resultados esperados declarados de maneira mensurável (AROGYASWAMY, 2017).

Várias questões justificam esta dificuldade de mensuração.

- a) Forte heterogeneidade das organizações – considerando uma variedade de tipos estruturas organizacionais, objetivos e um conjunto heterogêneo de partes interessadas (ACHLEITNER *et al.*, 2009; ARENA *et al.*, 2015; BERNARDINO *et al.*, 2017; NICHOLLS, 2009);
- b) Problemas de natureza conceitual – análises realizadas sem uma estrutura conceitual, como resultado do qual não é possível comparar os resultados (ACHLEITNER *et al.*, 2009; KATO *et al.*, 2017);
- c) Intangibilidade de determinados resultados – a dificuldade de quantificar determinados resultados considerados qualitativos (AROGYASWAMY, 2017; BERNARDINO *et al.*, 2017; MAIR; MARTI, 2006; NICHOLLS, 2009);
- d) Análise micro – devido a diversidade de tipos de organização, objetivos, resultados esperados e *stakeholders* envolvidos a organização pode centrar sua avaliação dos resultados em uma perspectiva apenas micro (indivíduos) (ACHLEITNER *et al.*, 2009);

- e) Análise macroeconômica dos resultados – se utilizada uma perspectiva macroeconômica com indicadores globais (por exemplo, desemprego, crescimento) frequentemente perde informação relevante devido ao alto nível de agregação (ACHLEITNER *et al.*, 2009);
- f) Prova de contexto e atribuição de causalidade – o acesso aos contextos de causalidade é bloqueado, em análises macroeconômicas uma vez que em determinadas ações o efeito surge com efeito retardado (ACHLEITNER *et al.*, 2009; DAVIS, 2002);
- g) Problemas práticos operacionais de mensuração – em sua maior parte, os empreendedores só têm acesso a recursos humanos limitados, que são necessários para atividades operacionais (ACHLEITNER *et al.*, 2009);
- h) Perspectiva ética – a medição da criação de valor social estará sempre sujeita à atitude moral básica da pessoa que preside a avaliação (ACHLEITNER *et al.*, 2009);
- i) Hábitos de controle de resultados – ausência de hábitos de demonstração de resultados e impactos, e de avaliação dos mesmos, quer pela complexidade da avaliação, quer por desconhecimento da sua importância pelos líderes destas organizações (PARENTE *et al.*, 2013).

No entanto, mesmo que os Empreendimentos Sociais nunca tenham uma métrica que apresente seu resultado comparável à aceitação de indicadores como lucro econômico, a avaliação transparente permite não apenas uma comparação intertemporal dos Empreendimentos Sociais, mas também um melhor exame dentro de setores específicos. Esta busca por uma mensuração dos resultados sociais dos Empreendimentos Sociais é um passo necessário para uma melhor alocação de recursos (ACHLEITNER *et al.*, 2009).

Para Mair e Marti (2006) o problema real pode não ser a medida *per se*, mas como as medidas podem ser usadas para quantificar o desempenho e o impacto do empreendedorismo social.

O padrão de riqueza social é impreciso e difícil de medir porque muitos dos produtos e serviços que os Empreendimentos Sociais fornecem não são quantificáveis (ZAHRA *et al.*, 2009), visto que a riqueza social é a natureza subjetiva do próprio valor social, que varia muito de um contexto para outro (BAKER *et al.*, 2005). Ainda assim, o padrão de riqueza social

oferece uma heurística promissora para avaliar oportunidades e Empreendimentos Sociais e também delinea a distinção e a contribuição deste tipo de empreendedor (ZAHRA *et al.*, 2009).

No entendimento de Comini, Barki e Aguiar (2012) as iniciativas dos Empreendimentos Sociais devem ser avaliadas em relação aos seus aspectos mais tangíveis – acesso a bens/serviços e geração de renda – e aspectos intangíveis – recuperação da cidadania e desenvolvimento do capital social

Mesmo aqueles Empreendimentos Sociais que se preocupam em registrar e comunicar seu desempenho, entende-se que existe uma falta de padronização que pode ser resolvida por meio do desenvolvimento e implementação de um padrão de relatório geralmente aceito, instruindo os Empreendimentos Sociais sobre como avaliar e comunicar seu sucesso e os fatores que o influenciam para um público externo (ACHLEITNER *et al.*, 2009).

A padronização de acompanhamento e comunicação do desempenho teria diversos benefícios:

- a) Comparabilidade – permitiria aos investidores comparar, até certo ponto, oportunidades de investimento em empreendimentos sociais e agregar esses investimentos em nível de portfólio (ACHLEITNER *et al.*, 2009);
- b) Prestação de contas e transparência – um sistema de comunicação comum poderia aumentar a qualidade e quantidade de investimentos no setor social (ACHLEITNER *et al.*, 2009; ARENA *et al.*, 2015);
- c) Credibilidade – quanto mais transparente e comparável for essa informação, tanto melhor os retornos futuros podem ser estimados e os riscos de um investimento minimizados (ACHLEITNER *et al.*, 2009; ARENA *et al.*, 2015; AROGYASWAMY, 2017);
- d) Facilidade de acesso a recursos – o empreendimento social poderia tornar-se mais atraente do ponto de vista de um investidor (ACHLEITNER *et al.*, 2009; ARENA *et al.*, 2015);
- e) Redução dos custos de captação de recursos – a menor percepção de risco pelos investidos possibilitaria a uma maior facilidade de admissão de capital que pode levar também a um custo de capital mais baixo (ACHLEITNER *et al.*, 2009);
- f) Eficiência na aplicação dos recursos – o acompanhamento por meio de indicadores sociais permitiria uma análise pelos Empreendimentos Sociais, se

seus esforços estão sendo atingidos e com que grau de eficiência para fins sociais. E, no final, a uma alocação de capital mais eficiente para fins sociais (ACHLEITNER *et al.*, 2009; ARENA *et al.*, 2015; HAUG, 2006).

Nos últimos 20 anos, a questão da medição do desempenho em Empreendimentos Sociais ganhou relevância crescente entre pesquisadores e profissionais. Do ponto de vista acadêmico, houve uma explosão de metodologias e ferramentas para avaliar o desempenho social e o impacto, mas com pouca análise sistemática e comparação entre diferentes abordagens (ARENA *et al.*, 2015; ÁVILA *et al.*, 2016).

#### **a) Modelos acadêmicos**

Dentre os diversas proposta, registra-se a proposta de Alvord, Brown e Letts (2004) em sua pesquisa analisaram (07) sete Empreendimentos Sociais, visando identificar o “Aumento da Escala e Alavancagem da Transformação Social”. Por alavancagem de transformação, os autores referem-se a diferentes arenas de experiência de partes interessadas primárias que podem ser afetadas por Empreendimentos Sociais. Propõe-se avaliar os impactos gerais da iniciativa dos Empreendimentos Sociais em termos de alcance e impacto transformador nas arenas econômica, política e cultural. O alcance da iniciativa refere-se ao número de pessoas afetadas por seus programas: o alcance “baixo” indica um impacto em 10.000 ou menos pessoas; “Médio” indica impacto em 10.000 a 1.000.000 de pessoas; e "alto" indica impactos em mais de 1.000.000 de pessoas. Quanto aos impactos (econômico, político, cultural) o autor classifica o resultado do empreendedorismo social quanto ao foco da transformação, considerando aquelas mais relevantes em relação as pessoas atendidas (ALVORD *et al.*, 2004).

O modelo, possui uma métrica simples para avaliação do desempenho do empreendimento social, mas no que concerne a avaliação dos impactos econômico, político e cultural permite alto grau de subjetividade quanto a mensuração, o que dificulta a validação dos resultados.

Achleitner, Bassen e Roder (2009), não propõem uma métrica, mas uma melhor forma de expor os resultados. Assim, a fim de derivar a estrutura e o conteúdo de um padrão de relatórios com base científica, apresentam uma proposta que se baseia no *Modelo de Gerenciamento de St. Gallen* e no conceito de cadeia de valor de impacto – *Impact Value Chain*.

No modelo são avaliados os fatores: performance (objetivos de conteúdo e financeiros), risco e capacidade organizacional. No que concerne a performance, os autores elencam diferentes tipos de objetivos: a) objetivos de conteúdo que se referem às funções operacionais da empresa, ou seja, objetivo principal para o qual o Empreendimento Social foi idealizada; b) objetivos financeiros, incluindo a eficiência, devem ser levados em consideração para apoiar a existência da organização; no entanto, eles desempenham apenas um papel subordinado (ACHLEITNER *et al.*, 2009).

Outro aspecto que deve ser informado no relatório é a avaliação de riscos e seu gerenciamento – evitação, transferência, suposição, redução - trazem vários benefícios da perspectiva do empreendedor social (ACHLEITNER *et al.*, 2009).

No relatório, os autores destacam a necessidade de informações sobre a Capacidade Organizacional do Empreendimento Social definida como sua capacidade de sobrevivência, aplicação com sucesso de suas habilidades e recursos para perseguir seus objetivos e satisfazer as expectativas de seus *stakeholders*. O conceito engloba recursos organizacionais, estruturas e processos e abrange tópicos como governança, gestão financeira, gestão de recursos humanos e tecnologia da informação. A capacidade organizacional, portanto, constitui um pré-requisito para a obtenção de resultados (ACHLEITNER *et al.*, 2009).

Para avaliar o desempenho dos empreendimentos sociais, os autores utilizam o modelo da cadeia de valor de impacto, que distingue produtos, resultados e impactos como medidas de eficácia - expressa resultados em termos de mudança social alcançada.

Os autores Zahra *et al.* (2009) iniciam sua proposta de mensuração do desempenho dos Empreendimentos Sociais estabelecendo que o escopo deve refletir considerações sociais e financeiras. É proposto o termo “riqueza total” como um padrão para avaliar as oportunidades e os processos organizacionais relacionados ao empreendedorismo social.

Neste entendimento, a “riqueza total”, tem tangíveis (por exemplo, produtos, clientes atendidos ou fundos gerados) e resultados intangíveis, como riqueza, felicidade e bem-estar geral. A “riqueza total” é responsável pelas dimensões social e econômica do empreendedorismo social em diferentes níveis de participação. O modelo proposto tem o potencial de ilustrar como os Empreendimentos Sociais podem ter várias gradações ou combinações de geração de riqueza econômica e social (ZAHRA *et al.*, 2009).

O modelo dos autores é uma proposta que permite a comparabilidade dos resultados, contudo carece de clareza quanto a operacionalização, visto que os conceitos são muito amplos e necessitam melhor definição prática.

O modelo de mensuração da performance dos Empreendimentos Sociais de Arena, Azzone e Bengo (2015) é baseado no *Performance Measurement Systems* (PMS) – criado a partir das perspectivas de negócios baseados no lucro.

Este modelo é baseado em três elementos: 1) entrada, que se refere à quantidade de recursos usados na execução de uma determinada atividade; 2) saída, indica o resultado de um processo de transformação; 3) resultado refere-se ao impacto de longo prazo do produto no ambiente externo e ao impacto que mede os efeitos sobre as causas raízes, sustentando uma mudança significativa (ARENA *et al.*, 2015).

Com base nos três elementos, foram identificadas três dimensões de desempenho, nomeadamente eficiência, eficácia e impacto, onde eficiência refere-se à razão entre saída e entrada; a eficácia refere-se às características de saída; e o impacto é uma medida do resultado está relacionado aos efeitos a longo prazo do produto na comunidade-alvo (ARENA *et al.*, 2015).

Os autores distinguem o desempenho do Empreendimento Social na perspectiva da gestão e eficácia social. A efetividade da gestão diz respeito até que ponto um empreendimento social alcança os objetivos gerais definidos em seu plano estratégico. A eficácia social, mede a capacidade da organização de atender às necessidades de sua comunidade-alvo por meio da produção de bens e serviços (ARENA *et al.*, 2015).

Dadas as características peculiares dos Empreendimentos Sociais e a relevância da eficácia social em relação aos seus objetivos, este conceito pode ser especificado em três sub dimensões: 1) equidade, ou seja, a capacidade de garantir o acesso a produtos e serviços a pessoas vulneráveis, com deficiência, idosos etc. 2) envolvimento, ou seja, a capacidade de garantir a participação das partes interessadas relevantes no processo de tomada de decisão; 3) comunicação e transparência, ou seja, a capacidade de informar as partes interessadas sobre as atividades do Empreendimento Social (ARENA *et al.*, 2015).

Os indicadores propostos pelos autores, foram desenvolvidos para análise dos objetos da pesquisa realizada pelos autores, sendo alguns adaptáveis a outros tipos de

Empreendimentos Sociais e outros inadequados aos demais tipos de Empreendimentos Sociais. Desta forma, o modelo tem como deficiência a impossibilidade de comparabilidade dos resultados entre tipos de Empreendimentos Sociais diversos.

Já o modelo de Arogyaswamy (2017) propõe-se ser uma abordagem baseada no tempo, com o objetivo de apoio para o planejamento e a tomada de decisões.

O modelo é constituído de cinco estágios: 1) recursos de ação que são as entradas e os recursos são combinados que inclui os recursos aplicados e as ações executadas para atender aos clientes; 2) preditores estes funcionam como indicadores precoces ou sinais de que a organização está no caminho certo para alcançar os produtos e resultados designados, para ter o impacto desejado; 3) *output* são as saídas, ou produtos/serviços oferecidos ao público alvo; 4) *outcome* entendido como os benefícios dos produtos ou serviços oferecidos ;5) impacto se refere a mudanças radicais e duradouras nas vidas dos beneficiários diretos da empresa, bem como no ambiente mais amplo. Os impactos podem ser de escala e escopo. Replicar a empresa social em outras regiões constituiria um impacto de escala, ao mesmo tempo que influenciar outras partes interessadas seria um impacto no escopo (AROGYASWAMY, 2017).

Quadro 3 – Modelo de mensuração do desempenho de empreendimentos sociais de Arogyaswamy (2017)

<b>Dimensão</b>	<b>Indicador</b>
Recursos de ação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo de seleção.</li> <li>• Nível de motivação dos alunos.</li> <li>• Relevância das habilidades.</li> <li>• Preparação para se relacionar com os outros.</li> <li>• Acordos com empregadores.</li> </ul>
Preditores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desempenho na aula.</li> <li>• Porcentagem liberada.</li> <li>• Aquisição de habilidades.</li> <li>• Trabalho em equipe.</li> <li>• Disciplina.</li> </ul>
Saída	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação para emprego/empreendedorismo.</li> <li>• Habilidade.</li> <li>• Motivação para o empreendedorismo.</li> </ul>
Resultado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Autoavaliação do empregado.</li> <li>• Avaliação do empregador/collega de trabalho.</li> <li>• Taxa de reincidência.</li> </ul>
Impacto	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Revisão de desempenho.</li> <li>• Motivação dos funcionários para avançar.</li> <li>• Custo de treinamento + monitoramento (Tmt)/encarceramento (Ti).</li> <li>• Benefício para a sociedade/Tmt (onde benefício para a sociedade = redução de custos [por exemplo, menos crime] + valor Adicionado a empresas, impostos pagos etc).</li> </ul>

Fonte: Arogyaswamy (2017).

O modelo do Quadro 4 é uma simulação para a avaliação de desempenho de um Empreendimento Social específico.

A proposta é que a estrutura de medição considere o processo de avaliação como uma sequência de eventos ao longo de uma linha do tempo, cuja duração é medida em anos ou mesmo décadas em que o impacto está relacionado. Como as avaliações são realizadas em sequência, em determinados pontos no tempo, elas ofereceriam insights sobre se o programa ou a empresa está no cronograma ou mesmo no caminho certo (AROGYASWAMY, 2017).

Os autores, contudo, reconhecem que as medidas propostas em cada etapa não se prestam à facilidade de medição. Poucas das dimensões sugeridas acima podem ser quantificadas diretamente, embora algumas (como teste de habilidades, avaliação do empregador e custos de treinamento e monitoramento) sejam passíveis de uso de métodos padrão de avaliação.

O modelo de Arogyaswamy apresenta dimensões bem definidas e universais, alinhadas ao modelo proposto por Arena, Azzone e Bengo (2015), contudo os indicadores de *recursos de ação; preditores e outputs* devem ser desenvolvidos para cada Empreendimento Social, dificultando assim a possibilidade de comparabilidade entre os diversos tipos de Empreendimentos Sociais.

## **b) Modelos institucionais**

O Guia do *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD, 2013) foi desenvolvido para orientar os profissionais das organizações com fins sociais a realizarem 3 tarefas: 1) definir e articular casos de negócios para medição de impacto social dentro das organizações; 2) ajudar aos atores do negócio a entenderem os fundamentos da teoria da medição do impacto e comunicar a todos os *stakeholders*; 3) apoiar aos profissionais a conhecerem as ferramentas disponíveis de medição e identificar aqueles que melhor atendam às suas necessidades.

O guia analisa ferramentas que foram desenvolvidas para negócios e que, na experiência do WBCSD, algumas delas estão prontas para uso, devem ser personalizadas para cada usuário, alinhados a natureza da empresa, sua estratégia e seus objetivos para medir impacto socioeconômico. Afirmam ainda que a combinação de ferramentas ou elementos de ferramentas também pode ser útil (WBCSD, 2013).

Dez ferramentas são apresentadas pelo Guia, estão no Quadro 5.

Quadro 4 – Ferramentas para medição do impacto de empresas sociais (WBCSD, 2013)

<b>Nome da Ferramenta</b>	<b>Valor para o Negócio</b>
Modelo de Avaliação de Impacto para a Base da Pirâmide	Compreender e medir como o seu negócio influencia as diferentes dimensões da pobreza em seus clientes, distribuidores locais e comunidades vizinhas
<i>GEMI Metrics Navigator</i>	Identifica indicadores de desempenho ambiental e social para medir e priorizar problemas para resposta de gerenciamento
Estrutura de Medição de Impacto	Identifica indicadores socioeconômicos relevantes para medir o impacto em quatro setores específicos: agronegócio, energia, serviços financeiros e tecnologia da informação e comunicação
<i>Impact Reporting and Investment Standards</i>	Seleciona indicadores padrão para usar dentro de sua medição de impacto global estrutura
<i>MDG Scan</i>	Estimar o número de pessoas que sua empresa está afetando de maneiras relacionadas ao Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
<i>Measuring Impact Framework</i>	Define o escopo de sua avaliação, identifique indicadores de impacto socioeconômico para medir, avaliar os resultados e priorizar os problemas para a resposta da gerência
<i>Poverty Footprint</i>	Entenda o impacto da sua empresa na pobreza, trabalhando em colaboração com ONG de desenvolvimento
<i>Progress out of Poverty Index</i>	Calcula a porcentagem de clientes, fornecedores e outras populações de interesse que viver abaixo da linha da pobreza
<i>Socio-Economic Assessment Toolbox</i>	Mede e gerencia os impactos locais das operações em nível local
<i>Input-Output Modeling</i>	Calcula o número total de trabalhos suportados e o valor econômico adicionado pela empresa e sua cadeia de suprimentos em uma determinada economia nacional

Fonte: WBCSD (2013).

Os modelos propostos pelo WBCSD, por recomendação de customização pelas organizações, novamente impossibilitam a utilização dos resultados a comparabilidade entre Empreendimentos Sociais.

A *Global Impact Investing Network* (GIIN) publica um catálogo de métricas de desempenho, denominado IRIS, que os investidores usam para medir o desempenho social, ambiental e financeiro de seus investimentos. Esses conjuntos de métricas estão relacionadas a uma variedade de setores e são oferecidos em parceria com líderes em cada campo respectivo e são consideradas as melhores práticas na medição de impacto de várias áreas foco (IRIS, 2018).

O IRIS é construído sobre padrões existentes sempre que possível. No entanto, quando os padrões não existem, o comitê consultivo de especialistas da IRIS reúne grupos de trabalho específicos para cada assunto, compostos por especialistas para recomendar novas métricas (IRIS, 2018).

Quadro 5 – Métricas do catálogo do IRIS

<b>Entidade</b>	<b>Nome</b>	<b>Descrição</b>
<i>B Avaliação de impacto (e GIIRS Rating)</i>	<i>B Analytics<sup>(1)</sup></i>	Métricas usadas pela avaliação de impacto B (e GIIRS Rating) para determinar uma avaliação geral do impacto social e ambiental

Quadro 5 – Métricas do catálogo do IRIS

<b>Entidade</b>	<b>Nome</b>	<b>Descrição</b>
		de uma organização, independentemente da geografia de uma organização.
<i>PRISM</i>	<i>PRISM</i> <sup>(1)</sup>	O PRISM aproveita as métricas da IRIS para dar maior consistência e reduzir a carga geral de relatórios para as partes interessadas relevantes. Ao alavancar as métricas da IRIS, o PRISM reforça a relevância de um padrão de medição global, ao mesmo tempo em que permite a adoção de sua plataforma holística para avaliar o desempenho dos fundos de investimento de impacto.
<i>Aeris</i>	Investimento Comunitário <sup>(2)</sup>	Medidas padronizadas de desempenho social e ambiental para ajudar a comunicar o impacto gerado pelas Instituições Financeiras de Desenvolvimento da Comunidade (CDFIs).
<i>Build Health Places Network</i>	Comunidades Saudáveis <sup>(2)</sup>	Uma ferramenta on-line que ajuda os usuários a avaliar o impacto de projetos de desenvolvimento comunitário desenvolvidos para melhorar a saúde e o bem-estar da comunidade.
<i>Fundo Nacional de Investimento Comunitário (NCIF)</i>	<i>Community Banking</i> <sup>(2)</sup>	Métricas padronizadas de desempenho social para ajudar a comunicar o impacto gerado pelas Instituições Bancárias de Desenvolvimento Comunitário (CDBIs).
<i>A Global Reporting Initiative (GRI)</i>	Relatório de Sustentabilidade Corporativa <sup>(2)</sup>	Métricas do IRIS que podem fazer parte de um relatório de sustentabilidade com base nas Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade GRI G4.
<i>Alliance for Water Stewardship</i>	Gestão de água <sup>(2)</sup>	Uma estrutura aplicável globalmente para que os principais usuários de água compreendam seu uso e impactos sobre a água e trabalhem colaborativa e transparentemente para o gerenciamento sustentável da água em um contexto de captação.
<i>Toniic</i>	Empresas em estágio inicial <sup>(2)</sup>	Cinco métricas principais de IRIS "cross-portfolio" e conjuntos adicionais de métricas de IRIS "específicas do setor", recomendadas para uso pelos membros da Toniic.
<i>Women's World Bank</i>	Lente de Gênero (Inclusão Financeira) <sup>(2)</sup>	Um conjunto de indicadores que visa auxiliar na avaliação de quão bem e com quais resultados os prestadores de serviços financeiros atendem às mulheres.
CERISE e a Força-Tarefa de Desempenho Social (SPTF)	Inclusão financeira <sup>(2)</sup>	Métricas usadas para gerenciar o desempenho social de provedores de serviços financeiros.
Centro de Inovações do Mercado de Saúde (CHMI)	Prestação de cuidados de saúde <sup>(2)</sup>	Um conjunto de métricas de saúde geralmente aceitas foi desenvolvido por meio de um grupo de trabalho presidido pela Iniciativa IRIS e pelo Centro de Inovações do Mercado de Saúde, composto por profissionais de saúde, investidores de impacto e especialistas de campo
Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) <sup>(2)</sup>	Um conjunto de metas, metas e indicadores internacionalmente reconhecidos que guiam a agenda de desenvolvimento global até 2030.

Quadro 5 – Métricas do catálogo do IRIS

<b>Entidade</b>	<b>Nome</b>	<b>Descrição</b>
O Grupo de Trabalho de Métricas de Sourcing de Impacto	Emprego de impacto <sup>(2)</sup>	Um conjunto de métricas focadas no Impact Employment desenvolvidas através do GIIN e Rockefeller Foundation Working Group, composto por provedores de serviços de terceirização de impacto (ISSPs), grandes corporações e outros com experiência de contratação com boas práticas de emprego de impacto.
Grupo de Trabalho da IFI sobre Harmonização de Indicadores de Resultados de Desenvolvimento	Operações do Setor Privado da International Financial Institution (IFI) <sup>(2)</sup>	Um conjunto de métricas que se alinham com os indicadores harmonizados para operações do setor privado (HIPSO) desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho IFI sobre Harmonização de Indicadores de Resultados de Desenvolvimento.
A Fundação David e Lucile Packard	Conservação Terrestre <sup>(2)</sup>	Um conjunto de métricas de conservação de terras geralmente aceitas desenvolvidas por meio de um grupo de trabalho presidido pela Iniciativa IRIS, Fundação Packard e Manta Consulting, compreendendo profissionais de conservação de terras, gerentes de investimentos, investidores de impacto e especialistas de campo.
CAMPO	Microempresa <sup>(2)</sup>	Medidas de desempenho que ajudam os programas de microempresas a avaliar e melhorar seu desempenho institucional e os resultados dos clientes.
Rede de Microseguros	Microseguro <sup>(2)</sup>	Métricas alinhadas com os principais indicadores de desempenho da Rede de Microseguros, com foco no impacto social e financeiro de produtos de microseguro, com feedback baseado no mercado fornecido pela LeapFrog Investments, por meio de sua estrutura FIIRM.
A Associação Global de Iluminação Off-Grid (GOGLA)	Energia fora da rede <sup>(2)</sup>	Um conjunto de métricas de impacto padronizadas que podem ser usadas para entender o impacto do setor de energia fora da rede.
Conselho de Pequenos Financiamentos Agrícolas	Financiamento Agrícola de Pequenos Produtores <sup>(2)</sup>	Métricas para medir o financiamento agrícola dos pequenos agricultores, desenvolvido pelos membros do CSAF.
Rede Aspen de Empreendedores de Desenvolvimento	Negócios Pequenos e Crescentes (SGB) <sup>(2)</sup>	Métricas para avaliar o desempenho financeiro, social e ambiental de empresas pequenas e em crescimento que são obrigatórias para uso por membros da ANDE.
Intercâmbio de Informações sobre Microfinanças (MIX) e Força-Tarefa de Desempenho Social (SPTF)	Desempenho Social para Microfinanças <sup>(2)</sup>	Métricas usadas para medir o desempenho social de instituições de microfinanças (MFIs).
Aliança Financeira para o Comércio Sustentável (FAST) - Agricultura Sustentável	Agricultura sustentável <sup>(2)</sup>	Principais indicadores criados em conjunto com a FAST para medir o desempenho social, ambiental e financeiro de investimentos em pequenas e médias empresas (PMEs) ativas em cadeias de valor agrícolas sustentáveis.

Fonte: IRIS (2018).

Nota: (1) Avaliação (2) Framework de Relatório.

Segundo a GIIN, não existe uma combinação única de métricas que seja adequada para todos, desta forma, os profissionais devem procurar no catálogo as métricas mais adequadas para o seu trabalho.

Podem ser escolhidas quantas métricas entenda ser necessário para medir o desempenho social, ambiental e financeiro da organização. Pode-se inclusive iniciar com métricas simples e com a profissionalização da coleta de dados aperfeiçoar a apresentação e comunicação de seu desempenho aos *stakeholders* o IRIS inclui métricas quantitativas que ajudam você a avaliar várias dimensões do desempenho social, ambiental e financeiro. O IRIS também inclui descritores qualitativos visando contextualizar o desempenho (IRIS, 2018).

As avaliações alinhadas com o IRIS fornecem um papel importante na padronização de avaliações em todo o setor. Essas ferramentas avaliam as empresas e/ou fundos em medidas específicas de desempenho social, ambiental e de governança e fornecem uma classificação, nota ou pontuação (IRIS, 2018).

As estruturas de relatórios de métricas fornecem orientação sobre quais áreas de desempenho social e ambiental devem ser avaliadas e relatadas às partes interessadas, com base no setor, modelo de negócio, tipo de organização e/ou beneficiários-alvo. Essas estruturas de relatórios estão focadas em uma área específica e estão associadas às organizações/entidades listadas abaixo. O que novamente impõe restrições de comparabilidade de resultados entre Empreendimentos Sociais.

### 2.3 Valor social

O valor é estudado pela axiologia (teoria do valor), um ramo da filosofia. E apesar de ser tema tratado pelos filósofos da antiguidade clássica, com abordagens e terminologias diversas - *bonum*; *axios*, *ágathon*; *aestimabile* – verifica-se também divergências quanto a introdução da palavra valor com a correspondente conotação axiológica, sendo citado o alemão H. Lotze (1817-1881) como o pioneiro nos estudos axiológicos (Lucas & Passos, 2015), assim como o também alemão Nietzsche (1844-1900), aquele que “mais concretamente introduziu a palavra valor, com a correspondente conotação axiológica, introduzida na filosofia” (PEDRO, 2014, p. 489).

É, de certa forma consensual, o entendimento que os economistas foram os primeiros a introduzirem a palavra “valor” como algo que é valioso e que se pode usar ou trocar. Sendo os economistas os primeiros a se dedicarem verticalmente à temática dos valores, ainda que de modo restrito ao domínio da economia política (LUCAS; PASSOS, 2015; PEDRO, 2014).

Costa (2000, p. 68) afirma que o valor corresponde “sempre a uma estimativa atribuída dentro do grupo social a certos objetos ou qualidades, ou condutas, ou instituições”.

De acordo com Hessen (1980, p. 47) “valor é sempre valor para alguém. Valor – pode dizer-se – é a qualidade de uma coisa, que só pode pertencer-lhe em função de um sujeito dotado com uma consciência capaz de a registrar”. Neste entendimento “valor, em termos gerais e bastante simplificados, está no juízo do sujeito que valora e não no objeto ou na ação humana valorado” (LUCAS; PASSOS, 2015, p. 136). Contudo o entendimento de “sujeito”, relaciona-se ao entendimento de “ser humano”, logo, transcende o nível do individual, assumindo uma condição interindividual – uma esfera sociológica da axiologia.

Corroborando com este entendimento de Hessen, Frondizi (1986) destaca que a valoração dada na relação objeto sujeito é situacional, afetando ambos sujeito-objeto, desta forma, uma mudança de situação (componentes do contexto: ambiente físico, ambiente cultural, necessidades, fator tempo-espço, problemas morais) pode mudar a percepção, em que o que era entendido como bom, ser posteriormente considerado mau.

Frondizi (1986) entende ainda que o valor é uma qualidade *sui generis* de um bem, uma qualidade “parasitária”, não podendo existir se não estão vinculados a entidades reais.

Neste entendimento, o valor dá-se apenas por meio de uma relação de percepção do ser humano em relação a algo, em uma perspectiva sociológica.

Importante para o entendimento de Valor a exposição de Costa (2000, p. 79): Há Valor onde e quando estas circunstâncias ocorrem simultaneamente:

- a) a intuição por todos os integrantes de determinado grupo social de que na preservação, ou concreção, ou conquista de determinado Ser – que pode ser coisa, elemento da natureza, conduta ou bem cultural –, reside condicionamento de perfectibilização (**Ação de tornar algo perfeito ou fazer com que alguma coisa se torne ideal, impecável, sem defeitos**, definição nossa);
- b) a ebulição, em dimensão social, de agônica angústia, despertada pela impedibilidade da concreção ou preservação, ou conquista do bem condicionante do processo de perfectibilização por interferência do livre-arbítrio.

Quando tal intuição e conseqüente angústia agônica por parte dos integrantes do grupo se fazem vigência, estamos diante de uma consciência axiológica, diante de um “ens complexum” chamado Valor.

Ressalta-se que nesta compreensão de Costa (2000) Valor é resultado de uma consciência axiológica de um grupo, ou seja, a percepção de valor é um fenômeno social.

Lucas e Passos (2015, p. 147) afirmam que “no momento da emissão de juízos de valor, cada pessoa manifesta um sistema hierárquico de diferentes valores em decorrência da subjetividade de cada um e de suas incomensuráveis histórias de vida”.

Os autores Lucas e Passos (2015) a partir de um levantamento da literatura citam classes de valores que consideram “mais gerais”, tendo em vista que cada axiólogo propõe sua classificação e hierarquização:

- a) valores éticos – tais como solidariedade, lealdade, honestidade;
- b) valores estéticos – seja, o juízo de feio, belo, harmônico;
- c) valores religiosos – exemplificados como santidade, perfeição, pureza;
- d) valores políticos – tais como cidadania, liberdade, justiça;
- e) valores vitais – saúde, força;
- f) valores cognitivos – adequação empírica, consistência, poder explicativo.

Na sociologia, Schwartz (2006) afirma que o conceito de valor nas ciências sociais padece devido à falta de consenso sobre a definição de valores; seu conteúdo; assim como a falta de métodos fiáveis para medir os valores. Para o autor valores são os conceitos socialmente desejáveis que são usados para representar objetivos (motivações ou necessidades) no nível mental e, ao mesmo tempo, o léxico usado para se referir a esses objetivos nas interações sociais.

Os grupos de necessidades que subsidiam esta consciência de valor são:

- a) necessidades biológicas;
- b) interação social;
- c) garantia do bom funcionamento e sobrevivência dos grupos (SCHWARTZ, 2006).

A teoria dos valores adota uma concepção de valores que lhes atribui seis características principais: 1) Valores são crenças associadas inseparavelmente com afetos. Quando os valores são "ativados", eles combinam com sentimentos; 2) Os valores estão relacionados a metas desejáveis que motivam a ação; 3) Valores transcendem ações e situações específicas (ex. honestidade); 4) Os valores servem como padrão ou critério (guiam a seleção ou avaliação de ações, políticas, pessoas e eventos.); 5) Os valores são classificados em ordem de importância em relação um ao outro para os outros. Os valores de uma pessoa podem ser classificados em ordem de prioridade, e essa hierarquia é característica dessa pessoa; 6) A importância relativa de vários valores orienta a ação (SCHWARTZ, 2006).

Schwartz (2006) apresenta, uma proposta de hierarquia de valores elaborada com base em seu estudo empírico em que indica 10 valores “universais” que estão presentes em todas as culturas, apresentando ainda uma ordem de prioridade e os aos objetivos aos quais estão relacionados.

Segundo Schwartz (2006) existem muitas variações individuais na importância atribuída aos dez valores básicos, mas quando se coloca no nível da sociedade, observa-se semelhanças surpreendentes nas hierarquias dos valores. A partir desta hierarquia, percebe-se ainda, que os 2 primeiros valores da hierarquia estão relacionados ao bem-estar, seja na perspectiva individual ou social.

Três requisitos da natureza humana, indispensáveis ao funcionamento social, permitem explicar essa regularidade na hierarquia de valores que podem ser observados empiricamente: 1) prioridade em estabelecer e manter a cooperação e o apoio entre os membros dos grupos de base, estabelecendo relacionamentos positivos, identificação de grupo e lealdade aos membros. 2) os indivíduos devem ser motivados a dedicar tempo e fornecer os esforços físicos e intelectuais necessários para o sucesso de uma tarefa produtiva; eles devem querer resolver os problemas encontrados nesta ocasião, para conceber novas ideias e encontrar soluções técnicas. 3) é socialmente útil dar legitimidade à satisfação de necessidades e desejos pessoais, desde que não conflite com os objetivos do grupo. Se rejeitássemos todas essas gratificações individuais, os indivíduos ficariam frustrados, o que os faria parar de colocar sua energia a serviço do grupo e de suas ações (SCHWARTZ, 2006).

**Na Economia,** o entendimento de valor está relacionado também a um SER, normalmente mercadoria/produto/serviço, que podem ser entendidos, a partir de suas propriedades materiais, tem a propriedade de satisfazer as necessidades do homem. Essa característica é conhecida como valor de uso. Por outro lado, a mercadoria também tem a propriedade de poder ser trocada por mercadorias distintas de si própria ou, em outras palavras, de comprar outras mercadorias.

O valor na economia é entendido como algo socialmente definido, visto que é estabelecido em relações de troca ou mercado, em que são necessárias articulações sociais para negociação e estabelecimento deste valor.

O valor de troca pode ser definido pelo valor de uso da mercadoria, no que concerne a possibilidade de atendimento às necessidades, ou trazer felicidades ou benefícios ao indivíduo – Teoria da Utilidade. Para outros pensadores econômicos, o valor de troca é definido pela quantidade de trabalho necessário para a sua produção e que o valor de uso é intrínseco a mercadoria, sem o valor de uso, nem poderia ser considerado uma mercadoria (BACKHOUSE, 2007; HUNT; LAUTZENHEISER, 2013).

Considerando o exposto, verifica-se que o entendimento de valor na concepção filosófica, sociológica e econômica guarda um ponto de congruência importante: o valor é valor para um sujeito, que deve ser entendido como o ser humano como um todo, logo o valor é algo socialmente construído.

### **2.3.1 Valor social**

É consensual, na literatura acadêmica, apontar como principal característica distintiva do empreendedorismo social a missão de criar e maximizar o valor social (PARENTE *et al.*, 2013; PEREDO; MCLEAN, 2006).

Não só a criação de valor social é um aspecto integral do empreendedorismo social, mas também que o conceito de valor social em si é complexo e ambíguo e, portanto, é um dos fatores que contribuem para o caráter internamente complexo do empreendedorismo social (CHOI; MAJUMDAR, 2014).

Definir o valor social que uma atividade está a gerar é particularmente difícil na medida em que o termo “social” é entendido por alguns autores como complexo e, por vezes, contraditório (MEDEIROS *et al.*, 2017).

Existem, segundo Parente *et al.* (2013) três aspectos importantes que ajudam a caracterizar a complexidade inerente ao valor social: (1) a legitimidade funcional do empreendedorismo social refere-se à perspectiva que considera que as necessidades sociais existem devido a falhas ou discontinuidades sistêmicas que não só as sustentam como são incapazes de as resolver efetivamente; (2) estas falhas ou discontinuidades sistêmicas só são identificadas como tal, e alvo de intervenção do empreendedorismo social, porque existe uma leitura crítica: a proposta de criação de valor social está intimamente ligada aos valores, nomeadamente, de justiça, equidade, autodeterminação, pelo que é necessária uma avaliação sobre quais são relevantes e porquê; (3) as ações são destacadas como sendo benéficas, isto é, como tendo efeitos positivos valorizados por quem é o alvo da intervenção ou por quem tem legitimidade sobre a mesma. Este último ponto é crucial em qualquer formulação do que consiste um valor social – é benéfico porque é valorizado.

Visando estabelecer um marco referencial para entendimento do Conceito de Valor Social, elenca-se no Quadro 8 definições propostas por diversos autores.

Quadro 6 – Definições/entendimento do conceito valor social

Autoria	Conceito de Valor Social/Criação de Valor Social
Leadbeater (1997).	Criar valor social é <u>gerar “capital social”</u> , o qual compreende ativos tangíveis (como prédios, serviços e redes de apoio) e intangíveis (identidade, reputação, respeito por alguma conquista, confiança, entre outros) que pertencem à comunidade.
Porter e Kramer (1999).	A criação de valor social ocorre quando uma organização sem fins lucrativos <u>"alcança um benefício social equivalente com menos dólares ou cria maiores benefícios sociais para custos comparáveis"</u> (p. 126).
Emerson e Cajab (2001).	Criação de valor por parte do EMPREENDEDORISMO SOCIAL, que se traduz na <u>melhoria das condições de vida dos indivíduos ou sociedade</u> como um todo por meio da combinação dos recursos, <i>inputs</i> , processos ou políticas.
Peredo e Mclean (2006).	<u>Contribuição para o bem-estar ou bem-estar em uma dada comunidade humana.</u>
Young (2006).	A criação de valor social pelos empreendedores sociais se baseia na <u>medição dos benefícios adquiridos por pessoas cujas necessidades urgentes não estão sendo atendidas por qualquer meio.</u>
Mair e Noboa (2006).	A criação de valor social pode ser definida como a <u>solução ou o alívio de um problema social.</u>
Certo e Miller (2008).	Valor social são as necessidades básicas e antigas da sociedade. O valor social envolve o cumprimento de necessidades básicas e de longa duração aos membros da sociedade que estão em necessidade.
Auerswald (2009).	A criação de benefícios ou reduções de custos para a sociedade – por meio de esforços para atender às necessidades e problemas da sociedade – de maneiras que vão além dos ganhos privados e dos benefícios gerais do mercado.
Comini, Barki e Aguiar (2012).	Valor social pode ser entendido como indicadores <u>intangíveis</u> (como cidadania, autoestima, capital social).
Souza Matitz, Muller e Schlemm (2012).	Valor social pode ser entendido como <u>as necessidades básicas e atemporais da sociedade.</u>
Dardour (2012).	Define proposta de valor a proposta de valor como a oferta para atender às necessidades expressadas por um grupo de cidadãos.
Felício, Gonçalves e Conceição Gonçalves (2013).	O valor social <u>refere-se aos bens e serviços necessários fornecidos por organizações com fins sociais</u> , como promover o desenvolvimento comunitário, defender políticas mais inclusivas e mais justas, ou lidar com uma variedade de outros problemas sociais (p. 214).
Social Value UK (2018).	O valor social é a quantificação da <u>importância relativa que as pessoas atribuem às mudanças que experimentam em suas vidas.</u> Alguns, mas nem todo esse valor é capturado nos preços de mercado. <u>É importante considerar e medir esse valor social na perspectiva daqueles afetados pelo trabalho de uma organização.</u>

Fonte: elaborado pela autora com base na literatura.

A partir das definições de valor social e criação de valor social, e apesar de certa diversidade de elementos constitutivos deste conceito, verifica-se que alguns autores se referem a atributos intangíveis perceptíveis a nível das pessoas beneficiadas pela ação do Empreendimento Social e esta percepção dá-se por meio de comparativo – “melhoria” – entre a situação de bem-estar do indivíduo antes e após a ação do empreendedor social.

Segundo Thompson, Alvy e Less (2000, p. 239), a criação de valor social ajudam a “empoderar” seus membros para que eles tenham “maior responsabilidade e controle sobre suas vidas”.

A concepção de criação de valor social é tratada na literatura também sobre algumas perspectivas, tais como multiplicidades de beneficiados com a ação do empreendedorismo social, assim como amplitude de abrangência.

Quadro 7 – Perspectivas de análise da criação do valor social

Perspectiva de Análise	Concepção
Níveis	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Individual, meso e macro (ALTINAY <i>et al.</i> 2016)</li> <li>• Individual e Transformacional (Acs <i>et al.</i>, 2013)</li> <li>• Clientes (Mort <i>et al.</i>, 2003)</li> <li>• <i>Stakeholders</i> (Hulgard, 2010)</li> </ul>
Foco	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Amplo e Estreito (Hulgard, 2010)</li> </ul>
Abrangência	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Global e Local (Hulgard, 2010)</li> <li>• Direto e Indireto (Bernardino <i>et al.</i>, 2017)</li> </ul>
Amplitude Temporal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Curto e Longo Prazo (Alvord <i>et al.</i>, 2004)</li> <li>• Curto, Médio e Longo Prazo (Leadbeater, 1997)</li> </ul>
Tangibilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tangível (<i>hard</i>) e Intangível (<i>soft</i>) (Leadbeater, 1997; Thompson <i>et al.</i>, 2000)</li> </ul>
Impacto	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pequenas Mudanças e Grandes Mudanças (Alvord <i>et al.</i>, 2004)</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora com base na literatura.

Na perspectiva de análise de *níveis de criação de valor social* ou beneficiários da criação do valor social há uma diversidade de entendimento.

Para Altinay *et al.* (2016), os recursos organizacionais dos empreendimentos sociais permitem a geração de valor social em três níveis, com processos de criação de valor interligados: em um nível individual de partes interessadas; no nível meso e no nível macro (ALTINAY *et al.*, 2016).

Acs *et al.* (2013) entendem que no nível a) individual, valor social é o que uma pessoa valoriza mais do que o dinheiro pago, como um computador ou uma receita médica. No b) nível transformacional, representa a criação de valor social de forma de mudança na sociedade não apenas no nível dos indivíduos beneficiários (ACS *et al.*, 2013).

Mort, Weerawardena e Carnegie (2003, p. 82), propõe uma perspectiva de cliente e compreendem que os empreendedores sociais têm a “capacidade de reconhecer oportunidades para criar um valor social melhor para seus clientes”. Ainda na perspectiva de nível de criação de valor social, Hulgard (2010) entende que em princípio, o empreendedorismo social é limitado pelo interesse de criar um valor social em benefício dos interessados (*stakeholders*) em pequenas ou amplas comunidades.

Considerando a perspectiva *Foco*, Hulgard (2010) identificam que a criação de valor social pode ser a) amplo e global, como para a Ashoka, que trabalha com uma missão global de melhorar o acesso à educação básica, saúde, água potável e justiça social. O

valor social também pode ser b) estreito e global, mas ainda ambicioso e radical, como para a Fundação Grameen, cujo objetivo é acabar com a pobreza global (HULGARD, 2010).

Hulgard (2010) distingue a criação de valor social na perspectiva de *abrangência*, distinguindo 2 tipologias: 1) estreito e local, como o objetivo de criar melhores esquemas para a inclusão étnica em comunidades locais específicas, ou 2) amplas com o objetivo de melhorar a cidadania participativa e a capacidade institucional pelo uso de pontes e vinculação de capital social, em áreas desfavorecidas (HULGARD, 2010).

Já Bernardino *et al.* (2017), na perspectiva *abrangência*, propõe que as atividades da organização podem não só criar valor social:

- a) direto, como também proporcionar benefícios;
- b) indiretos.

O valor social é proporcionado de forma direta (formações, equipamentos para a agricultura, pescas) e/ou indireta (com sensibilizações acerca de uma questão social) (BERNARDINO *et al.*, 2017).

Numa perspectiva de *Amplitude Temporal*, Alvord *et al.* (2004) entendem que o empreendimento social produz, na melhor das hipóteses, pequenas mudanças no curto prazo que repercutem nos sistemas existentes para catalisar grandes mudanças a longo prazo (ALVORD *et al.*, 2004).

Empreendedores sociais nessa tradição precisam entender não apenas os problemas imediatos, mas também o sistema social mais amplo e suas interdependências, de modo que a introdução de novos paradigmas em pontos de alavancagem críticos pode levar a cascatas de mudanças que reforçam mutuamente sustentar arranjos sociais transformados (ALVORD *et al.*, 2004).

Também contribuindo com esta análise da Perspectiva *Amplitude Temporal*, Leadbeater (1997) indica que o valor dos empreendimentos sociais vem em três formas principais: 1) no curto prazo, os empreendimentos sociais podem trazer benefícios mensuráveis para a economia em geral, criando empregos, gerando produção ou economizando nos gastos públicos; 2) a médio prazo, eles têm grande valor como modelos potenciais para a reforma do estado de bem-estar, se puderem trabalhar de forma mais produtiva em aliança com o setor

público; 3) sua contribuição de longo prazo mais importante é sua capacidade de criar e investir capital social (LEADBEATER, 1997).

Na perspectiva de análise de *Tangibilidade* da Criação de valor social Tompson *et al.* (2000) destacam que os empreendedores frequentemente conduzem melhorias graduais com estratégias emergentes e que muitas vezes há um elemento tangível ligado aos resultados. Este poderia ser de uso único ou de múltiplos propósitos e ter impacto em várias seções da comunidade. Um valor de um "*hard asset*", recurso tangível, é que ele atua como um ponto focal para o esforço - tem que ser mais fácil levantar fundos para algo visível e tangível. Além disso a ausência de um recurso tangível, pode significar que alguns esquemas potencialmente muito valiosos nunca verão a luz do dia. O recurso tangível em si não é o resultado principal, é claro; mas sem ele, os resultados desejados podem não ser atingidos (THOMPSON *et al.*, 2000).

De um modo geral, a eficácia real de qualquer coisa considerada socialmente empreendedora implica avaliação "*soft asset*" ou qualitativa – mas medidas quantitativas como o número de clientes beneficiados, recursos externos arrecadados, o número de empregos criados e o número de voluntários (ou profissionais honorários) atraídos são todos ideais para fins de benchmarking (THOMPSON *et al.*, 2000).

Os empreendedores sociais trabalham reunindo as pessoas em parcerias para resolver problemas que parecem intransponíveis quando são abordados separadamente. Os empreendedores sociais põem em movimento um círculo virtuoso de acumulação de capital social. Eles usam redes de apoio para obter acesso a prédios e dinheiro, para recrutar pessoal-chave e criar uma organização capaz de crescer. Os dividendos desse processo raramente são financeiros. O principal dividendo é em si mesmo social: uma comunidade mais forte, mais capaz de cuidar de si mesma, com vínculos mais fortes de confiança e cooperação (LEADBEATER, 1997).

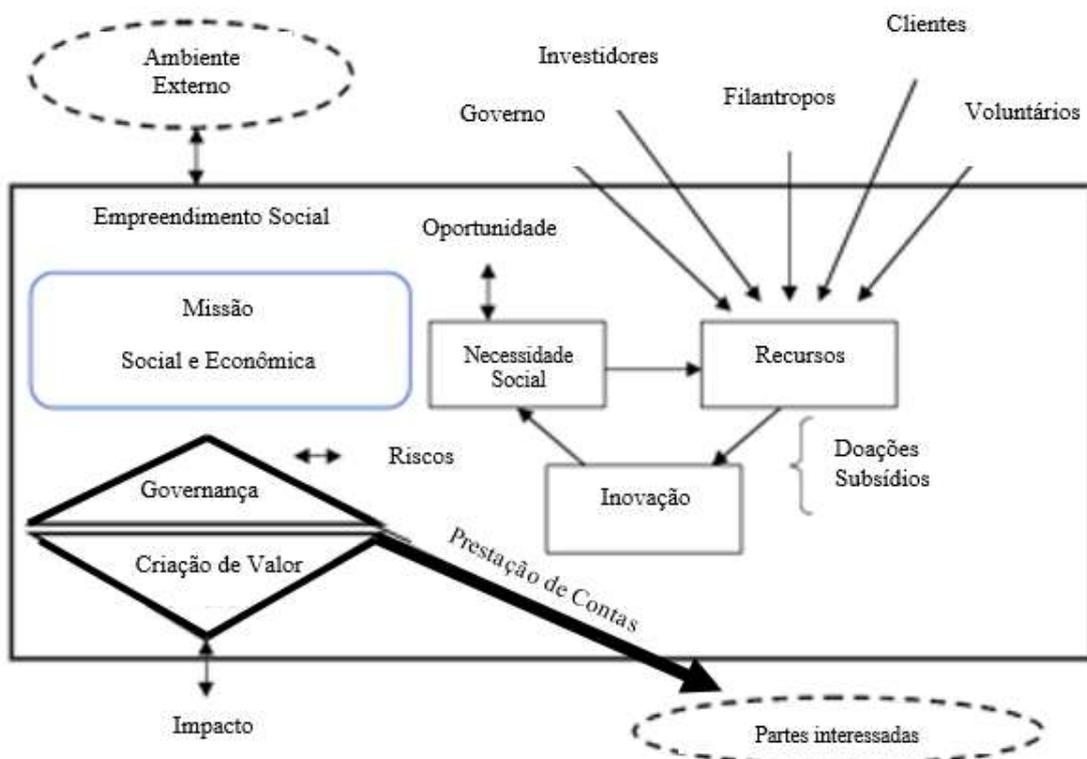
Apesar do papel do empreendedorismo social para criar valor social e transformação, ainda pouco se sabe sobre como o valor social pode ser gerado (ALTINAY *et al.*, 2016). Desta forma, na subseção subsequente são apresentados modelos propostos para entendimento da Criação de Valor Social.

### 2.3.2 Modelos de criação de valor social pelos empreendimentos sociais

Os modelos de criação de valor social dos empreendimentos sociais são em sua maioria baseados numa estrutura de *Business Model*. Serão apresentados os modelos dos autores Altinay, Sigala e Waligo (2016), Auerswald (2009), Austin, Stevenson e Weiskillern(2006), Brouard (2006), Dardour (2012), Hlady-Rispal e Servantie (2018) e Perrini e Vurro (2006), considerando a contribuições destes trabalhos ao entendimento do processo de criação do Valor Social pelos empreendimentos sociais.

A Figura 1 apresenta a proposta de modelo conceitual de Empreendedorismo Social e de Criação de Valor de Brouard (2006). O autor considera, em seu conceito primeiro a perspectiva de ambiente externo, com as contribuições de diversos *stakeholders* tais como Governo, Investidores, Filantropos, Voluntário e Cliente, sendo estes responsáveis pelas fontes de recursos do empreendimento social.

Figura 1 – Modelo conceitual de empreendedorismo social de Brouard (2006)



Fonte: Brouard (2006, p. 9, tradução própria).

Tradicionalmente, os recursos financeiros e humanos vêm de governos, filantropos e voluntários. Estes podem ser doações e subvenções. Nesses grupos, é possível agregar investidores e clientes e agregar a noção de renda auferida, além de fontes tradicionais de

financiamento. Além dessas fontes de financiamento, a empresa está sujeita ao ambiente externo e às forças que são exercidas pelo macroambiente ou pelas partes interessadas. Essas empresas devem monitorar e adaptar-se às forças externas ambientais (BROUARD, 2006).

Na perspectiva do modelo o elemento central é a missão. A missão deve ser social e econômica. É essencial que haja predominância na missão social. Esta missão social é o elemento que orienta todas as decisões. Do ponto de vista do empreendedorismo social, a presença de necessidades sociais traz oportunidades de negócios para atender a essas necessidades sociais (BROUARD, 2006).

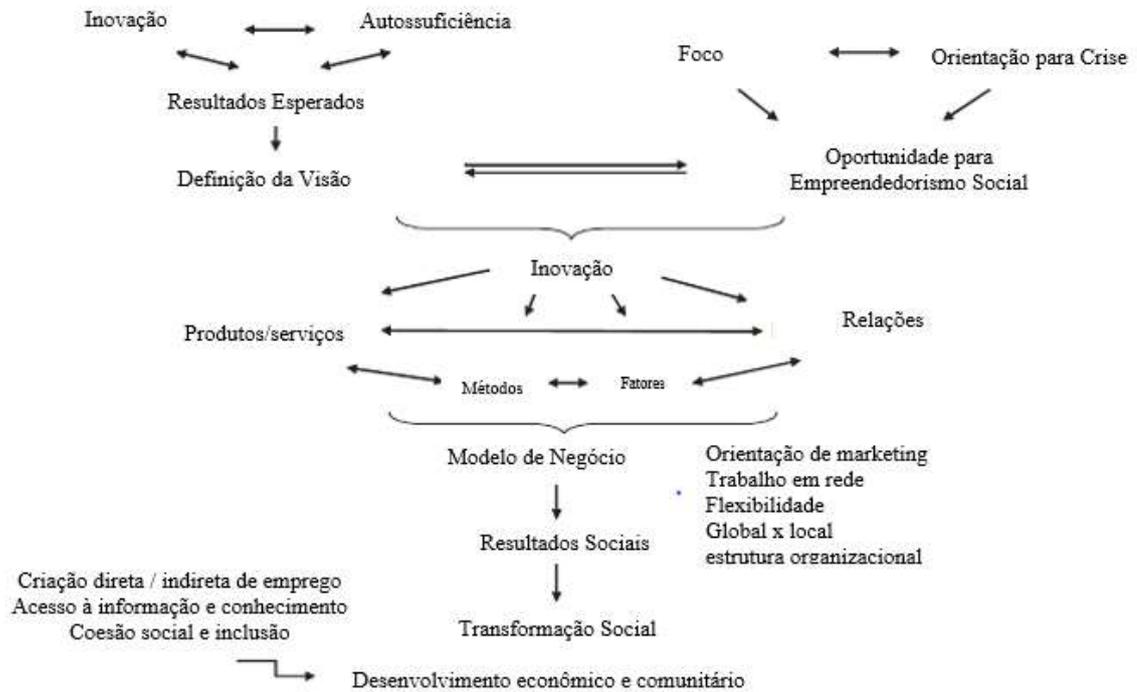
A dimensão empreendedora traz uma preocupação com a inovação e uma atitude proativa para atender às necessidades e aproveitar as oportunidades de negócios. Oportunidades são exploradas para gerar lucros. Assim, é possível criar soluções inovadoras (BROUARD, 2006).

As saídas proporcionadas pelo empreendimento social são informações para as partes interessadas (ou detentores de participação) advindos por meio das ações de Governança do Negócio e dos Impactos viabilizados a partir da criação de Valor, na perspectiva do autor, a criação de valor é híbrida, econômica e social e os impactos representam as externalidades positivas da ação do empreendimento social.

Nesta perspectiva a criação de valor social não é o resultado final do empreendimento social, mas um meio de alcançar impacto social.

Perrini e Vurro (2006) definem empreendedorismo social como um processo dinâmico criado e gerenciado por um indivíduo ou equipe (o empreendedor social inovador), que busca explorar a inovação social com uma mentalidade empreendedora e uma forte necessidade de conquista para criar um valor social no mercado e na comunidade.

Figura 2 – Modelo de empreendedorismo social de Perrini e Vurro (2006)



Fonte: Perrini e Vurro (2006, p. 78, tradução própria).

O processo começa com a definição de uma missão clara, socialmente empreendedora e a identificação de uma oportunidade empresarial viável decorrente de fatores orientados para a visão e orientados para a crise. A missão e a oportunidade de satisfazer uma necessidade social não satisfeita se transformam em uma inovação concreta. Esta inovação pode ocorrer em quatro dimensões possíveis: produtos ou serviços; métodos; processos e relações (PERRINI; VURRO, 2006).

Este modelo de negócio é explicitamente endereçado a um resultado ou resultados sociais específicos (*outcomes*) e conduz a uma transformação social geral a longo prazo, em termos de criação de emprego direto e indireto, acesso à informação e conhecimento e coesão social.

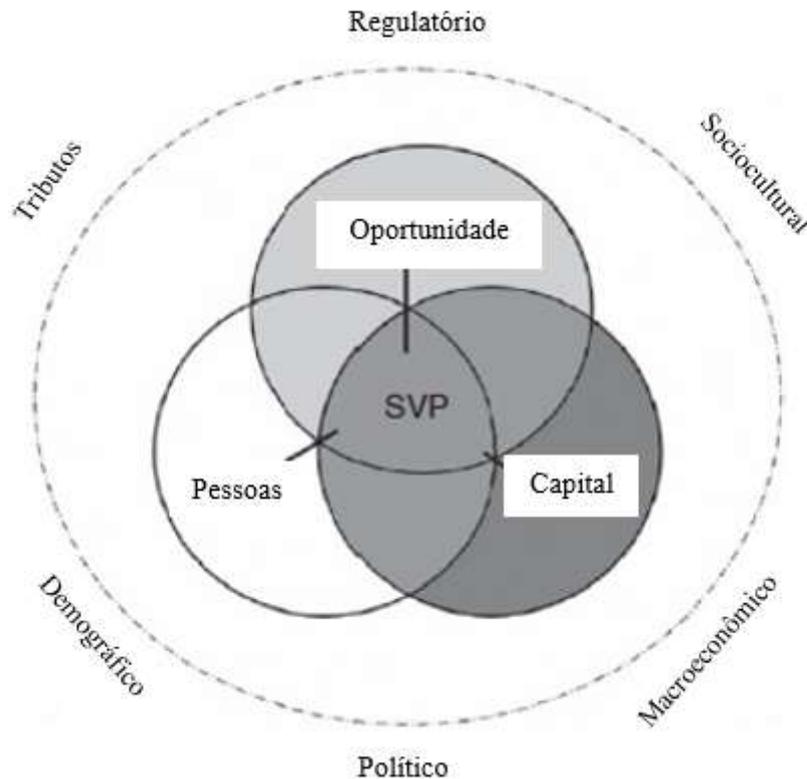
Como inovação, a transformação social é um *construto* multidimensional que consiste na criação de empregos simultâneos ou temporalmente subsequentes, no acesso à informação, na coesão social e no desenvolvimento econômico e comunitário (PERRINI; VURRO, 2006).

No modelo de Perrini e Vurro (2006) pode-se visualizar novamente que a criação de valor social se dá no nível do *Social Outcomes* e que este proporciona como saída final a transformação social esperada, que pode ser entendido como o Impacto Social.

Percebe-se, desta forma, alinhamento com o modelo proposto por Brouard (2006).

A natureza distintiva e o papel central da missão nas empresas sociais e a natureza multifacetada do valor social gerado dão à Proposta de Valor Social (SVP) uma lógica centralidade no quadro conceitual do Empreendedorismo Social (AUSTIN *et al.*, 2006).

Figura 3 – Modelo de empreendedorismo social de Austin, Stevenson e Wei-Skillern (2006)



Fonte: Austin, Stevenson e Wei-Skillern (2006, p. 380, tradução própria).

A Figura 3 apresenta essa estrutura revisada de empreendedorismo social como um diagrama de Venn com o círculo de oportunidades no topo, porque esse é o ponto inicial para o empreendedorismo (AUSTIN *et al.*, 2006).

As duas variáveis de habilitação - pessoas e recursos de capital - são os círculos inferiores. Os três círculos se cruzam, refletindo a natureza sobreposta e interdependente das variáveis. No centro está a SVP como a variável integradora. Ao redor dos três círculos estão

as forças contextuais que moldam as outras variáveis e exigem o escrutínio do empreendedor (AUSTIN *et al.*, 2006).

A análise e estrutura acima mencionada destacam para os profissionais a importância de um foco em primeiro lugar no SVP. Este fato pode parecer óbvio, no entanto, na prática, é frequente que o empreendedor social se torne cada vez mais focado nos interesses organizacionais como um meio de alcançar o impacto social e não no próprio impacto social (AUSTIN *et al.*, 2006).

Este fenômeno não é surpreendente, dado que a razão é muitas vezes que uma organização maior e com melhores recursos estará mais apta a cumprir a sua missão social. Contudo, o desafio de obter recursos para a organização pode tornar-se tão demorado para o empreendedor social que pode se tornar o foco principal das atividades da organização. O objetivo de promover a organização pode, inadvertidamente, tornar-se um fim em si, às vezes ao custo da criação de valor social (AUSTIN *et al.*, 2006).

Para entregar de maneira eficaz o SVP, o empreendimento social deve alcançar um estado de alinhamento, tanto externamente quanto internamente, entre os componentes-chave da estrutura, a oportunidade, as pessoas, o capital e o contexto (AUSTIN *et al.*, 2006).

Permanecer sintonizado sobre como as mudanças contextuais podem afetar a oportunidade e o ambiente de recursos humanos e financeiros que causam a necessidade de realinhamento é uma habilidade fundamental para o empreendedor social (AUSTIN *et al.*, 2006).

Além disso, os profissionais devem permanecer cientes de uma característica única do contexto operacional, a saber, que a demanda social por criação de valor social é enorme. Isso cria uma infinidade de oportunidades para os empreendedores sociais e uma tentação concomitante sempre presente para abordar mais e mais deles. A tarefa de um empreendedor social é, então, determinar, em qualquer momento, como definir o escopo apropriado da oportunidade que pode ser efetivamente buscada. Isso dependerá de garantir que o escopo esteja alinhado internamente com as pessoas e recursos disponíveis. A extensão excessiva do escopo pode causar um desalinhamento que poderia corroer o núcleo do SVP (AUSTIN *et al.*, 2006).

Buscando abordar um conjunto muito amplo de questões com recursos humanos e financeiros muito limitados, pode, na verdade, resultar em baixo impacto social, porque os recursos das organizações estão muito escassos (AUSTIN *et al.*, 2006).

Embora um empreendedor social possa dedicar uma atenção considerável para alcançar o alinhamento organizacional externo e interno, também é importante ter em mente que o impacto social pode ser gerado com mais eficiência além das fronteiras organizacionais (AUSTIN *et al.*, 2006).

Embora o valor social seja muitas vezes criado ao trazer recursos para os limites da organização e ao criar saídas diretamente, em outros casos, a organização pode realmente ter um impacto social maior trabalhando em colaboração com organizações complementares, ou mesmo concorrentes antigos ou potenciais.

*Networking* por intermédio das fronteiras organizacionais para criar valor social é uma estratégia poderosa para os empreendedores sociais, porque os objetivos de criação de valor social não exigem que o valor seja capturado dentro dos limites da organização (AUSTIN *et al.*, 2006).

O empreendimento social pode, assim, ser conceituado como um veículo para que a criação de valor social, seja diretamente ou facilitando com e pelos outros (AUSTIN *et al.*, 2006).

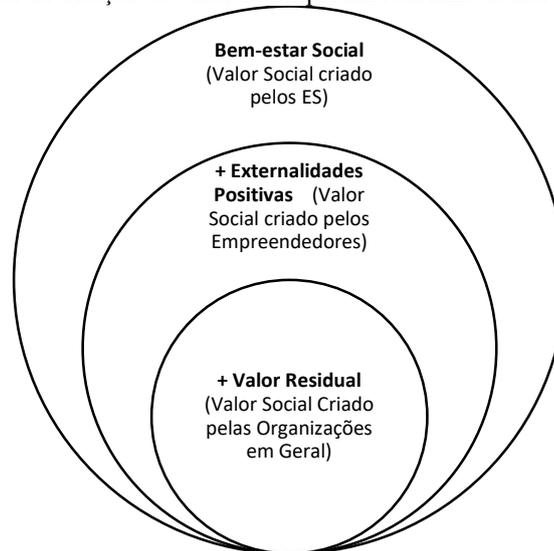
Austin, Stevenson e Wei-Skillern (2006) mesclam a utilização do entendimento das saídas do empreendedorismo social, algumas vezes utilizando a expressão valor social em outras, impacto social. Contudo percebe-se a distinção de entendimento quanto ele afirma que ao abordar um conjunto amplo de questões com recursos limitados pode resultar em baixo impacto social, visto que ao tratar diversas questões proporciona a criação de valor social relacionada as questões trabalhadas, mas o resultado geral pode representar melhor impacto social que se o empreendedor focasse apenas em uma ou poucas propostas de criação de valor.

Neste entendimento, o impacto social é consequência da criação de valor social.

Auerswald (2009), em sua análise da criação de valor social pelo empreendedorismo social, destaca que os empreendimentos sociais podem gerar valor em três perspectivas, desde uma perspectiva *macro*, ou seja a criação de valor criada pelas “organizações em geral”; *meso*, como a criação social gerada pela ação empreendedora e

específica, que ocorre a partir da utilização dos recursos voltados para missão social da organização. E micro, o que ele chama de valor residual, ou valor social criado pelas organizações em geral, independente de seus propósitos organizacionais.

Figura 4 – Modelo de criação de valor do empreendedorismo social de Auerswald (2009)



Fonte: elaborado pela autora a partir de Auerswald (2009).

#### Criação de Valor Social pelas Organizações em geral.

Qualquer empreendimento por meio de sua presença em um mercado competitivo está gerando algum aumento no valor privado capturado por outros. Ao ofertar novos empregos, eles impedem as empresas existentes sub-remunerarem os seus funcionários; ao ofertar novos bens e serviços, eles impedem os produtores existentes de cobrar preços abusivos dos consumidores potencialmente vulneráveis (AUERSWALD, 2009).

#### **a) Criação de valor diferenciada pelos empreendedores (geral – social ou comercial)**

Os empreendedores podem fazer muito mais para criar valor social do que o lucro direto a serviço da sociedade. Eles também podem criar valor social participando de atividades que tenham um impacto que se estenda além do que estão fazendo imediatamente, o que os economistas chamam de gerar externalidades positivas (AUERSWALD, 2009).

A externalidade positiva mais significativa criada pelos empresários, no entendimento do autor, é o impacto benéfico que eles têm na governança. Na verdade, é precisamente o fracasso dos governos que cria oportunidades para os empreendedores sociais,

assim como o fracasso das corporações existentes cria oportunidades para outros tipos de empreendedores (AUERSWALD, 2009).

As ações de empreendedores de todos os tipos servem para descentralizar o poder. Em muitos contextos, os empreendedores – sociais e outros - servem para fazer os mercados e os governos funcionarem de forma mais eficiente. Eles aumentam a transparência e a responsabilidade, reduzem o poder dos encarregados, aumentando as opções do consumidor e introduzem inovações tecnológicas e organizacionais. Desta e de outras formas, eles pressionam os operadores estabelecidos (inclusive os governos) para melhorar a qualidade dos bens e serviços fornecidos (AUERSWALD, 2009).

Entendida em seu contexto completo, a entrada empreendedora é um elemento vital de um processo dinâmico que obriga as eficiências econômicas a trabalhar a serviço, ao invés de em oposição à boa governança (AUERSWALD, 2009).

Outra dimensão importante do empreendedorismo e da criação de valor diz respeito à equidade. A existência de atividade empreendedora nos mercados e o eventual reinvestimento de resíduos nada mais fazem do que criar a possibilidade de crescimento econômico e progresso social. O valor residual reivindicado pelos empresários também fornece um recurso que pode ser usado para enfrentar os desafios da sociedade nos casos em que os mercados podem ser pouco desenvolvidos ou inexistentes. O valor residual cria oportunidades de reinvestimento e de atividades que podem potencialmente beneficiar pessoas não envolvidas nas transações originais (AUERSWALD, 2009).

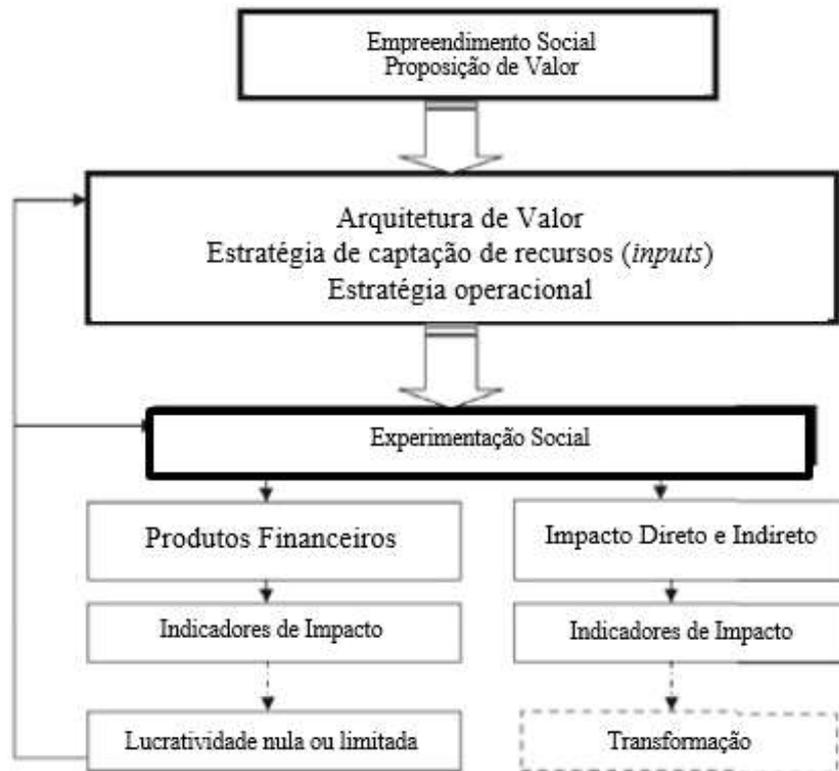
#### **b) Criação de valor social do empreendedorismo social (específica)**

Para fazer comparações interpessoais de bem-estar, não se deve concentrar em commodities/bens (e disposição para pagar) como no modelo convencional, mas sim em capacidades (e disposição para viver), (AUERSWALD, 2009).

A noção de capacidades humanas (e seu inverso, a privação) é importante, pois fornece uma dimensão adicional para medir a criação de valor social e, assim, diferenciar o empreendedorismo social de outras formas de empreendedorismo (AUERSWALD, 2009).

O modelo conceitual de Empreendedorismo Social de Dardour (2012) baseia-se no conceito de *Business Model*. Sua parte superior diz respeito ao processo organizacional que começa com o impulso da ideia e as motivações de seus fundadores (um coletivo).

Figura 5 – Modelo de empreendedorismo social de Dardour (2012)



Fonte: Dardour (2012, p. 35, tradução própria).

A dinâmica coletiva em torno do projeto torna possível transformar a ideia em uma organização visível para outros atores. A proposta de valor diz respeito ao fornecimento de produtos e/ou serviços que a empresa social planeja distribuir para cada população-alvo (DARDOUR, 2012).

O segundo retângulo diz respeito à arquitetura de valor, ou seja, a origem dos recursos necessários para desenvolver as atividades da organização e a articulação desses recursos entre eles. O empreendimento social coordena as diversas transações com sua rede de links com diversos *stakeholders* (DARDOUR, 2012).

O terceiro componente da experimentação social centra-se na dinâmica de inovação social exibida pelas empresas sociais. De fato, as empresas sociais experimentam regularmente novos programas, em sua maioria complementares ao seu *core business*. Essas inovações

geralmente emergem das práticas dos atores e das necessidades de mudança dos usuários. Aprender fazendo é a fonte da inovação (DARDOUR, 2012).

A parte inferior da Figura 5 ilustra as duas categorias de saída esperadas. O primeiro resultado é a produção e venda de bens e serviços para beneficiários ou clientes. Essa atividade gera valor econômico para cobrir as despesas operacionais. Para gerar este valor, o empreendimento social deve remunerar certos recursos (remuneração dos empregados, pagamento de fornecedores, clientes etc). Quando a empresa realiza um excedente financeiro, pode decidir criar "reservas indivisíveis" (obrigatório no caso de cooperativas), ou mesmo remunerar investidores de capital (dividendos limitados a um terço do resultado para cooperativas). A maior parte do excedente é reinvestida no projeto ou na experimentação de novas ações e consolida o patrimônio coletivo (DARDOUR, 2012).

A segunda saída representa os impactos das atividades econômicas sobre as pessoas e o meio ambiente. Indicadores de impacto social e indicadores de impacto econômico são essenciais para entender o desempenho geral de uma empresa social. Outro impacto indireto é o potencial de replicação da inovação social. Os impactos das inovações sociais são, portanto, sempre complexos para medir: impactos econômicos, impactos sociais e impactos indiretos (DARDOUR, 2012).

A transformação pode ser entendida como aquela que está além de sua contribuição para melhorar as condições de vida do público afetado por suas ações, o empreendimento social carrega a semente da mudança de práticas convencionais ao nível da sociedade ou a possibilidade de mobilizar essa mesma em torno de seu próprio futuro. Trata-se de dar a todos os atores da sociedade a capacidade de adquirir novas formas de pensar e agir. Os atores envolvidos nesse processo de transformação estrutural são necessariamente o Estado, comunidades, empresas e cidadãos (DARDOUR, 2012).

O modelo de Dardour (2012) possibilita uma compreensão similar as “saídas” do **Empreendedorismo Social**, no entendimento que as contribuições para melhorar a qualidade de vida das pessoas ou mudanças diretas, representariam a criação de valor social, enquanto o resultado do empreendedorismo social, são as transformações sociais, que podem ser compreendidas como impacto social ou externalidades positivas.

Altinay, Sigala e Waligo (2016) apresentam seu modelo de criação de valor social de acordo com a Lógica Dominante do Serviço (SDL), no entendimento de que o valor não está

embutido nos bens (valor de troca), mas é cocriador à medida que os vários atores sociais e econômicos interagem, trocam e integram recursos (valor em uso) para melhoria.

Figura 6 – Modelo de criação de valor social de Altinay, Sigala e Waligo (2016)



Fonte: elaborada pela autora a partir de Altinay, Sigala e Waligo (2016).

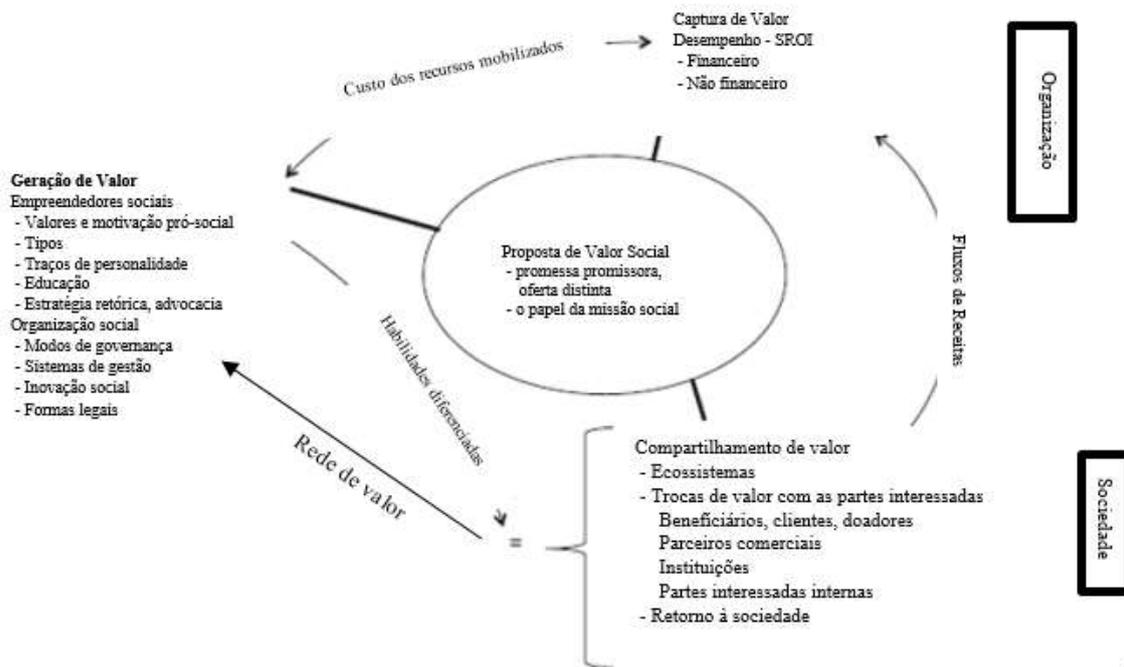
Os recursos podem ser operantes (aqueles que atuam sobre outros recursos, por ex. habilidades e conhecimento) ou operando (recursos tangíveis alocados ou acionados, por exemplo, bens). Os recursos também são geralmente divididos em recursos físicos (por exemplo, energia, emoção e força), sociais (por exemplo, relações familiares, comunidades e relações comerciais) e culturais (ou seja, conhecimento especializado e habilidades, história e imaginação). Como nenhum ator pode possuir ou acessar todos os recursos de que necessita, o valor é co-criado dentro de ecossistemas de serviços que representam redes dinâmicas e interconectadas de recursos, integrando atores conectados por lógicas institucionais compartilhadas e criação de valor mútuo (ALTINAY *et al.*, 2016).

O empreendedorismo social deve permitir a geração de valor social em três níveis com valor de intertravamento processos de criação: 1) a nível individual das partes interessadas, influenciando mentalidades e mecanismos de criação de significado; 2) em nível meso, por meio de redes e desenvolvimento de relações com diversos atores para mobilizar a acessibilidade, integração e adequação de recursos ao contexto ecossistêmico e apoiar processos de criação de significado que possam levar a 3) um significado compromisso coletivo (macro-nível) que por sua vez, pode mudar mentalidades e comportamentos das partes interessadas (nível micro) e sua vontade e motivação para trocar recursos no nível meso. Conseqüentemente, o estudo também confirma o papel crítico de todos os três blocos de construção do capital social em permitir que a Empreendimentos Sociais fomente processos de co-criação de valor social nas redes (ALTINAY *et al.*, 2016).

Em outras palavras, o estudo demonstra que o ímpeto da criação de valor social não está dentro do empreendedor social ou empreendimento social, mas dentro do sistema social que ambos habitam e depois tentam desenvolver (ALTINAY *et al.*, 2016).

Entre os modelos mais recentes temos o modelo de Hlady-Rispal e Servantie (2018) que também se baseia no conceito de *Business Model (BM)*.

Figura 7 – Modelo de criação de valor de Hlady-Rispal e Servantie (2018)



Fonte: Hlady-Rispal e Servantie (2018, p. 73, tradução própria).

Neste modelo a criação de valor refere-se primeiro à geração de valor e proposição de valor (fontes de criação de valor). A geração de valor é possibilitada pelas capacidades humanas e recursos organizacionais exigidos pelo empreendimento para operar (HLADY-RISPAL; SERVANTIE, 2018).

A literatura sobre Empreendimentos Sociais argumenta que:

- a) o valor é criado por vários atores diferentes, sendo o primeiro o empreendedor social em interação com outros *stakeholders*;
- b) Os valores e habilidades dos atores, bem como as formas pelas quais esses atores estão ligados, têm um impacto sobre o grau de geração de valor;

- c) A proposição de valor está relacionada ao valor que um empreendedor deseja fornecer a um mercado-alvo por meio de uma organização (HLADY-RISPAL; SERVANTIE, 2018).

Assim, o processo de criação de valor requer a análise de 'valor de uso', o que a organização acredita que seus clientes mais valorizam, e a transmissão disso para as diferentes partes interessadas, a fim de receber recursos e habilidades que criar vantagem competitiva (HLADY-RISPAL; SERVANTIE, 2018).

De acordo com o valor e a literatura da BM, a expansão da geração de valor depende da relevância da proposição de valor, das maneiras pelas quais os fluxos de informação, recursos e bens são gerenciados e da escolha de uma forma legal pertinente à/da organização (HLADY-RISPAL; SERVANTIE, 2018).

A segunda dimensão da criação de valor - captura de valor - está relacionada à retenção de valor ou à apropriação de valor pelo empreendimento social. Ela é possibilitada por fluxos de receita derivados de bens ou informações trocadas, fluxos financeiros de diferentes partes interessadas, depois de levar em conta o custo de capital e o custo dos recursos reunidos (HLADY-RISPAL; SERVANTIE, 2018).

Refere-se ao modelo econômico da empresa, sua lógica para obter lucros e sua capacidade de gerenciar sua estrutura de custos, bem como seu desempenho financeiro e não financeiro. Examinar as maneiras pelas quais a captura de valor ocorre em empreendimentos sociais nos permite caracterizar os desafios específicos das fontes de receita dos empreendimentos sociais, seu desempenho multifacetado e seus desafios associados (HLADY-RISPAL; SERVANTIE, 2018).

A terceira dimensão, compartilhamento de valores, refere-se aos fluxos de valor que ocorrem no ecossistema no qual a Organização Social (OS) evolui. A partilha de valor considera a transferência de valor do empreendimento social para um ecossistema mais amplo, incluindo retornos para outras partes interessadas e para a sociedade em geral. Está relacionado ao impacto que o empreendimento tem sobre a arquitetura do ecossistema no qual ele evolui e as vantagens que ele proporciona para as partes interessadas e para a sociedade (HLADY-RISPAL; SERVANTIE, 2018).

Os retornos para as partes interessadas são definidos pela literatura de valor como

- a) valor de troca, e estes podem ser: financeiros, em termos do preço pago em troca do uso de um serviço ou produto; social, em relação à reputação ou notoriedade que os *stakeholders* constroem por meio de seus investimentos em outra organização;
- b) ou social, na medida em que beneficiam o meio ambiente e a comunidade (HLADY-RISPAL; SERVANTIE, 2018).

A distribuição de valor possibilita a criação de uma rede de valor - uma rede de relacionamento com *stakeholders* externos (fornecedores, clientes, parceiros, instituições, reguladores) – que dissemina os recursos do empreendimento (HLADY-RISPAL; SERVANTIE, 2018).

Neste modelo a criação de valor, dá-se a partir da distribuição da criação de valor gerado dentro da organização pelos diversos recursos e relações entre os envolvidos, este valor dá-se por transformações no: ecossistema em que a organização está inserida; entre os diversos *stakeholders* e na sociedade como um todo. Sendo o entendimento de criação de valor também entendido de forma híbrida (financeiro/econômico e social).

Pode-se compreender a criação de valor no ecossistema e sociedade como impacto social da organização – externalidades positivas e na perspectiva dos indivíduos envolvidos a perspectiva da criação de valor social. Neste modelo, o autor não apresenta valor social e impacto social/transformação como saídas sequenciais e dependentes (a segunda da primeira), mas apenas interdependentes.

Sumarizando as contribuições dos diversos autores, apresenta-se o Quadro 8, com o objetivo de indicar os principais pontos de convergência e divergência.

Quadro 8 – Cronologia de modelos de criação de valor social seus outcomes e impactos

<b>Autor</b>	<b>Outcomes</b>	<b>Criação de Valor Social</b>	<b>Impacto Social</b>
Brouard (2006).	Híbrida: Social e Econômica.	Resultado direto da ação da Empreendimentos Sociais junto aos indivíduos.	Externalidades positivas da ação das Empreendimentos Sociais.
Perrini e Vurro (2006).	Social.	Resultado direto da ação da Empreendimentos Sociais junto aos indivíduos.	Externalidades positivas da ação das Empreendimentos Sociais.
Austin <i>et al.</i> (2006).	Social.	Resultado direto da ação da Empreendimentos Sociais junto aos indivíduos.	Externalidades positivas da ação das Empreendimentos Sociais.
Auerswald (2009).	Valor Social e Externalidades Positivas.	Resultado direto da ação da Empreendimentos Sociais junto aos indivíduos. Bem-estar	Externalidades positivas da ação das Empreendimentos Sociais.

Quadro 8 – Cronologia de modelos de criação de valor social seus outcomes e impactos

<b>Autor</b>	<b>Outcomes</b>	<b>Criação de Valor Social</b>	<b>Impacto Social</b>
		Capacidades	
Dardour (2012).	Financeiro e Social.	Impacto social direto Resultado direto da ação da Empreendimentos Sociais junto aos indivíduos.	Impacto Social Indireto Transformação Social. Externalidades Positivas.
Altinay <i>et al.</i> (2016).	Valor de Troca (financeiro) Valor de Uso (benefícios).	Nível Micro (nível dos indivíduos).	Nível Macro (mudança no comportamento Social).
Hladly-Rispal e Servantie (2018).	Financeiro Não Financeiro.	Interdependente dos Impactos Sociais.	Interdependente da criação de valor social.

Fonte: elaborado pela autora.

Os modelos apresentados, possuem diversas convergências importantes, em especial no que concerne ao problema foco deste trabalho, possibilita o entendimento da existência de dois conceitos (saídas/*outcomes*) do processo de ação dos empreendedores sociais: criação de valor social e impacto social/transformação social.

Mesmo se entendidos como sequencias e interdependentes ou apenas como saídas simultâneas e interdependentes a distinção entre os dois conceitos é relevante para o entendimento dos limites do conceito de valor social.

Com membros em mais de 45 países e redes em mais de 20 países, o SVI é um movimento de indivíduos e organizações que estão interessados em contabilizar o valor social, e considerando a determinação das diferenças entre os conceitos relacionados aos *Social Outcomes*, ou Resultados Sociais, apresentam o seguinte entendimento. Primeiro que Resultados Sociais – apesar de apresentarem múltiplas definições, compartilham 2 temas em comum e as diferenças entre os tipos de outcomes surgem a partir destes pontos – uma mudança para as pessoas; uma mudança que pode ser atribuída a uma atividade (SOCIAL VALUE UK, 2018b).

As mudanças são às vezes definidas como mudanças na vida das pessoas ou no seu bem-estar, criação de valor social. Outras situações, as alterações que podem ser atribuídas à atividade, estas são geralmente reconhecidas como positivos e negativos e resultam da atividade, independentemente do objetivo da atividade, e podem, portanto, incluir igualmente mudanças intencionais e não intencionais (SOCIAL VALUE UK, 2018b).

A segunda definição – mudanças atribuídas à atividade - é o Impacto Social, e geralmente se concentra nos resultados positivos pretendidos e exclui especificamente as mudanças positivas ou negativas não intencionais (SOCIAL VALUE UK, 2018b).

E o Valor Social, que em algumas definições é considerado sinônimo de impacto social, consiste na verdade em mudanças no bem-estar das pessoas, embora, na prática, haja momentos em que outras coisas serão valorizadas, especialmente mudanças no ambiente (SOCIAL VALUE UK, 2018b).

Estabelecendo um marco teórico para diferenciar os *outcomes* sociais dos empreendimentos sociais, em que o impacto social é entendido como as mudanças sociais intencionais atribuídas a atividade do empreendimento social e criação de valor social como mudanças na vida das pessoas, mas especificamente, mudanças no bem-estar das pessoas beneficiadas pela ação dos empreendimentos sociais. Isto posto, recorre-se as abordagens das escolas econômicas de bem-estar social para compreender bem-estar, e encontra-se na abordagem das Capacidades de Amartya Sen alinhamento teórico para estudar as mudanças de bem-estar, sob uma perspectiva multidimensional, não focada apenas na perspectiva: renda.

## **2.4 Abordagem das capacidades de Amartya Sen**

Durante a maior parte do século XIX e início do século XX, os economistas se consideravam “filósofos morais”, como qualificados para comentar sobre a equidade dos processos sociais e sobre sua eficiência. Essa tradição chegou ao fim abruptamente com a publicação, em 1939, por John R. Hicks, do livro clássico *Value and Capital* – um trabalho que levou a criação de valor como um ponto de partida para a síntese teórica fundamental. Hicks afirmou vigorosamente que o campo da economia deve ser baseado não na fantasia da felicidade objetivamente mensurável, mas sim nos julgamentos subjetivos de valor revelados por meio de transações de mercado. Como a utilidade não era mensurável, as comparações interpessoais de bem-estar estavam fora dos limites (AUERSWALD, 2009).

A Teoria das Capacidades de Amartya Sen (2003), tem suas raízes em teóricos econômicos clássicos: Adam Smith e Karl Marx, e na filosofia, em Aristóteles. Baseia-se na avaliação da mudança social em termos do enriquecimento da vida humana dela resultante. Sem desconsiderar que a qualidade da vida humana é uma questão muito complexa. A teoria concebe a vida humana como um conjunto de "atividades" e de "modos de ser" pelo autor denominado

de efetivações e relaciona o julgamento sobre a qualidade da vida à avaliação da capacidade de funcionar ou de desempenhar funções (SEN, 1993). A abordagem das capacidades é uma estrutura avaliativa para o bem-estar individual e o estado social (KUKLYS; ROBEYNS, 2004).

As principais contribuições de Amartya Sen, é estabelecer as bases teóricas para fazer comparações interpessoais de bem-estar. A chave segundo a teoria é não se concentrar em commodities (e disposição para pagar) como no modelo convencional, mas sim em capacidades (e disposição para viver). A noção de capacidades humanas (e seu inverso, a privação) é importante, pois fornece uma dimensão adicional para medir a criação de valor social (AUERSWALD, 2009).

O trabalho de Sen amplia fundamentalmente o escopo de informações sobre quais determinações de valor social podem ser baseadas, sugerindo métricas potenciais para a criação de valor que vão além do valor do consumidor e do valor do produtor denominados em unidades monetárias (AUERSWALD, 2009; KATO *et al.*, 2017).

Para Teodósio e Comini (2012), de acordo com esta abordagem, seria mais interessante que iniciativas voltadas para solução ou minimização dos problemas sociais apresentassem soluções de ampliação da oferta de bens e serviços relacionados às necessidades básicas de educação, saúde, energia, habitação e serviços financeiros.

Segundo os autores Kuklys e Robeyns (2004) a abordagem de capacidade opera em dois níveis: no nível de bem-estar realizado, que é medido pelas efetivações, e o nível do potencial ou possível bem-estar, que é medido pelas capacidades. O que equivaleria à distinção entre resultado e oportunidades, na economia de bem-estar e especialmente na teoria da escolha social.

A abordagem da capacidade, por meio da distinção entre efetivações e capacidades, pode explicar:

- a) o bem-estar derivado da conquista daquelas coisas que o indivíduo considera valiosa (efetivações), quanto;
- b) o bem-estar derivado da oportunidade ou conjunto de escolhas (capacidade) (KUKLYS; ROBEYNS, 2004).

A abordagem da capacidade claramente opera em dois níveis: no nível de bem-estar realizado, que é medido pelas efetivações, e no nível de bem-estar potencial ou viável, que é medido pelas capacidades (conjunto de efetivações). Isso é equivalente à distinção entre resultados e oportunidades na economia do bem-estar e especialmente na teoria da escolha social (KUKLYS; ROBEYNS, 2004).

Assim, a vida é entendida como um conjunto de "atividades e modos de ser" que são valiosos, dessa forma, a qualidade da vida toma a forma de uma avaliação dessas efetivações e da capacidade de efetuar-las. O autor destaca que a avaliação da qualidade de vida não pode ser levada em conta apenas como a acumulação de mercadorias e rendimentos, entendendo que estas apenas auxiliam as pessoas no desempenho das atividades e das capacidades necessárias para as efetivações (SEN, 2010).

Essa avaliação não pode ser feita levando-se em conta apenas as mercadorias ou rendimentos que auxiliam no desempenho daquelas atividades e na aquisição daquelas capacidades, como ocorre na aferição da qualidade de vida baseada em mercadorias (envolvendo uma confusão de meios e fins). As efetivações terão, elas próprias, de ser examinadas e a capacidade da pessoa de realizá-las terá de ser apropriadamente avaliada (SEN, 1993).

A abordagem de capacidades difere de outras abordagens porque não se concentra na quantidade de insumos ou recursos que um indivíduo possui, mas considera a capacidade do indivíduo de converter recursos em resultados, algo considerado valioso para o indivíduo (KATO *et al.*, 2017).

São princípios da teoria: os elementos constitutivos da vida são vistos como combinações de várias diferentes efetivações e capacidades de realização, e a liberdade humana é vista como aspecto central da vida (SEN, 2010).

A liberdade, segundo o autor, pode ser entendida como uma característica instrumental (meio para se alcançar situações desejáveis) ou intrínseco (valor em si mesmo)

Sen (2010) cita diversos tipos de entendimento do que é liberdade:

- a) Liberdades Instrumentais – relaciona-se ao papel instrumental da liberdade – contribui, direta ou indiretamente, para a liberdade global que as pessoas têm para viver como gostariam;

- b) Liberdade Substantiva – capacidades – de escolher uma vida que se tem razão para valorizar;
- c) Liberdade Efetiva – aquelas liberdades que as pessoas realmente desfrutam;
- d) Liberdades Formais – possibilidades das pessoas de tirarem proveito de seus direitos, tais como definidos constitucional e legalmente;
- e) Liberdades Globais – conjunto de liberdades.

Destas, ressaltam-se as liberdades instrumentais, que segundo o autor aumentam diretamente as capacidades das pessoas, pois se inter-relacionam a ponto de reforçar umas às outras (SEN,2010).

Quadro 9 – Liberdades Instrumentais

<b>Liberdades Instrumentais</b>	<b>Descrição</b>
Oportunidades Sociais.	São as disposições que a sociedade estabelece na área de educação, saúde etc., as quais influenciam a liberdade substantiva do indivíduo viver melhor (p. 59).
Liberdades Políticas.	Referem-se as oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios, além de incluir a possibilidade de fiscalizar e críticas as autoridades, de ter liberdade de expressão política e uma imprensa sem censura, de ter a liberdade de escolher entre diferentes partidos políticos etc. (p. 58).
Facilidades Econômicas.	São as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca. (p. 59).
Garantias de Transparência.	Referem-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar: a liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de dessegredo e clareza. [...] essas garantias têm um claro papel instrumental como inibidores da corrupção, da irresponsabilidade financeira e das transações ilícitas. (p. 60).
Segurança Protetora.	É necessária para proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida à miséria abjeta e, em alguns casos, até mesmo a fome e a morte. A esfera da segurança protetora inclui disposições institucionais fixas, como benefícios aos desempregados e suplementos de renda regulamentares para indígenas, bem como medidas <i>ad hoc</i> , como distribuição de alimentos em crises de fome coletiva ou empregos públicos emergenciais para gerar renda para os necessitados.

Fonte: Sen (2010, p. 58-60).

Sen (2010) argumenta que as instituições devem ser avaliadas a partir da contribuição delas na expansão e garantia das liberdades substantivas, e neste entendimento os indivíduos não devem ser vistos como recebedores passivos de benefícios, mas agentes ativos de mudança.

O conjunto de capacidades representa liberdade pessoal de realizar várias combinações de efetivações e a escolha entre as combinações de efetivações é uma característica valiosa na vida da pessoa. A pessoa buscaria desta forma a combinação de efetivações a fim de alcançar situações desejáveis, a esta perspectiva instrumental da liberdade, ou seja, liberdade como instrumento para atingir algo desejável (SEN, 2010).

Adotando a terminologia específica de Sen, as duas questões acima mencionadas podem ser traduzidas pelas noções de que as efetivações são os vários feitos e “estados” de uma pessoa (LELLI, 2001).

Formalmente, define-se  $x_i$  como um vetor de *commodities* possuída por uma pessoa  $i$  e selecionada de um conjunto de consumo  $X_i$ ,  $c$  é a função que converte o vetor de mercadoria em um vetor de características dessas mercadorias (assim, o vetor de características consumidas por uma pessoa  $i$  será dado por  $c(x_i)$  e  $u_i$  uma função de utilização escolhida pela pessoa  $i$  no conjunto  $U_i$  refletindo o uso específico das mercadorias que a pessoa pode fazer para gerar um vetor funcional a partir das características das mercadorias dadas e em associação com suas habilidades reais, as efetivações da pessoa  $b_i$  será expresso como (LELLI, 2001):

$$b_i = u_i(c(x_i)) \quad (1)$$

As capacidades, ao contrário, destinam-se a retratar a liberdade de escolher o tipo de vida a ser vivida e deve, portanto, retratar a autonomia real na busca e realização daqueles feitos e estados que se consideram valiosos (LELLI, 2001).

Dependendo de dois fatores principais - ou seja, o conjunto de consumo da pessoa (ou seja, o conjunto  $X_i$ ) e a capacidade de converter mercadorias em realizações (ou seja, o conjunto  $U_i$ ) - capacidades podem ser descritas como:

$$Q_i = \{b_i \mid b_i = u_i(c(x_i)), \text{ para algum } u_i(.) \in U_i \text{ e algum } x_i \in X_i\} \quad (2)$$

O conjunto de todos os possíveis vetores de efetivações, que uma pessoa pode alcançar, é chamado de Conjunto de Capacidades da pessoa e é denotado pelo mapeamento  $Q_i$ :

$$Q_i(X_i) = \{b_i \mid b_i = u_i(c(x_i)), \text{ para alguns } u_i(.) \in U_i \text{ e alguns } x_i \in X_i\} \quad (3)$$

Sendo:

- a)  $X_i$  o conjunto de vetores de bens a partir do qual um indivíduo ( $i$ ) pode escolher um;
- b)  $b_i$  as capacidades de um indivíduo;
- c)  $c$  uma função que converta cada vetor de bem em um vetor das características dessas mercadorias;

d) ui o conjunto de maneiras possíveis, "funções de utilização", de usar as características particulares de um vetor de bens xi.

O vetor de efetivações observado ou alcançado está revelando o que a pessoa está realmente "fazendo e sendo". O vetor de capacidades deve fornecer informações sobre o que a pessoa poderia estar "fazendo e sendo". O vetor de efetivações realizados é então um subconjunto do espaço de capacidades (ANAND; VAN HEES, 2006; VAN OOTEGEM; VERHOFSTADT, 2012).

A filósofa, colega e colaboradora de Amartya Sen, Martha Nussbaum defende uma lista de "capacidades centrais" que são essenciais para qualquer ser humano viver uma vida digna. As capacidades identificadas por Nussbaum (2003), como essenciais para uma vida plena, incluem o seguinte:

Quadro 10 – Capacidades humanas centrais conforme Nussbaum (2003)

<b>Capacidades Humanas Centrais</b>	<b>Descrição</b>
Vida.	Ser capaz de viver até o fim de uma vida humana de comprimento normal; não morrer prematuramente, ou antes que a vida seja tão reduzida a ponto de não valer a pena.
Saúde Corporal.	Ser capaz de ter boa saúde, incluindo saúde reprodutiva; ser adequadamente nutrido; ter abrigo adequado.
Integridade Corporal.	Ser capaz de se mover livremente de um lugar para outro; estar seguro contra ataques violentos, incluindo agressão sexual e violência doméstica; ter oportunidades de satisfação sexual e de escolha em matéria de reprodução.
Sentidos, imaginação e pensamento.	Ser capaz de usar os sentidos, imaginar, pensar e raciocinar - e fazer essas coisas de um modo "verdadeiramente humano", um caminho informado e cultivado por uma educação adequada, incluindo, mas não limitado a alfabetização e formação matemática e científica básica. Ser capaz de usar a imaginação e o pensamento em conexão com a experiência e a produção de obras e eventos de sua própria escolha, religiosos, literários, musicais e assim por diante. Ser capaz de usar a mente de uma maneira protegida por garantias de liberdade de expressão com respeito ao discurso político e artístico e liberdade de exercício religioso. Ser capaz de ter experiências prazerosas e evitar a dor não benéfica
Emoções.	Ser capaz de ter apegos a coisas e pessoas fora de nós mesmos; amar aqueles que amam e cuidam de nós, lamentar sua ausência; em geral, amar, sofrer, sentir saudade, gratidão e raiva justificada. Não ter o desenvolvimento emocional arruinado pelo medo e pela ansiedade. (Apoiar essa capacidade significa apoiar formas de associação humana que podem ser mostradas como sendo cruciais em seu desenvolvimento.)
Razão Prática.	Ser capaz de formar uma concepção do bem e engajar-se na reflexão crítica sobre o planejamento da vida. (Isso implica proteção para a liberdade de consciência e observância religiosa).
Afiliação.	a) Ser capaz de viver com e para com os outros, reconhecer e demonstrar preocupação por outros seres humanos, engajar-se em várias formas de interação social; ser capaz de imaginar a situação do outro. b) Ter as bases sociais de auto-respeito e não-humilhação; ser capaz de ser tratado como um ser digno cujo valor é igual ao dos outros. Isto implica disposições de não discriminação com base em raça, sexo, orientação sexual, etnia, casta, religião, nacionalidade.

Quadro 10 – Capacidades humanas centrais conforme Nussbaum (2003)

Capacidades Humanas Centrais	Descrição
Outras Espécies.	Ser capaz de viver com preocupação e em relação aos animais, plantas e ao mundo da natureza.
Divertir-se.	Ser capaz de rir, brincar, desfrutar de atividades recreativas.
Controle sobre o meio ambiente.	A. Perspectiva Política. Ser capaz de participar efetivamente de escolhas políticas que governam a vida de uma pessoa; tendo o direito de participação política, proteções de liberdade de expressão e associação. B. Perspectiva Material. Ser capaz de possuir bens (tanto terras como bens móveis), e ter direitos de propriedade em igualdade de condições com os outros; ter o direito de procurar emprego em condições de igualdade com os outros; ter a liberdade de busca e apreensão injustificadas. No trabalho, ser capaz de trabalhar como ser humano, exercitando a razão prática e estabelecendo relações significativas de reconhecimento mútuo com outros trabalhadores.

Fonte: Nussbaum (2003, p. 44-45, tradução nossa).

A lista de Capacidades de Nussbaum é considerada por Anand *et al.* (2009), a tentativa mais concreta de fornecer uma explicação das capacidades substantivas, levando em conta especialmente as alegações de abrangência e universalidade, pode-se afirmar que sua listagem tenha mérito se comparada com outras listas desse tipo.

Kato, Ashley e Weaver (2017) destacam que não há listagem de capacidades ou efetivações universalmente aceitas, mas que diversas propostas são apresentadas por outros trabalhos. E apresentam algumas considerações importantes de uso:

- a) Vida – as medições mostram frequentemente condições de nível macro e tendências de longo prazo, em vez de mudanças ou impactos de curto prazo a nível da comunidade. Essas medições podem ser úteis para contrastar países, regiões ou condados/cidades onde os dados secundários estão disponíveis de forma consistente;
- b) Saúde Corporal – ao coletar dados sobre essa capacidade, os pesquisadores perguntaram sobre questões de saúde, acomodações adequadas e nutrição ou ingestão de alimentos. Embora essas medidas possam ser usadas em nível macro, elas são mais usadas para mostrar o bem-estar em nível individual e comunitário e as mudanças de curto prazo relacionadas a programas de saúde, gênero, educação e empoderamento da comunidade;
- c) Integridade Corporal – relacionam-se a vivências em assaltos e violência, segurança pessoal e escolha reprodutiva. A falta de integridade corporal é frequentemente discutida no contexto de abuso infantil e desigualdade de gênero. Assim, as medições usando dados primários parecem capturar efetivamente as condições de grupos socialmente desfavorecidos e examinar as

causas da falta dessa capacidade, que pode não ser visível a partir das estatísticas gerais;

- d) Sentidos, Imaginação e pensamentos – o nível de escolaridade (grau) ou o número de anos que um indivíduo frequentou a escola é frequentemente utilizado para operacionalizar essa capacidade no nível micro, citando dados secundários ou primários. Outras medidas notáveis incluem a estimulação intelectual, acesso a informações e notícias e liberdade de expressão e religião;
- e) Emoções – a operacionalização dessa capacidade muitas vezes depende de atividades sociais, como interações com amigos. Essas medidas podem não ser comuns no setor social, mas parecem capturar uma parcela significativa do bem-estar melhorado no nível individual;
- f) Razão Prática – a medição inclui ter uma concepção de uma vida boa e a capacidade de alcançar resultados positivos ao longo da vida. Essa capacidade também pode estar intimamente relacionada ao bem-estar percebido e ao poder de decisão, e é operacionalizada como tal, usando dados primários e secundários. Essa capacidade é medida para programas de educação infantil, treinamento vocacional e empoderamento da comunidade;
- g) Afiliação – os dados primários abrangem uma série de questões, como respeito por e de outros, crença pessoal e integridade, e participação da comunidade. Essa capacidade é medida não apenas para analisar fatores sociais e culturais que promovem ou dificultam os programas, mas também para mostrar o aumento do bem-estar individual que resulta da participação da comunidade e dos programas de educação/treinamento;
- h) Outras Espécies – pode ser medida usando indicadores como a preocupação com outras espécies e informações sobre agricultura sustentável;
- i) Divertir-se – a operacionalização dessa capacidade depende de atividades de lazer ou tempo e acesso a instalações esportivas. Suas medições são observadas em programas de educação, saúde e empoderamento da comunidade como referência e resultados de melhoria do bem-estar;
- j) Controle sobre o Meio Ambiente Político e Material – a capacidade política é medida em termos de liberdade e participação política, eleições justas e outros direitos. A dimensão do emprego inclui status de emprego, prestígio de emprego e oportunidades relacionadas ao trabalho. A riqueza material e a propriedade são medidas como renda ou riqueza, propriedade da casa e da terra e posse de outros

ativos, como veículos. Embora essas medidas possam já ser comuns, listar a propriedade de ativos em vez de dados de renda familiar parece ajudar a identificar os grupos menos privilegiados em uma comunidade.

Sen (2003) lista exemplos de efetivações: a) elementares: evitar a morbidade ou a mortalidade precoce, alimentar-se adequadamente, realizar os movimentos usuais e b) complexas -desenvolver o auto-respeito, tomar parte da vida da comunidade e apresentar-se em público sem se envergonhar (SEN, 1993).

Assim, as efetivações são constitutivas do ser de uma pessoa, e que uma avaliação do bem-estar de uma pessoa tem de tomar a forma de uma avaliação daqueles elementos constitutivos (SEN, 2003).

Registra-se o entendimento de Kuklys e Robeyns (2004, p. 7) que “bem-estar social é uma agregação do bem-estar individual por meio de uma função agregada que pode ser interpretada como uma função de bem-estar social”.

Assim alguns conceitos apresentados por Sen (2003) são importantes:

- a) uma efetivação é uma conquista de uma pessoa: é o que ela consegue fazer ou ser e qualquer dessas efetivações reflete, por assim dizer, uma parte do estado dessa pessoa;
- b) a capacidade de uma pessoa é uma noção derivada: ela reflete as várias combinações de efetivações (atividades e modos de ser) que uma pessoa pode alcançar. A capacidade reflete a liberdade pessoal de escolher entre vários modos de viver;
- c) vida: é uma combinação de várias "atividades e modos de ser";
- d) liberdade é a substituição do domínio das circunstâncias e do acaso sobre os indivíduos pelo domínio dos indivíduos sobre o acaso e as circunstâncias.

Sen (2003) afirma que a Teoria das Capacidades pode ser comparada com as demais teorias economias de criação de valor: Valor-Trabalho ou utilitarista. E destaca que teoria utilitarista, amplamente utilizada pelos teóricos da escola do Bem-Estar compreende o valor apenas em termos de uma condição mental de prazer/felicidade. Mas que, pessoas em situações de privação, por longo período, não persistem em queixas contínuas e com frequência fazem

grande esforço para tirar prazer das mínimas coisas, desta forma, seu estado mental não estaria apto a fazer uma correta avaliação por meio da lógica utilitarista.

Robeyns (2006) registra que, atualmente, existem pelo menos nove tipos diferentes de aplicações de capacidade: 1) avaliações gerais do desenvolvimento humano de um país; 2) a avaliação de projetos de desenvolvimento de pequena escala; 3) identificação dos pobres nos países em desenvolvimento; 4) avaliações da pobreza e do bem-estar nas economias avançadas; 5) uma análise da privação de pessoas com deficiência; 6) avaliação das desigualdades de gênero; 7) análises teóricas e empíricas de políticas; 8) críticas sobre normas, práticas e discursos sociais; 9) o uso de efetivações e capacidades como conceitos em pesquisa não normativa.

Normalmente, os indicadores de capacidade existentes, em conjuntos de dados secundários, cobrem apenas uma fração das dimensões que os pesquisadores de bem-estar e pobreza podem estar interessados. Portanto, é necessário desenvolver um instrumento de pesquisa, incluindo indicadores de capacidades (SCHOKKAERT, 2007).

Nesta demanda de apresentação de um instrumento de medição do bem-estar a partir da Abordagem das Capacidades, o pesquisador confronta-se com certa falta de consenso entre os pesquisadores, o que diz respeito a definição de qual dimensão deve ser medida para geração de um indicador de bem-estar, se as capacidades, as efetivações ou a percepção de satisfação/felicidade individual.

Kato, Ashley e Weaver (2017) indicam que, em estudos empíricos utilizando a Abordagem das Capacidades, as efetivações são frequentemente medidas, ao invés das capacidades, sendo estas consideradas apenas de forma implícita. Acrescenta-se a este entendimento a afirmativa de Anand *et al.* (2011) de que as capacidades são definidas como o conjunto de efetivações factíveis para uma pessoa.

Anand e Van Hees (2006) entendem que para estabelecer o bem-estar de uma pessoa, não se deve concentrar-se apenas nas efetivações, mas também nas coisas que esta pessoa pode alcançar, ou seja, nas capacidades.

Numa perspectiva multidimensional, Van Ootegem e Verhofstadt (2012) afirmam, a partir da análise teórica e aplicada da Abordagem das Capacidades, que o bem-estar individual pode ser avaliado em três níveis conceitualmente distintos: considerando as possibilidades ou

oportunidades que se tem na vida (capacidades), abordando as situações reais de vida que se enfrentam (efetivações) ou levando em conta a satisfação ou felicidade geral da vida (ou satisfação com domínios da vida).

É bastante reconhecido que o bem-estar é inerentemente multidimensional, sendo alguma combinação de vários indicadores. Na ausência de dominância de uma dimensão sobre todas as outras, a agregação de dimensões é necessária para tornar o bem-estar inter-individualmente comparável (VAN OOTEGEM; VERHOFTADT, 2012).

Anand e van Hees (2006) destacam que a análise empírica da Teoria das Capacidades pode servir a vários propósitos:

- a) em primeiro lugar, a pesquisa empírica é necessária na aplicação de uma teoria de capacidade ao bem-estar;
- b) em segundo lugar, a pesquisa empírica pode fornecer uma melhor compreensão da relação entre os vários parâmetros da teoria da capacidade e, assim, produzir uma melhor compreensão da própria teoria;
- c) alguns filósofos entendem que a ligação entre capacidades/liberdades e bem-estar, é empírico, o que é diferente da visão de Sen, que sustenta que a ligação entre liberdade e bem-estar é analítica e dá origem a uma justificação direta para a avaliação da teoria empírica.

É relevante registrar que os pesquisadores Kato, Ashley e Weaver (2017) indicam que a abordagem das capacidades tem um potencial de utilização na avaliação de projetos sociais ou empreendimentos sociais, pois segundo os autores a abordagem das capacidades tem a qualidade de ser particularmente perspicaz para a mensuração do valor social por meio da:

- a) a inclusão do contexto social;
- b) a capacidade de medir com base na perspectiva do beneficiário;
- c) permite que as pessoas descrevam o que é desejado e valorizado, o que está disponível e o que pode ser alcançado em relação ao bem-estar;
- d) ter a capacidade de visão holística da vida de um beneficiário;
- e) pode ajudar a incluir informações sobre como um projeto pode afetar a vida de uma população-alvo sob a perspectiva dos beneficiários (KATO *et al.*, 2017).

Anand *et al.* (2009) destacam que a abordagem das capacidades é um complemento útil para a análise convencional, especialmente por sua capacidade de falar de forma particularmente explícita sobre as questões de escolha e a natureza multivariada do bem-estar e da pobreza.

Elenca-se, contudo, alguns problemas metodológicos:

- a) as capacidades não podem ser mensuradas com facilidade, visto que o conceito de capacidades envolve a liberdade de escolha (KATO *et al.*, 2017);
- b) quais efetivações são relevantes? (KATO *et al.*, 2017; KUKLYS; ROBEYNS, 2004);
- c) é realmente possível distinguir empiricamente entre capacidades e efetivações? (VAN OOTEGEM; VERHOFSTADT, 2012);
- d) existe uma diferença entre um nível auto-relatado de uma efetivação alcançado ou capacidade, por um lado, e uma avaliação individual do mesmo funcionamento ou capacidade, por outro lado? (VAN OOTEGEM; VERHOFSTADT, 2012);
- e) possibilidade de efeito de *clustering* ou combinação de duas ou mais efetivações não atendidas nas demais ou efeito de longo prazo nas demais efetivações em relação a uma não atendida (KATO *et al.*, 2017);
- f) a medição dessas efetivações no nível individual (KUKLYS; ROBEYNS, 2004);
- g) a agregação dessas efetivações em uma medida (escalar) composta de indivíduo e, finalmente (KUKLYS; ROBEYNS, 2004);
- h) a agregação de bem-estar individual ao bem-estar social para oferecer um índice (KUKLYS; ROBEYNS, 2004).

Esses aspectos devem ser cuidadosamente considerados quando os avaliadores e gerentes usam a abordagem de capacidades em uma estrutura de avaliação de projetos.

Diante das possibilidades de utilização da Abordagem das Capacidades e das limitações indicadas, apresenta-se na subseção seguinte estudos empíricos anteriores visando identificar os métodos e práticas mais recorrentes.

### 2.4.1 Aplicação prática da abordagem das capacidades

Nesta subseção, são apresentadas as maneiras pelas quais diferentes capacidades e efetivações são medidas na literatura. As medições apresentadas nesta seção são feitas a partir de:

- a) dados Secundários, considerando importante apresentar as *proxies* utilizadas pelos pesquisadores para definição das capacidades;
- b) dados Primários, seja por meio da aplicação de questionário, entrevistas, estudos de caso ou *focus group*, entendendo como relevante o levantamento das questões utilizadas pelos pesquisadores para representar a medição das capacidades.

Pode-se, a partir deste levantamento, compreender como a abordagem das capacidades tem sido utilizada, nos estudos empíricos, para a medição do bem-estar social.

Os estudos variam em relação a escolha das capacidades e efetivações, para mensuração do bem-estar. Algumas pesquisas elencam capacidades, outras efetivações, estabelecendo variáveis para defini-las a partir de inferências do autor. Há autores que optam por utilizar a listagem das dez capacidades de Nussbaum tendo em vista a validação acadêmica.

Registra-se ainda que nem sempre é claro, nesses estudos, se os autores buscaram mensurar capacidades ou efetivações, percebe-se inclusive que, em certos trabalhos há algumas medidas que potencialmente avaliariam ambas, visto que algumas variáveis relacionadas à percepção das efetivações pode medir também percepções de capacidades.

O Quadro 11 elenca estudos empíricos com a utilização da Abordagem das Capacidades de Sen.

Quadro 11 – Aplicação da abordagem das capacidades

Autoria/Local	Foco*	Dados	Pesquisa
Martineti (2000).	Efetivações.	Secundários.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Objetivo: Analisar a aplicação da <b>Técnica de Conjuntos Fuzzy</b> na medição do bem-estar dos pesquisados a partir da Abordagem das Capacidades de Sen.</li> <li>• Survey: acesso aos microdados de uma pesquisa aplicada em 1994, na Itália, com a participação de 61.953 indivíduos que correspondem a 21.462 famílias.</li> <li>• Medida de Bem-estar social: efetivações habitação, saúde, educação, conhecimento, interações sociais e Percepção de satisfação quanto a sua situação econômica, social, de saúde, trabalho e lazer.</li> </ul>

Quadro 11 – Aplicação da abordagem das capacidades

Autoria/Local	Foco*	Dados	Pesquisa
Lelli (2001).	Efetivações.	Secundários.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Objetivo: Comparar se a abordagem das Capacidades de Sen apresenta resultados diferentes ao utilizar técnicas de análise multivariada – <b>Análise Fatorial e Análise de Conjuntos Fuzzy</b>. No caso a autora compara os resultados obtidos a partir da Análise Fatorial e da Análise de Conjuntos Fuzzy.</li> <li>• Survey: 7021 indivíduos, utilizando dados de uma pesquisa de domicílios oficial conduzido pelo governo Belga (microdados).</li> <li>• Medida de Bem-estar social: A autora utiliza as funcionalidades para medir o bem-estar dos indivíduos entrevistados. Utilizando 7 categorias: interações sociais, atividades culturais, condições econômicas, saúde, sofrimento psíquico, condições de trabalho e abrigo.</li> </ul>
Anand e Van Hees (2006).	Capacidades e Efetivações.	Primário.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Objetivo: avaliar a relação entre Capacidades e Felicidade.</li> <li>• Survey: 273 respondentes via correio, a partir da base de dados de eleitores do Reino Unido.</li> <li>• Medida de Bem-Estar Social: perguntas elaboradas pelos autores considerando as seguintes capacidades: felicidade; senso de realização; saúde; estimulação intelectual; relações sociais; meio ambiente; projetos pessoais.</li> </ul>
Anand, Santos e Smith (2007).	Capacidades.	Primário.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Objetivo: verificar se como as capacidades podem ser medidas; identificar maneiras pelas quais os dados de capacidade podem ser analisados.</li> <li>• Survey: 1000 respondentes no Reino Unido.</li> <li>• Medida de Bem-Estar Social: 60 perguntas relacionadas as capacidades dos indivíduos.</li> </ul>
Anand <i>et al.</i> (2009).	Capacidades.	Primário.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Objetivo: analisar se há relação entre as Capacidades e a satisfação com a vida (<i>life satisfaction</i>).</li> <li>• Survey: 1000 respondentes, aplicado por empresa profissional no Reino Unido.</li> <li>• Medida de Bem-estar Social: a perguntas elaboradas a partir da lista de Capacidades de Nussbaum (2003).</li> </ul>
Anand, Krishnakumar e Tran (2011).	<b>Capacidades.</b>	Primário.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Objetivo: Avaliar o nível de bem-estar social na Argentina e disponibilizar uma ferramenta de medição das capacidades.</li> <li>• Survey: Os dados utilizados derivam de uma amostra nacional de 976 adultos, em cinco áreas urbanas da Argentina, que receberam, em 2007, a versão do instrumento de adaptados ao contexto cultural da Argentina.</li> <li>• Medida de Bem-Estar: Saúde, Liberdade de Expressão Política, Liberdade de Participação Política, Liberdade Religiosa, Liberdade de Pensamento, Capacidades Emocionais, Segurança, Meio Ambiente e Relações Sociais, Discriminação Fora do Trabalho e finalmente Trabalho. Os autores atribuíram nomes ligeiramente diferentes em comparação com aqueles da lista encontrada em Nussbaum; em que o questionário é baseado.</li> </ul>
Van Ootegem e Verhofstadt (2012).	<b>Capacidades (prioriza)</b> /Funcionalidades.	Primário.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Objetivo: identificar se há diferença (em termos de variáveis determinantes) na utilização das Capacidades como indicador de bem-estar, fazendo a</li> </ul>

Quadro 11 – Aplicação da abordagem das capacidades

<b>Autoria/Local</b>	<b>Foco*</b>	<b>Dados</b>	<b>Pesquisa</b>
			<p>comparação com as informações sobre satisfação de vida.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Survey: aplicado a 483 estudantes do Curso de Economia da Universidade College Ghent (Flanders, Bélgica).</li> <li>• Medida de Bem-estar Social: avaliação individual da capacidade, considerando 7 dimensões da vida: 1) vida feliz; 2) realização de sonhos e objetivos (contempla a percepção de 2a alcançar sonhos na vida e 2b atingir metas na vida); 3 vida saudável (considerando 3b prática de esportes; 3c consumo de alimentos saudáveis); 4 educação, informação e cultura (4a ter educação e treinamento; 4b acompanhar/estar consciente dos eventos atuais; 4c participação em eventos culturais); 5) vida social (ter uma vida social satisfatória); 6) ambiente (viver em ambientes agradáveis) e 7) integridade pessoal.</li> </ul>
Rippin (2016).	<b>Capacidades.</b>	Primário.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Objetivo: avaliar se taxa de risco de pobreza baseada na renda (AROPR) é um instrumento satisfatório para operacionalizar a abordagem de capacidade.</li> <li>• Survey.</li> <li>• Medida de bem-estar: utilização de 3 ferramentas que a partir da proposta de capacidades de Amartya Sen e Martha Nussbaum, elencam, com dimensões e terminologias com nomenclatura próprias a teoria.</li> </ul>
Mitchell <i>et al.</i> (2017).	<b>Capacidades.</b>	Primário.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Objetivo: é explorar empiricamente se os anos de vida ajustados pela qualidade – QALYs) fornecem uma boa proxy para as capacidades individuais.</li> <li>• Survey qualitativo aplicado no Reino Unido.</li> <li>• Medida de Bem-estar Social: a) estabilidade – estabilidade e segura, b) apego - amor, amizade e apoio, c) autonomia - independência, d) conquista - realizações e progresso e e) alegria - alegria e prazer.</li> </ul>
Anand <i>et al.</i> (2020).	<b>Capacidades.</b>	Primário.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Objetivo: avaliar maneiras pelas quais os indicadores de capacidade da Índia podem ser usados para avaliar e entender a pobreza e a privação.</li> <li>• Survey.</li> <li>• Medida de Bem-Estar: 29 dimensões para adultos dos EUA, Reino Unido e Itália, baseados nas Capacidades Essenciais de Nussbaum (2003).</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora a partir da revisão da literatura.

Martinetti (2000) tem o objetivo de abordar algumas questões metodológicas relacionadas à análise multidimensional do bem-estar a partir da perspectiva teórica sugerida por Amartya Sen. Segundo Martinetti (2000), embora amplamente reconhecida como uma das abordagens mais satisfatórias e completas para a análise do bem-estar, a abordagem de capacidade de Sen havia encontrado, até aquele período, poucas aplicações empíricas, principalmente por seus fortes requisitos informativos e metodológicos.

Em seu trabalho, Martinetti (2000) busca contribuir na direção à possibilidade de realizar uma avaliação multidimensional do conceito de bem-estar de Sen com o uso da teoria

dos conjuntos fuzzy; a metodologia sugerida também é testada no espaço avaliativo das efetivações, com uma aplicação empírica referente à Itália.

Lelli (2001) explora algumas interpretações operacionais específicas da abordagem de Sen com vista a avaliar até que ponto os resultados originados pela implementação dos conceitos de Sen são influenciados pela escolha da técnica específica. Por meio de uma pesquisa baseada em uma amostra aplicada à população da Bélgica, a autora analisa sete efetivações confrontando os resultados obtidos a partir da utilização de técnicas diferentes. A utilização das efetivações, ao invés das capacidades, dá-se pelo fato de a autora entender que a mensuração destas últimas exige a construção de situações hipotéticas, que torna muito mais difícil a mensuração.

Os dados utilizados neste estudo são retirados do Estudo de Painel de Famílias Belgas (PSBH). O questionário foi submetido em 1998 a uma amostra de cerca de 3800 agregados familiares (correspondendo a 7021 indivíduos). Do conjunto geral de variáveis (mais de oitocentas), um número de 54 indicadores foi selecionado. Tais indicadores foram classificados em 7 categorias: interações sociais, atividades culturais, condições econômicas, saúde, sofrimento psíquico, condições de trabalho e abrigo. É realizada uma análise multivariada padrão considerando o subgrupo dos indivíduos mais carentes. Como resultado a pesquisadora identifica uma concordância substancial – e, no entanto, nenhuma equivalência perfeita – nos padrões gerais das realizações das efetivações (LELLI, 2001).

No trabalho de Anand e Van Hees (2006), um survey aplicado via questionário postal para examinar elementos da teoria das capacidades de Sen é implementado em uma amostra aleatória de eleitores ingleses. A análise dos resultados da pesquisa inclui modelos de regressão logística ordinal de capacidades gerais, correlações de classificação entre as capacidades e visões sobre a distribuição de capacidades, correlações de classificação entre capacidades e efetivações e um grupo de modelos de *logit* ordenados que explicam as efetivações em função das capacidades correspondentes.

Além disso, os resultados mostram que é possível fazer distinções estatisticamente significativas entre diferentes capacidades, que as percepções das capacidades dos outros estão, por vezes, relacionadas com capacidades próprias e que as efetivações parecem, em geral, estar relacionadas com as capacidades correspondentes (ANAND; VAN HEES, 2006).

Quando os autores avaliam a relação entre as Capacidades e Felicidade, um exame sugere que a satisfação com as capacidades pode estar negativamente relacionada às medidas objetivas de oportunidade (ANAND; VAN HEES, 2006).

Anand, Santos e Smith, em sua pesquisa de 2007 buscam contribuir para a operacionalização da abordagem de capacidades, concebendo mais de 60 indicadores de capacidade, e apesar de não registrado na seção de metodologia, percebe-se alinhamento às 10 capacidades de Nussbaum (2003). Os autores trabalharam com uma amostra de 1000 adultos do Reino Unido e utilizaram a técnica de Análise de Classe Latente para identificar:

- a) um grupo empobrecido, com baixa capacidade em todos os níveis;
- b) construir modelos de violência experimentada;
- c) bem-estar subjetivo em função da violência vivenciada e antecipada;
- d) explorar a relação entre indicadores de capacidade e bem-estar subjetivo.

Os resultados da pesquisa incluem: a identificação de um grupo com baixa capacidade geral associada a baixa saúde e baixa renda; evidência de que o medo da violência futura pode ser um determinante mais significativo do bem-estar subjetivo do que a experiência passada de violência; e evidência que apoia a visão de que um grande conjunto diverso de dimensões não financeiras de capacidade tem um impacto detectável no bem-estar subjetivo.

Anand *et al.* (2009) buscam analisar a relação entre bem-estar, medido a partir da abordagem das capacidades e felicidade (*life satisfaction*), utilizando dados primários, visando capturar a percepção dos indivíduos sobre estas duas variáveis latentes. Sua pesquisa utilizou a listagem de Capacidades sugerida por Nussbaum (2003) e a partir desta, foram elaboradas perguntas a serem submetidas para captar a percepção individual dos respondentes. A pesquisa realizou uma regressão logística para identificar quais capacidades estão relacionadas à felicidade (*life satisfaction*).

Como resultado, os pesquisadores identificaram que a satisfação com a vida é altamente multivariada em relação às capacidades, uma constatação que sublinha o valor da abordagem vetorial para o bem-estar que Sen defende, bem como o tratamento multivariado da pobreza. Destacam ainda que as diferenças entre homens e mulheres são predominantemente quantitativas que qualitativas (ANAND *et al.*, 2009).

Identificando que a medição direta de capacidades, nas pesquisas empíricas até o início desta década era escassa, Van Ootegem e Verhofstadt (2012), desenvolveram um trabalho visando a avaliação do bem-estar a partir da percepção dos indivíduos, visando desenvolver um indicador agregador de bem-estar.

Nesta pesquisa, foi utilizada uma população de alunos do primeiro ano do curso de Bacharelado em Economia. Os autores, Van Ootegem e Verhofstadt (2012) desenvolveram um questionário que busca fazer a distinção entre efetivações e capacidades, por um lado, e entre a medição e a avaliação dessas efetivações e capacidades, por outro. Foi estabelecida a hipótese teórica de que as pessoas têm mais capacidades do que efetivações alcançadas, sendo estas (efetivações) um subconjunto da primeira. Foram utilizadas questões sobre sete domínios da vida e construíram diferentes baterias dessas questões (autorrelato versus avaliação, efetivações versus capacidades) e utilizaram várias sub-amostras da população para testar diferenças estatísticas. Incluíram questões sobre o conceito de efetivações aprimoradas de Fleurbaey (2006) e questões sobre satisfação com a vida como um todo.

O autor utiliza as questões relativas ao que chama de Capacidades Subjetivas para cálculo do bem-estar dos indivíduos pesquisados.

Por meio da pesquisa os autores Van Ootegem e Verhofstadt (2012) identificaram que as capacidades podem ser subjetivamente medidas e, ainda que o conjunto de capacidades é maior que as efetivações alcançadas. Destacam ainda que informações sobre capacidades podem ser um “objeto de avaliação” adequado para pesquisa de bem-estar.

O trabalho de Rippin (2017) busca analisar 3 ferramentas (medidas de pobreza) de medida para identificar qual a mais apropriada para analisar questões de riqueza e pobreza da sociedade alemã, considerando uma perspectiva multidimensional e não apenas focada na renda.

Para elaboração dos Relatórios de Riqueza e Pobreza oficiais do governo alemão, o governo decidiu usar a abordagem de capacidade de Amartya Sen como a estrutura conceitual. Contudo, na prática utilizou a taxa de Risco de Pobreza Baseada na Renda (AROPR), compreendendo que este é um instrumento satisfatório para operacionalizar a abordagem de capacidade (RIPPIN, 2016).

Rippin (2016) a partir dos dados empíricos, conclui que os resultados de cada uma das 3 ferramentas diferem consideravelmente em relação às tendências da pobreza, à identificação das pessoas mais carentes e ao impacto da localização (Alemanha Ocidental e Oriental). Destaca ainda a necessidade urgente de medidas multidisciplinares de pobreza que complementem o tradicional AROPR.

Mitchell *et al.* (2017) relatam que existe um debate na literatura em economia da saúde sobre a maneira mais apropriada de aplicar a abordagem de capacidade de Amartya Sen em estudos de avaliação econômica. A pesquisa tem como objetivo explorar empiricamente se os anos de vida ajustados pela qualidade – QALYs fornecem uma boa proxy para as capacidades individuais. Cada indivíduo completou a medida de capacidade do ICE-CAP-A para adultos e seis instrumentos de utilidade de saúde que são usados para gerar QALYs.

Para medir o bem-estar, utilizou-se o instrumento *ICEpop CAPability for Adults* (ICE-CAP-A) considerado pelos autores (MITCHELL *et al.*, 2017) como uma medida curta, autoaplicável e dividida em 5 capacidades: 1) estabilidade – estabilidade e segura, 2) apego – amor, amizade e apoio, 3) autonomia – independência, 4) conquista – realizações e progresso e 5) alegria – alegria e prazer. O levantamento de dados deu-se por meio de entrevistas qualitativas com membros da população do Reino Unido composta de forma a alcançar a diversidade em termos de status socioeconômico, ética e classificação rural/urbana (MITCHELL *et al.*, 2017).

Dado o interesse contínuo em abordagens multidimensionais da pobreza, o trabalho de Anand *et al.* (2020) considera maneiras pelas quais os indicadores de capacidade da Índia podem ser usados para avaliar e entender a pobreza e a privação. Utilizam 29 dimensões de capacidade para adultos nos Estados Unidos da América (EUA), Reino Unido e Itália, visando explorar três questões: 1) quando a pobreza é vista como privação de capacidade, diferentes indivíduos são identificados como pobres em comparação com abordagens baseadas em baixa renda ou bem-estar subjetivo; 2) identificar perfis de pobreza e privação para grupos na sociedade; 3) analisar a associação entre privação de capacidade individual e privação de área local no Reino Unido (ANAND *et al.*, 2020).

Os autores (ANAND *et al.*, 2020) destacam que os indicadores de capacidade podem fornecer insights sobre a pobreza que não emergem de uma abordagem mais tradicional focada apenas na renda.

#### ***2.4.2 Medida de bem-estar de Paul Anand et al. (2011)***

Paul Anand em trabalhos com diversos autores, desenvolve um questionário para mensuração de bem-estar social, desde 2006, executando a cada aplicação melhorias na ferramenta de pesquisa.

Anand, Krishnakumar e Tran (2011) contribuem para a operacionalização da abordagem para a economia do bem-estar, desenvolvendo e analisando dados sobre as liberdades dos adultos na Argentina. Especificamente, ele relata o desenvolvimento e a entrega de um instrumento de pesquisa para medir capacidades, calcula para cada respondente um índice de capacidades do tipo Nehring – Puppe e examina a distribuição das pontuações do índice. Utiliza o método *Generalized Linear Latent And Mixed Models* (GLLAMM) para avaliar o impacto das capacidades na satisfação com a vida, em que é feita a tolerância para (i) heterogeneidade não observada e (ii) possível endogeneidade, introduzindo efeitos individuais latentes e instrumentando variáveis de capacidade usando renda e outras variáveis socioeconômicas.

Os autores desenvolvem uma medida resumida de Capacidade (Q), fazendo às pessoas uma variedade de perguntas sobre suas oportunidades, habilidades e restrições em uma ampla variedade de domínios da vida (dimensões).

Os dados utilizados derivam de uma amostra nacional de 976 adultos, em cinco áreas urbanas da Argentina, que receberam, em 2007, a versão do instrumento de pesquisa desenvolvido especificamente por Anand *et al.* (2009) para medir capacidades em uma ampla gama de domínios da vida, cuja publicação dos resultados deu-se em 2009. Essa versão foi desenvolvida traduzindo o instrumento original para o espanhol e, em seguida, descartando ou modificando um pouco um pequeno número de perguntas para refletir o contexto cultural.

A Teoria da Diversidade de Nehring e Puppe (2002) foi utilizada pelos autores para o desafio apresentado por Sen (2010) da necessidade de definição de pesos para uma ordenação parcial das capacidades. A Teoria da Diversidade tem como contribuição básica, em sua abordagem multi-atributo, explicar a diversidade em termos de algo mais simples, o peso de diferentes atributos (NEHRING; PUPPE, 2002).

Três equações relacionadas resumem a Abordagem das Capacidades e sua contribuição à Escola do Bem-estar Social da Teoria Econômica:

$$f_i = f_i(r_i) \quad (4)$$

Onde:

- a)  $f_i$  – funcionamentos;
- b)  $r_i$  – recursos.

A equação inicial determina que o funcionamento ( $f_i$ ) depende dos recursos ( $r_i$ ), disponíveis para uma pessoa.

Anand *et al.* (2011) destacam que as pessoas começam com diferentes dotações de recursos e são heterogêneos em relação às suas habilidades de converter esses recursos em funcionamentos.

A equação seguinte, apresenta como se dá a relação entre funcionamentos e felicidade, ou seja, estima que a felicidade ou utilidade da pessoa depende de pacote de funcionamentos.

$$h_i = h_i(f_i) \quad (5)$$

Onde:

- a)  $h_i$  – utilidade/felicidade;
- b)  $f_i$  – funcionamentos.

Essa equação, fornece um ponto de alinhamento direto entre a Abordagem das Capacidades e as abordagens anteriores da economia do bem-estar. (ANAND *et al.*, 2011)

A terceira equação, apresenta uma medida resumida das Capacidades:

$$Q_i \equiv \{f_{i1}, f_{i2}, \dots, f_{in}\} \quad (6)$$

Onde:

- a)  $Q_i$  – Capacidades;
- b)  $f_i$  – funcionamentos.

Replicando o método de Anand *et al.* (2011), pretende-se criar um índice resumido das capacidades de uma pessoa com base em observações de liberdades auto aferidas, pelo score de capacidade de uma pessoa em cada domínio da vida, uma medida que vá além da

contagem de opções, mas que considere aspectos de diversidade propostas por dadas por Nehringand e Puppe (2002, 2009):

Assim, este trabalho, utilizará o modelo desenvolvido por Anand *et al.* (2011), proposto como um índice resumo de capacidades:

$$Q_i = \sum_{j=1}^m I_{ij} \quad (7)$$

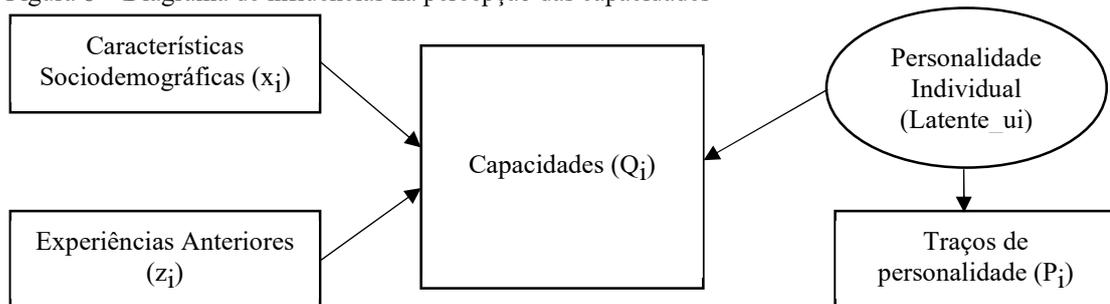
Onde:

- a)  $I_{ij} = 1$  se  $q_{ij} \geq q_{ij}^*$ ;  
 $I_{ij} = 0$ , caso contrário.

Esse índice fornece uma medida intuitiva de capacidade, é útil para avaliação de privação e incorpora uma noção de riqueza dimensional. Como uma medida multidimensional de privação, sugerindo ainda uma família de medidas de capacidade, dependendo da especificação de limites e suposições sobre independência entre as dimensões (ANAND *et al.*, 2011).

Buscando aperfeiçoar o desenho do modelo, os autores (ANAND *et al.*, 2011) propõem as seguintes relações de influência para esclarecer a equação utilizada:

Figura 8 – Diagrama de influências na percepção das capacidades



Fonte: adaptada pela autora a partir de Anand *et al.* (2011).

Destaca-se a seguinte variação do modelo, aplicado pelos autores (ANAND *et al.* 2011), considerando que no conjunto de dados, a resposta para a questão dada por indicadores relacionados às capacidades das pessoas em vários domínios é categórico, binário ou ordenado.

Como a resposta à questão das capacidades é uma avaliação subjetiva, é provável que ela seja influenciada pela personalidade de um indivíduo, características sociodemográficas e experiências de vida anteriores (ANAND *et al.*, 2011).

Assim, considerando que a personalidade ( $u_i$ ) influencia a resposta para a percepção das capacidades e não está entre as variáveis explicativas da Eq. (4), faz parte do termo de erro. Ou seja, a explicitação da equação para capacidades deve incluir esses efeitos individuais como parte da explicação (ANAND *et al.*, 2011):

$$Q_i = c(z_i, x_i) + u_i + v_i \quad (8)$$

$$w_i = u_i + v_i \quad (9)$$

Onde:

- a)  $z_i$  \_ denota fatores explicativos exógenos de capacidade;
- b)  $x_i$  \_ são os controles sociodemográficos;
- c)  $u_i$  \_ é o efeito da personalidade;
- d)  $v_i$  \_ o termo do erro idiosincrático.

A partir deste novo modelo, o conjunto de dados contém informações sobre experiências passadas de indivíduos em muitos domínios de capacidade que constituem uma escolha natural para as variáveis  $z_i$  (ANAND *et al.*, 2011).

As variáveis relacionadas às experiências passadas são exógenos, pois dizem respeito ao passado e são efetivos. As Teorias Econômicas pressupõem que os efeitos da personalidade  $u_i$  não são observáveis, contudo Anand *et al.* (2011) recorrendo a literatura psicométrica, postulam que as personalidades podem de fato ser descritas usando diferentes dimensões e recorrem aos trabalhos de Gosling e Rentfrow (2003) que distinguem cinco grandes dimensões independentes da personalidade: ser extrovertido, agradável, consciente, emocionalmente estável e aberto a experiências.

O conjunto de dados pretende conter medidas individuais em todas essas dimensões em uma escala de *Likert* com categorias de resposta variando de 1 a 7. Assim, pode-se adicionar um terceiro conjunto de equações que relacionam essas medidas à personalidade latente em cada uma dessas dimensões (ANAND *et al.*, 2011).

$$P_i = \pi(u_i) + \xi_i \quad (10)$$

Onde: "ui" pode potencialmente conter mais de um efeito individual (ANAND *et al.*, 2011).

Os autores utilizam como modelo principal as equações (8) e (10). Neste trabalho, contudo, considerando os resultados de sua pesquisa: “*the results of the capability equation show that all the capabilities are significantly affected by at least one or two personality traits.*” (ANAND *et al.*, 2011, p.211), utiliza-se o modelo a partir da adição das medidas de traços de personalidade ( $P_i$ ), diretamente na equação (5), substituindo  $u_i$ .

Desta forma, este trabalho considera como modelo principal a equação (8):

$$Q_i: c(z_i, x_i, P_i) + v_i \quad (11)$$

Os resultados empíricos mostram que a empatia, a autovalorização, a autonomia, a discriminação, a segurança e o estresse são determinantes estatisticamente significantes da satisfação com a vida, em ordem decrescente de importância (ANAND *et al.*, 2011). O artigo conclui sugerindo que, se replicadas, as descobertas têm profundas implicações para a conceituação e avaliação do progresso econômico.

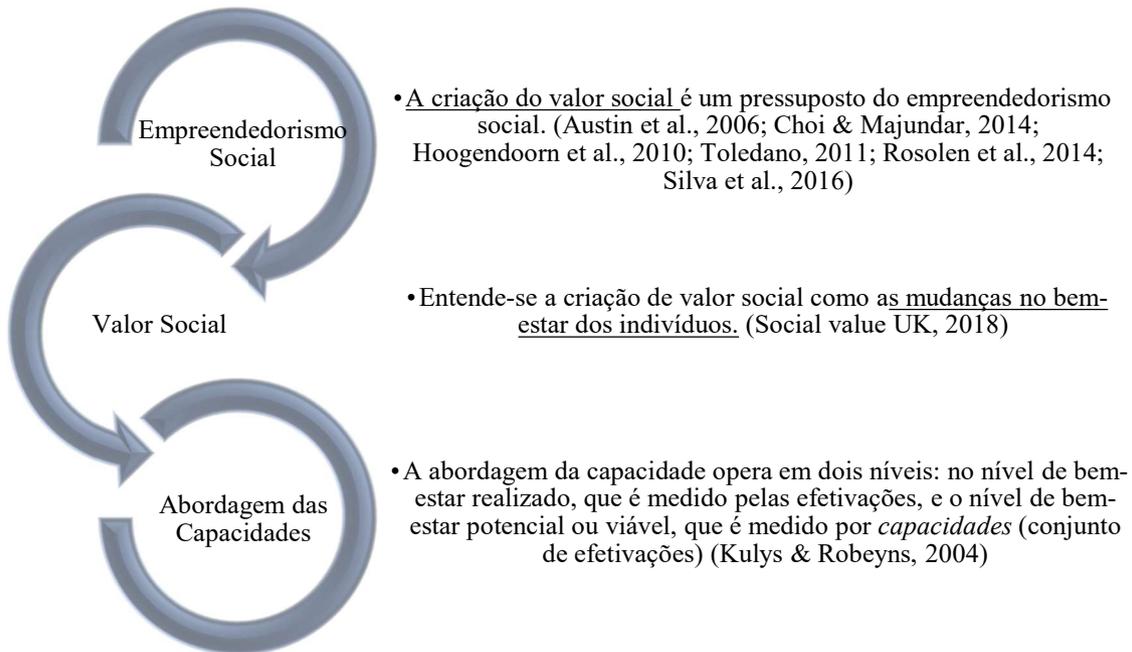
### 3 PROPOSTA CONCEITUAL DE MEDIÇÃO DA CRIAÇÃO DO VALOR SOCIAL POR EMPREENDIMENTOS SOCIAIS A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CAPACIDADES DE AMARTYA SEN

Considerando o papel do Empreendedorismo Social na busca pela minimização dos problemas sociais da atualidade, problemas estes que não são foco nem da ação do Estado, nem da ação do mercado, registra-se a relevância de que meios eficientes sejam definidos para a mensuração de seus resultados (*outcomes*), sejam financeiros – cujos meios de mensuração de desempenho são amplamente conhecidos e difundidos –, ou sejam sociais, mediante a mensuração da criação de valor social e do impacto social – que carecem de métodos que apresentem unanimidade pelos especialistas.

Este trabalho foca na necessidade de mensuração da criação de valor social, por considerar, a partir das definições relacionadas ao fenômeno Empreendedorismo Social, apresentados na literatura, que este é o foco da ação do empreendedor social.

Visando fundamentar as escolhas adotadas, percebe-se a necessidade de apresentar uma proposta de articulação do quadro teórico utilizado.

Figura 9 – Articulação conceitual da proposta de mensuração da criação de valor social



Fonte: elaborada pela autora.

O primeiro elemento conceitual apresentado, refere-se ao Empreendedorismo Social. No que concerne ao seu pressuposto, ou seja, aquilo que distingue o empreendedorismo social de outras ações de Empreendedorismo, é que se busca justificar o foco da mensuração do desempenho dos empreendimentos sociais na criação do valor social. Pois entende-se que, apesar deste tipo de organização ter a potencialidade de gerar 03 tipos de *outcomes* - financeiro; valor social e impacto social – a criação de valor social é seu único pressuposto.

A partir deste entendimento, e justificado o foco na mensuração do valor social, é necessário delimitar o entendimento do que é valor social. Esta delimitação exigiu buscar a fundação da axiologia e de como o valor social é criado.

Considera-se, como ponto de partida, a convergência de entendimento entre as ciências sociais, economia e filosofia de que valor é a qualidade de uma coisa, que só pode pertencer-lhe em função de um sujeito dotado com uma consciência capaz de registrar (HESSEN, 1980). Sendo necessário destacar que o termo “sujeito”, de acordo com Lucas e Passos (2015), transcende o nível do indivíduo, refere-se na verdade ao que é valorizado pelo ser humano, assim, esta relação de valor objeto/condição/ação dá-se dentro de um contexto social e histórico.

Ainda buscando a fundamentação axiológica e, recorrendo a perspectiva da sociologia no entendimento de valor, apresenta-se o estudo Schwartz (2006), de sua hierarquia de valores ou “valores universais”. Ao analisar a Hierarquização dos Valores Universais de Schwartz (2006), registra-se a primazia da valoração do bem-estar e da liberdade de escolha. O valor universal primeiro definido como Benevolência, tem o objetivo de preservar e melhorar o bem-estar das pessoas com as quais estamos frequentemente em contato. Este valor é seguido, em termos de priorização pelo Universalismo, cujo objetivo é a compreensão, estima e proteção do bem-estar de todos e da natureza. Em terceiro, o valor denominado de Autonomia, que está relacionado à independência de ação e pensamento – liberdade de buscar a vida que considera agradável ou valiosa.

Baseado nesta fundamentação axiológica, pressupõe-se que a criação de valor social tem como definição mais consistente quando é entendida como as mudanças no bem-estar dos indivíduos (SOCIAL VALUE UK, 2018) e é a partir desta definição que são analisadas as possibilidades de medição da criação de valor social.

A partir do entendimento de que a criação de valor social são mudanças no bem-estar das pessoas, interpõe-se a necessidade de buscar meios de medição do bem-estar e em sequência a medição das mudanças no bem-estar.

Neste objetivo, a princípio, optou-se por recorrer às teorias relacionadas a Economia do Bem-Estar, contudo, na visão tradicional desta teoria, o entendimento de bem-estar é definido de forma unidimensional, a partir de métricas de renda/riqueza.

Amartya Sen (2003), por sua vez, apresenta uma proposta que amplia a base informacional sob a qual é avaliado o bem-estar, proporcionando uma perspectiva multidimensional do conceito de bem-estar. De acordo com os pressupostos apresentados pelo autor, a abordagem da capacidade opera em dois níveis: no nível de bem-estar realizado, que é medido pelas efetivações, e o nível de bem-estar potencial ou viável, que é medido pelas capacidades (conjunto de efetivações) (KUKLYS; ROBEYNS, 2004).

Desta forma, a partir da percepção de que um conceito multidimensional do bem-estar representa maior alinhamento com a ideia de criação de valor social e, conseqüentemente de bem-estar social, este trabalho opta metodologicamente por analisar a Criação de Valor Social sob a perspectiva da Abordagem das Capacidades de Amartya Sen.

Quanto à aplicação desta perspectiva multidimensional, buscou-se levantar as estratégias utilizadas, por pesquisadores nas diversas áreas do conhecimento, para a medição do bem-estar a partir da Abordagem das Capacidades. A análise de estudos empíricos, possibilitou identificar diversas formas de utilização da abordagem, seja quanto à definição das variáveis conceituais para bem-estar-social, seja quanto forma de coleta de dados – secundários ou primários –, ou quanto a metodologia de análise dos dados.

A partir deste levantamento, verificou-se ainda a aplicação da Abordagem das Capacidades para analisar:

- a) o bem-estar da população de diversos países;
- b) estudos que buscaram a comparação do bem-estar de regiões dentro de diversos territórios nacionais;
- c) estudos que utilizaram a abordagem buscando comparar situação de bem-estar, entre grupos de minorias e demais membros populacionais, ou de grupos sociais e étnicos específicos.

Contudo, não foram identificadas pesquisas que utilizassem a abordagem de modo a avaliar o desempenho de ações ou projetos sociais, na criação de bem-estar/valor social.

Entendendo que a mensuração da Criação de Valor Social pelos empreendimentos sociais exigirá uma abordagem dos indivíduos que são foco da ação destas, a partir de sua percepção individual, buscou-se experiências de aplicação da abordagem utilizando-se como estratégia a coleta de dados primários. Dos diversos trabalhos analisados, destacaram-se os de Paul Anand, que a partir da elaboração de um questionário, baseado nas definições de Nussbaum (2003) das Capacidades Básicas Centrais, avaliou a percepção de bem-estar indivíduos em diversos países e regiões.

Assim, o modelo de Anand desenvolvido em parceria com diversos autores em processo de refinamento desde 2005 (2005, 2006, 2009, 2011) será ponto de partida para elaboração da ferramenta de medição da Criação de Valor Social da **Empreendedorismo Social**.

Na seção seguinte, será apresentada a proposta metodológica desta pesquisa.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Numa perspectiva epistemológica, em princípio, os fenômenos sociais podem ser definidos em termos individuais e, num entendimento da ontologia do fenômeno social, entende-se que os fenômenos sociais são causados por indivíduos (SELL, 2016).

Ainda, quanto à metodologia, os fenômenos sociais podem ser explicados em termos dos indivíduos, a partir de seus estados físicos e psíquicos e a partir dos seus conceitos de atuação e interação (SELL, 2016).

Assim, fundamentado num individualismo ontológico, epistemológico e metodológico do conceito e do fenômeno social, esta pesquisa fundamenta-se nos princípios do pensamento social de Max Weber (1994) – individualismo metodológico – no sentido que conceitos coletivos são construções metafóricas para descrever ações similares ou conjunta de indivíduos.

### 4.1 Enquadramento metodológico

Quanto ao entendimento do fenômeno Empreendedorismo Social, este trabalho parte do entendimento da Escola Anglo-saxã (DEFOURNY; NYSSSENS, 2011; HOOGENDOORN *et al.*, 2010; PETRINI *et al.*, 2016) em que o empreendedorismo social se refere principalmente às atividades econômicas que atendem a um objetivo social, independentemente da estrutura legal ou setor. Desta forma, os empreendimentos sociais participantes da fase empírica desta pesquisa, possuem como objetivo central a criação de valor social, não havendo restrição quanto à sua forma legal de constituição ou se constituem-se como organizações sem fins lucrativos ou híbridos – sejam OS; Organização Não Governamental (ONG); Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) ou Organização da Sociedade Civil (OSC).

Considerando a tipologia de pesquisa proposta por Collis e Hussey (2005), classifica-se esta pesquisa quanto ao objetivo – motivo pelo qual está sendo realizado – como uma pesquisa exploratória, com o propósito de obter *insights* sobre a mensuração da criação de valor social e do tipo descritiva, cujo objetivo é identificar e obter informações sobre as características de um determinado problema ou questão (COLLIS; HUSSEY, 2005). Destaca-se ainda que, segundo Gil (2007), as pesquisas descritivas têm como objetivo principal a

descrição das características de uma determinada população ou fenômeno, ou ainda estabelecer relações entre as variáveis.

Quanto ao processo da pesquisa – maneira pela qual se coletará e analisará os dados – trata-se de uma pesquisa quantitativa, focada na mensuração de um fenômeno (COLLIS; HUSSEY, 2005).

Trata-se de um Survey cujo objetivo é exploratório-descritivo, ou seja, permitir um enunciado descritivo acerca de uma população, E, tem-se como unidade de análise “os beneficiários de ações de empreendimentos sociais”. Quanto ao seu desenho, é um survey interseccional, cujos dados são colhidos em determinado momento, de uma amostra especificamente selecionada para descrever uma população maior (BARBIE, 2005).

Foi desenvolvida também uma coleta de dados qualitativos, através de entrevistas e observação de campo. Esta triangulação metodológica ajudou à pesquisadora a refletir com maior propriedade sobre os resultados dos testes estatísticos, tendo em vista a abordagem exploratória da pesquisa.

Assim, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas (Apêndice A) com profissionais das organizações participantes da pesquisa, visando compreender a organização em estudo, sob as perspectivas de seus colaboradores. Nesta fase da pesquisa, busca-se compreender:

- a) a missão da organização, que pode estar definida formalmente por escrito e amplamente divulgada ou aquela definida a partir da percepção do Empreendedor Social;
- b) descrição da ação executada pelo Empreendimento Social;
- c) registros dos atendimentos realizados em 2019;
- d) atendimentos planejados para 2019 e 2020;
- e) capacidades (a partir dos conceitos de Sen/Nussbaum) a organização pretende desenvolver em seus beneficiários;
- f) tempo que a organização entende que os participantes dos projetos/ programas levarão para apropriar-se das capacidades essenciais desenvolvidas;
- g) estabelecer projetos e cronograma para aplicação da ferramenta de pesquisa.

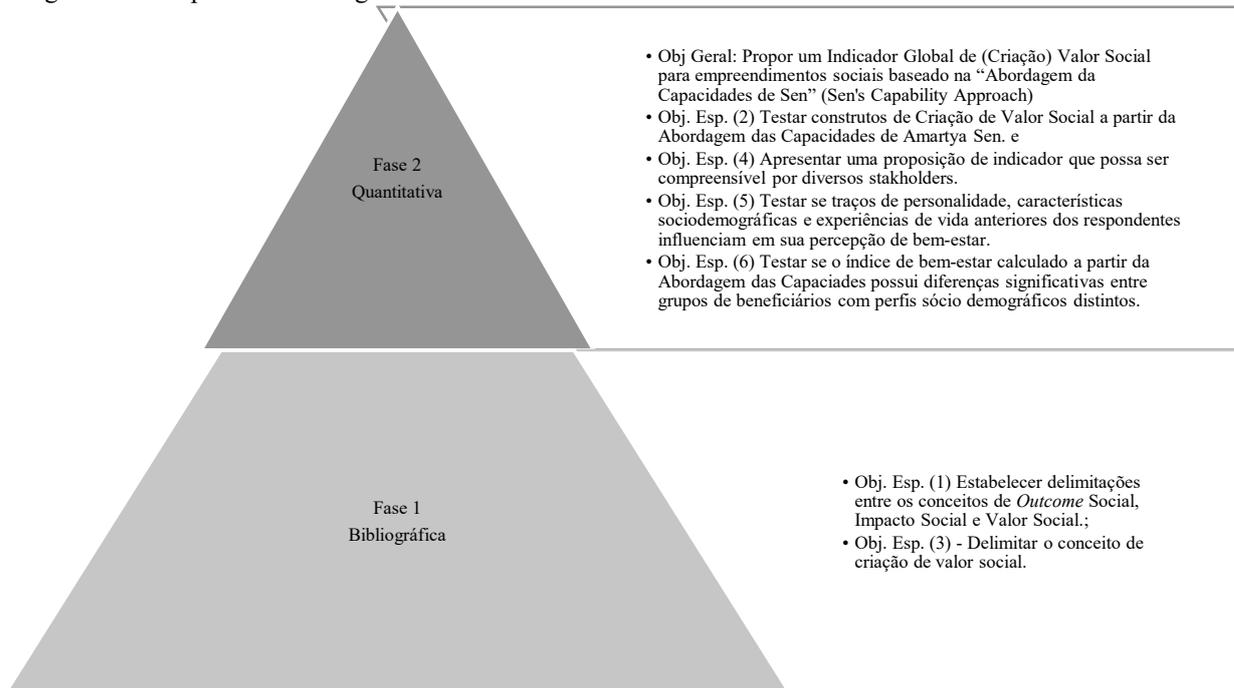
Todas as fases da pesquisa foram registradas também em um diário de campo eletrônico, cujo roteiro de observação é apresentado no Apêndice B. Ao fim de cada visita, as percepções da pesquisadora foram registradas e, nos encontros em que o registro de áudio foi aprovado, este era novamente analisado para registros complementares no diário.

Como método de coleta de dados utilizou-se de a) questionário aplicado por meio de distribuição em grupo (COLLIS; HUSSEY, 2005), utilizado para coleta de informações no “Questionário de Medida de Bem-Estar”, que possibilitou a aplicação da ferramenta de pesquisa em grupos.

## 4.2 Proposta metodológica

A execução do trabalho, será realizada conforme apresentado na Figura 10, visando o atendimento aos objetivos da pesquisa.

Figura 10 – Proposta metodológica



Fonte: elaborada pela autora.

A primeira fase da pesquisa consiste na elaboração do quadro teórico, a partir do qual busca-se um melhor entendimento do fenômeno pesquisado – o valor social. Foca-se, nesta fase, na elaboração de um sistema teórico que contemple o que Bruyne, Herman e Schoutheete (1977) definem como Aspecto Semântico e o Aspecto Sintático.

O Aspecto Semântico, comporta os significados, a explicitação, os conceitos (BRUYNE *et al.*, 1977). Nesta construção teórica, pretende-se estabelecer delimitações entre os conceitos importantes para entendimento do fenômeno Valor Social, em especial relacionado à polissemia utilizada para definir os objetivos dos **Empreendedorismo Social: Outcome Social, Impacto Social e Valor Social**.

No que se refere ao Aspecto Sintático, seja “a concatenação, coligação de todas as proposições teóricas num corpo articulado e não contraditório” (BRUYNE *et al.*, 1977, p. 111), pretende-se a partir da análise da literatura, compreender como se dá a criação de valor social.

Busca-se ainda, nesta fase da pesquisa, a elaboração da dinâmica teórica como prática metodológica, possibilitando a interação entre os demais polos de pesquisa, como sugerem Bruyne, Herman e Shoutheete (1977):

- a) Face ao Polo Epistemológico – a construção teórica como um conjunto de significados pertinentes à problemática, para a qual se apresenta uma solução válida;
- b) Face ao Polo Morfológico – a construção de um quadro teórico como um conjunto coerente de proposições que fornecem um quadro explicativo compreensivo;
- c) Face ao Polo Técnico – a teoria como um conjunto de hipóteses falsificáveis e testáveis.

A partir da revisão da literatura, será proposta uma escala de mensuração de Valor Social, tendo como base a Abordagem das Capacidades de Amartya Sen, utilizando como parâmetro as 10 Capacidades Centrais de Nussbaum (2003): 1) vida; 2) Saúde Corporal; 3) Integridade Corporal; 4) Sentidos, Imaginação e pensamento; 5) Emoção; 6) Razão Prática; 7) Afiliação; 8) Outras Espécimes; 9) Diversão; 10) Controle sobre o meio Ambiente (Político e Material). E a Escala de Mensuração de Bem-estar de Anand *et. al* (2011). Os autores, para elaboração da referida escala atribuíram nomes ligeiramente diferentes em comparação com aqueles da lista proposta por Nussbaum (2003); em que o questionário é baseado. As medidas de Bem-Estar foram nomeadas de: Saúde, Liberdade de Expressão Política, Liberdade de Participação Política, Liberdade Religiosa, Liberdade de Pensamento, Capacidades Emocionais, Segurança, Meio Ambiente e Relações Sociais, Discriminação Fora do Trabalho e finalmente Trabalho. Os autores.

Na fase quantitativa, será aplicada Escala de Mensuração de Valor Social, entre uma amostra do grupo de beneficiários de Empreendimentos Sociais, selecionados por acessibilidade.

Será realizada Análise Fatorial, visando validar a ferramenta de Anand *et al.* (2011) no contexto brasileiro e para mensuração de criação de valor social de Empreendimentos Sociais.

A Regressão Linear Múltipla será realizada visando testar as relações propostas pelos autores (ANAND *et al.*, 2011) das características de personalidade e das experiências anteriores na percepção de criação de bem-estar.

A realização da Análise de Variância (ANOVA), concluirá a fase quantitativa da pesquisa, e tem o propósito de analisar os índices de bem-estar social entre os 4 grupos de beneficiários de Empreendimentos Sociais, verificando a sensibilidade da ferramenta às situações de liberdade dos indivíduos em diversos cenários socioeconômicos.

Na subseção seguinte, cada uma das etapas da fase quantitativa da pesquisa será descrita.

#### **4.2.1 Amostra**

Será realizado um survey amostral, visando inferir os traços – nível de bem-estar/liberdade/capacidades – de uma população a partir da amostra (BARBIE, 2005).

A unidade de análise serão programas sociais por 4 Organizações da Sociedade Civil (OCS), selecionados por adesão, por intermédio de parcerias prévias do Grupo de Pesquisa de Inovação Social (INOS) da Universidade Federal do Ceará:

- a) Instituto Maria da Hora (IMH): [1] Projeto Centro de Convivência Popular e [3] ABC Modubim (GPDH<sup>1</sup>);
- b) ADEL: [2] Programa Jovens Empreendedores Rurais;
- c) Social *Brasilis*: [4] projeto Caju Lab, por meio da Educação 4.0: empreendedorismo em sala de aula.

---

<sup>1</sup> Grupo de Participação e Desenvolvimento Humano.

Que serão descritos a partir de indicadores de bem-estar/liberdade/capacidades dos indivíduos participantes do programa

Quanto aos respondentes, no [1] Projeto Centro de Vivência Popular (CCPOP), os beneficiários deste projeto tendem a utilizar os serviços de forma recorrente, cadastrando-se diariamente, conforme disponibilidade de vagas. Desta forma, apesar da potencial capacidade de atendimento mensal de 3.000 pessoas, essa quantidade é significativamente menor que esta capacidade devido à pouca rotatividade de usuários. Foram realizadas 5 visitas para aplicação do questionário e os respondentes foram selecionados entre os 100 inscritos/dia para utilização dos serviços. Deste grupo foram selecionados os beneficiários que tivessem em posse do Certificado de Pessoa Física (CPF), por adesão, no limite de 20 respondentes/dia, considerando as limitações de espaço físico do Centro de Convivência, para reuniões em grupo. Ao final do processo, obteve-se uma amostra de 83 participantes.

No projeto de [2] Jovens Empreendedores Rurais (ADEL), foi realizada uma aplicação única, entre a população do projeto no 1º semestre de 2020, tendo em vista a realização de apenas 01 turma do projeto no período, totalizando 28 participantes.

Entre as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social da região do Modumbim [3], atendidas pelo projeto ABC Modubim, do Instituto Maria da Hora (IMH), foram realizadas 02 aplicações, participantes foram selecionados pela coordenação do projeto, considerando habilidade de compreensão, escrita e leitura dos jovens, considerando que o projeto atende crianças e jovens entre 6 e 19 anos – amostra por julgamento (STEVENSEN, 1981). Neste grupo, foram aplicados 38 questionários.

No Projeto [4] Caju Lab, em Pacajús-CE, foi realizada uma aplicação única, entre a população do projeto no 1º semestre de 2020, tendo em vista a realização de apenas 01 turma do projeto no período, totalizando 32 participantes.

Ao todo, foram aplicados 181 questionários. Foi arbitrado pelo pesquisador que questionários que apresentarem questões não respondidas (valores omissos) superior a 15% do total de questões da escala de mensuração de bem-estar de Anand *et al.* (2011) serão invalidados, ou seja, serão excluídos da amostra os questionários que apresentarem 6 ou mais questões não respondidas. O que levou à exclusão de 7 questionários. Assim, a amostra final utilizada na pesquisa corresponde a 174 formulários válidos.

#### 4.2.2 Ferramenta de pesquisa

A proposta de pesquisa, foi apresentada via *e-mail*, a um dos autores da ferramenta de coleta de dados, Paul Anand, professor na Faculdade de Artes e Ciências Sociais da *Open University* (Reino Unido) e pesquisador associado do Centro de Filosofia das Ciências Naturais e Sociais da *London School of Economics*. Anand, dedicou-se inicialmente à pesquisa acerca dos fundamentos da escolha racional e, nos últimos anos, vem contribuindo para a economia do bem-estar com pesquisas focadas em capacidades, felicidade e na agenda além do Produto Interno Bruto (PIB) (IZA, 2019).

Em retorno à consulta realizada, o professor Anand destaca que as seguintes questões devem ser adequadamente fundamentadas durante o processo de pesquisa: *The creation of social value seems like a great idea. What is the social value created? Are people able to do new or more or more valued things? Do they do function in a better way? Both are vital questions [...] (ANAND, 2019).*

A primeira reflexão proposta é a necessidade de uma definição de Criação de Valor Social. Conforme apresentado na seção Articulação Teórica, compreende-se a criação de valor social como bem-estar dos indivíduos, entendimento a partir do conceito proposto pela OS *Value UK* (2018). Considerando esta perspectiva, recorre-se a Kuklys e Robeyns (2004), que registram que o conceito de Sen (2003) de efetivações deve ser entendido como bem-estar realizado e capacidades como bem-estar potencial. Assim, a criação de valor social representa a melhoria do bem-estar do indivíduo, ou seja, desenvolvimento de efetivações e capacidades.

Ainda considerando as reflexões propostas por Anand (2019), apresenta-se a segunda questão: As pessoas são capazes de fazer coisas novas ou mais ou mais valorizadas? As pessoas vivem de uma melhor forma?

Busca-se refletir sobre esta questão a partir do entendimento que

- a) a missão social, ou seja, proposição do empreendedor de criar e manter valor social é o núcleo central do Empreendimento Social;
- b) a missão social também é a variável que distingue os empreendedores sociais dos demais empreendedores e empresários (Dees, 2017).

Diversos autores (AUSTIN *et al.*, 2006; CHOI; MAJUNDAR, 2014; HOOGENDOORN *et al.* 2010; ROSOLEN *et al.*, 2014; SILVA *et al.*, 2016; TOLEDANO, 2011) destacam ainda que a criação do valor social é um pressuposto do empreendedorismo social.

Isso posto, recorre-se ao entendimento de Dardour (2012), de que a ação dos Empreendimentos Sociais em busca do atendimento de sua missão, possibilita uma transformação, que pode ser entendida como aquela que está além de sua contribuição para melhorar as condições de vida do público afetado por suas ações. O empreendimento social carrega a semente da mudança de práticas convencionais ao nível da sociedade ou a possibilidade de mobilizar essa mesma em torno de seu próprio futuro.

Trata-se de dar a todos os atores da sociedade a capacidade de adquirir novas formas de pensar e agir (DARDOUR, 2012). Assim, sendo beneficiadas por Empreendimentos Sociais, as pessoas têm a capacidade de fazer coisas novas ou, por elas, mais valorizadas. Possibilitando assim, uma melhoria em sua forma de viver, seu bem-estar social.

O “Questionário de Medida de Bem-Estar” de Anand *et al.* (2011), foi validado após aplicação em 5 áreas urbanas da Argentina, a partir de uma adaptação ao contexto cultural do país latino-americano. Essa ferramenta, vem sendo adaptada e melhorada por Paul Anand, desde 2006, tendo sido aplicada em outros contextos culturais.

Os pesquisadores utilizaram a ferramenta para avaliar o nível de bem-estar social na Argentina e disponibilizar uma ferramenta de medição das capacidades. As medidas de Bem-Estar foram nomeadas de: Saúde, Liberdade de Expressão Política, Liberdade de Participação Política, Liberdade Religiosa, Liberdade de Pensamento, Capacidades Emocionais, Segurança, Meio Ambiente e Relações Sociais, Discriminação Fora do Trabalho e finalmente Trabalho. Os autores atribuíram nomes ligeiramente diferentes em comparação com aqueles da lista encontrada em Nussbaum; em que o questionário é baseado.

A ferramenta de coleta de dados, com 61 questões (42, sobre percepção de Capacidades; 7, Indicadores Sociodemográficos; 12, sobre experiências passadas e 10 de traços de personalidade) tiveram suas questões submetidas aos respondentes na mesma estrutura e sequenciamento utilizados pelos autores Anand *et al.* (2011).

Na primeira seção do questionário, pretende-se realizar uma caracterização socioeconômica dos respondentes. Com 18 questões, o questionário inicialmente busca identificar o respondente quanto à instituição analisada e projeto ao qual recebe benefício. Em seguida, apresentam-se 7 questões utilizadas por Anand, Krishnkumar e Tran (2011) em sua pesquisa original e acrescentadas 5 outras questões, visando melhor configuração e adaptação à realidade brasileira. As 5 questões adicionais têm como fonte questões da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A segunda seção do questionário consiste na apresentação de 42 perguntas para levantamento das capacidades dos beneficiários participantes desta fase da pesquisa. As questões foram traduzidas de Anand, Krishnkumar e Tran (2011) por tradutor juramentado.

Esta subseção do formulário propõe-se a realizar um levantamento de dados que ajudarão a fornecer uma medida resumida das Capacidades (Q) das pessoas entrevistadas, a partir da aplicação de uma variedade de perguntas sobre oportunidades, habilidades e restrições em uma ampla variedade de domínios da vida (dimensões).

Na terceira e quarta seções são apresentadas questões para levantamento dos traços de personalidade dos respondentes e experiências anteriores, respectivamente. Estas seções são mantidas, conforme obra de Anand *et al.* (2011), no entendimento que traços de personalidade e as experiências prévias dos respondentes pode influenciar a forma que eles veem o desenvolvimento de suas capacidades. De tal forma que, parte-se da premissa que pessoas com traços de personalidade extrovertidas e otimistas tendem a ver de forma mais positiva as ações e criação de valor social do que pessoas pessimistas.

A ferramenta de coleta de dados elaborada, em versão original na língua inglesa, por Anand *et al.* (2011) foi traduzida para o português e intitulada “Questionário de Medida de Bem-Estar”. Para adequação da ferramenta, visando a aplicação à respondentes brasileiros, fez-se uso do método de tradução “Back Translation”. Esse procedimento foi executado em três momentos distintos. Em uma primeira fase, houve a tradução do inglês para o português do Questionário, realizada por um tradutor juramentado. Posteriormente, efetuou-se a tradução inversa do questionário, do português para o inglês, por um outro tradutor com conhecimento nos idiomas empregados e na temática da pesquisa. No terceiro e último momento, foram comparadas a versão traduzida do português para a língua inglesa com o texto original em inglês, com o intuito de se fazer os ajustes necessários para a elaboração da versão final do

instrumento em português. Para Deliza, Rosenthal e Costa (2003, p. 44), “esta técnica garante tradução mais precisa e confiável do instrumento”.

#### 4.2.3 Análise estatística

O questionário possui 42 perguntas relacionadas à percepção das capacidades. Aplicado, nesta fase, a uma amostra de 181 respondentes. Destes, apenas 174 foram considerados válidos, excluindo-se daqueles questionários cujo percentual de dados omissos tenham superado 15%. Assim, 174 questionários foram considerados válidos, sendo 78 respondentes, pessoas em situação de rua beneficiárias do IMH/CCPOP [1]; 28, jovens de área rural do litoral leste do Ceará, beneficiadas pela ADEL [2]; 37, crianças e adolescentes de 06 a 17 anos de idade em situação de vulnerabilidade social do ABC Modubim [3]. E, 31 pessoas, em sua maioria mulheres, em situação de vulnerabilidade social que vivem na área urbana do município de Pacajús, beneficiárias de um programa de desenvolvimento de competências de empreendedorismo através da Social Brasilis [4].

As questões C1, C16, C17, C20 a C29 e C32 e C33, tiveram seus valores invertidos, tendo em vista que possuem conotação negativa quanto à percepção de capacidades. Os valores omissos foram substituídos pela média do grupo de respondentes, para a referida questão.

Para análise estatística dos dados obtidos a partir da aplicação do Questionário de Medida de Bem-Estar” de Anand *et al.* (2011), utilizou-se o pacote estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) e AMOS.

Visando testar a adequação do modelo de Mensuração de Bem-estar de Anand *et al.* (2011), foi realizada Análise Fatorial Confirmatória (CFA) em uma amostra de 174 respondentes que são beneficiários das 4 instituições pesquisadas. Esta técnica nos permite analisar o quão bem as variáveis de medida representam os *construtos* (HAIR *et al.*, 2008).

A Análise fatorial confirmatória foi realizada no AMOS e os seguintes índices estatísticos serão apresentados:

- a) Qui-Quadrado – que comprova a probabilidade de um modelo ajustar-se aos dados. Entende-se que um Qui-quadrado estatisticamente significativo indica discrepância entre os dados e o modelo teórico sob análise.

- b) Razão Qui-quadrado/graus de liberdade (CMIN/DF) – índice de qualidade de ajuste subjetivo, ainda que não exista um valor exato para decidir sobre a qualidade de adequação ou não do modelo, na prática são aceitos índices que sejam iguais ou inferiores a 5,00 (BYRNE, 1989).
- c) Índice de Qualidade de Ajuste (GFI) – é uma medida de variabilidade explicada pelo modelo. Segundo Rhee, Uleman e Lee (1996), um GFI de 0,80 ou mais indica que o modelo se ajusta aos dados.
- d) Raiz do Erro Quadrático Médio de Aproximação (RMSEA). Índice de ajuste absoluto. Um valor próximo de zero significa que o modelo teórico se ajusta aos dados, isto porque os residuais se aproximam de zero (HAIR *et al.*, 2008).
- e) Índice de Ajuste Comparativo (CFI) – sugere-se que seja superior a 0,95 (HAIR *et al.*, 2008)
- f) Índice de Ajuste Incremental (IFI<sup>2</sup>) – sendo critério sugerido, se superior a 0,95 (HAIR *et al.*, 2008).

Realizando-se, em seguida, análise fatorial exploratória, e a partir do teste de *Kayser, Meyer, Olkin* (KMO), as respostas serão submetidas às análises estatísticas de componentes principal com rotação ortogonal para verificação da validade.

A validade de um *construto* designa o quão um *construto* de itens medido realmente reflete o *construto* latente teórico que os itens referidos devem medir, ou seja, segurança de que medidas tiradas de uma amostra representam o verdadeiro escore que existe na população (HAIR *et al.*, 2009).

A análise fatorial é realizada para definir a estrutura inerente entre as variáveis de análise, por meio de sua estrutura de inter-relações ou correlações, agrupando-as em conjuntos distintos (fatores), altamente correlacionados (HAIR *et al.*, 2009).

As respostas dos participantes foram submetidas à análise dos eixos principais com rotações oblíquas (*promax*) e ortogonal (*varimax*), a primeira para testar as intercorrelações entre os fatores e a segunda para extraí-los, a partir de cargas fatoriais superiores a 0,45, considerando sugestão de Hair *et al.* (1998) para amostra inferior a 200 observações e autovalores superior a 1,0.

---

<sup>2</sup> *International Financial Institution.*

Como estratégia metodológica, para identificar o melhor número de fatores foi executada a *Minimum Average Partial* (MAP) de Velicer (1976) e Análise Paralela (Parallel Analysis) de O'Connor (2000) e Ledesma e Valero-Mora (2007).

O método MAP (VELICER, 1976) foi desenvolvido no contexto análise de componentes principal e baseia-se na matriz de correlações parciais. Neste procedimento, a definição do número de fatores a reter é determinado pelo ponto em que é obtida a média mínima das correlações parciais ao quadrado (GARRIDO *et al.*, 2011).

A análise paralela é uma técnica de simulação de Monte Carlo que auxilia pesquisadores na determinação do número de fatores, quando utilizado o método de Análise de Componentes Principais na Análise Fatorial Exploratória (LEDESMA; VALERO-MORA, 2007; O'CONNOR, 2000). Para efetuar a análise paralela foi utilizado o algoritmo de O'Connor (2000) como sintaxe no IBM SPSS *Statistics* v. 20.0.

Uma vez realizada a validação do *construto*, será realizado o exame de fidedignidade da escala, obtido pelo Coeficiente Alfa de Cronbach ( $\alpha$ ). Hair *et al.* (1998) explicam que a confiabilidade é uma medida da consistência interna dos indicadores dos *construtos*, de forma a fornecer o grau em que indicam os respectivos *construtos* latentes.

O índice de Liberdade/bem-estar pessoal será calculado pela média aritmética das respostas às questões do Questionário de Pesquisa, resultantes após análise fatorial. E o cálculo do índice de cada Capacidade Essencial pela média aritmética das questões que estão relacionadas a cada *construto*.

Quadro 12 – Capacidades e questões relacionadas

Capacidade	Questões
Saúde	C01. Sua saúde limita de alguma forma suas atividades diárias em comparação com a maioria das pessoas da sua idade? C32. Você recentemente tem perdido muito sono por causa de preocupação? C33. Você recentemente tem se sentido constantemente sob tensão?
Liberdade Política	C02. Sou livre para expressar minhas opiniões políticas
Liberdade de Participação Política	C03. Eu posso participar das atividades políticas que afetam minha vida se eu quiser.
Liberdade Religiosa	C04. Sou livre para praticar minha religião como quiser.
Liberdade de expressão	C05. Meu conceito de uma vida boa é baseado em meu próprio julgamento. C36. Com que frequência você usa sua imaginação e/ou raciocínio no seu dia a dia? C37. Eu tenho um plano claro de como quero que minha vida seja.

Quadro 12 – Capacidades e questões relacionadas

Capacidade	Questões
Capacidades Emocionais	C06. Atualmente, quão fácil ou difícil é para você desfrutar do amor, cuidado e apoio de sua família imediata? C07. Você acha fácil ou difícil expressar sentimentos de amor, pesar, saudade, gratidão e raiva em comparação com a maioria das pessoas da sua idade? C10. Você recentemente tem conseguido fazer suas atividades cotidianas? C18. Você costuma achar fácil ou difícil imaginar a situação de outras pessoas (ou seja, colocar-se no lugar dos outros)? C34. Você recentemente tem desfrutado de suas atividades de lazer?
Segurança	C14. Por favor, indique o quão seguro você se sente andando sozinho nos arredores de sua casa durante o dia? C15. Indique como você se sente seguro andando sozinho nos arredores de sua casa depois de escurecer. C16. Indique o quão suscetível você se sente à violência doméstica no futuro. C17. Qual a probabilidade de você ser vítima de agressão ou ataque violento no futuro?
Relações Sociais e com o meio	C08. Aprecio e valorizo plantas, animais e o mundo da natureza. C09. O quão difícil é para você fazer amizades duradouras com pessoas de fora do trabalho? C12. Fora do trabalho, você tem sentido recentemente que está desempenhando um papel útil nas coisas? C13. Você recentemente tem pensado em si mesmo como uma pessoa sem valor? C31. Eu respeito, valorizo e aprecio outras pessoas. C39. Você normalmente tem pelo menos uma semana (sete dias) de férias anuais fora de casa? C40. Você normalmente se encontra com amigos ou familiares para um drink ou uma refeição pelo menos uma vez por mês?
Moradia	C35. A sua moradia atual é adequada ou inadequada a suas necessidades atuais?
Trabalho	C11. No trabalho, você tem sentido recentemente que está desempenhando um papel útil nas coisas? C19. Você já procurou emprego? C20. Ao procurar trabalho no futuro, qual a probabilidade de você sofrer discriminação por causa de sua raça? C21. Ao procurar trabalho no futuro, qual a probabilidade de você sofrer discriminação por causa de sua orientação sexual? C22. Ao procurar trabalho no futuro, qual a probabilidade de você sofrer discriminação por causa de seu gênero? C23. Ao procurar trabalho no futuro, qual a probabilidade de você sofrer discriminação por causa de sua religião? C24. Ao procurar trabalho no futuro, qual a probabilidade de você sofrer discriminação por causa da sua idade? C30. Você costuma achar fácil ou difícil se relacionar com seus colegas de trabalho? C41. Até que ponto seu trabalho faz uso de suas habilidades e talentos? C42. No trabalho, você é tratado com respeito?
Discriminação Fora do Trabalho	C25. Fora de qualquer situação de emprego ou trabalho, você acha que no futuro será discriminado por causa de sua raça? C26. Fora de qualquer situação de emprego ou trabalho, você acha que no futuro será discriminado por causa de sua orientação sexual? C27. Fora de qualquer situação de emprego ou trabalho, você acha que no futuro será discriminado por causa de seu gênero? C28. Fora de qualquer situação de emprego ou trabalho, você acha que no futuro você será discriminado por causa de sua religião? C29. Fora de qualquer situação de emprego ou trabalho, você acha que no futuro será discriminado contra por causa da sua idade? C38. Com que frequência você avalia, se é que avalia, como você conduz sua vida e para onde você está indo na vida?

Fonte: elaborado pela autora a partir de Anand *et al.* (2011).

Após tais procedimentos, e considerando a afirmativa de Anand *et al.* (2011) que traços de personalidade e experiências passadas tem relação com a percepção dos indivíduos sobre seu bem-estar, realizou-se a Análise de Regressão Linear Múltipla.

No modelo, o índice de bem-estar, calculado a partir da média aritmética das variáveis resultantes do modelo foi utilizada como variável dependente na Análise de Regressão Múltipla, e as variáveis:

- a) experiências passadas: média aritmética das 12 questões;
- b) 5 traços de personalidade;
- c) variáveis sociodemográficas;
- d) renda;
- e) situação de trabalho;
- f) situação de domicílio;
- g) sexo;
- h) raça, como variáveis independentes.

Em seguida, foi realizada teste de médias – ANOVA, visando verificar se há diferenças na percepção de liberdade/bem-estar entre os grupos de respondentes.

## 5 CARACTERIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS SOCIAIS PESQUISADOS

Os empreendimentos sociais que se disponibilizaram a realiar a articulação junto aos seus beneficiários para a aplicação da ferramenta de pesquisa, são descritos na sequencia, apresentando de forma sumarizada sua missão, principais projetos e caracterização do projeto cujos beneficiários fazem parte.

### 5.1 Agência de Desenvolvimento Econômico Local (ADEL)

A ADEL por meio de suas atividades tem o objetivo de desenvolver comunidades rurais do Sertão do Nordeste por meio do empreendedorismo, do “protagonismo social dos jovens e agricultores rurais” (ADEL, 2019).

Tem como missão:

A Adel promove o desenvolvimento local de comunidades rurais por meio do empreendedorismo e do protagonismo social de jovens e agricultores. Por intermédio de programas e projetos, a organização busca desenvolver capacidades técnicas e gerenciais com os atores sociais e oferece a eles acesso a conhecimentos, crédito, redes e tecnologias para que eles possam encontrar condições favoráveis para iniciar pequenos empreendimentos em suas comunidades. (ADEL, 2019).

É constituída como uma ONG – Organização sem fins lucrativos. Sua sede fica localizada no município de Pentecoste (a 90km de Fortaleza) e possui um Centro de Formação em São Gonçalo do Amarante. Mobilizam jovens de comunidades do semiárido nordestino, visado desenvolver neles habilidades e conhecimentos em prol do desenvolvimento local (ADEL, 2019).

#### 5.1.2 Programas sociais: ADEL

A ADEL atua com 2 principais programas: Jovem Empreendedor Rural e Soluções Rurais.

Quadro 13 – Programas e projetos sociais da Agência de Desenvolvimento Econômico Local (ADEL)

Programa	Descrição	Projeto	Objetivo
Jovem Empreendedor Rural	Cria oportunidades para o desenvolvimento de empreendimentos rurais por jovens empreendedores e com uma abordagem integrada,	Formação em empreendedorismo e gestão	Formação Empreendedora para juventude rural
		Fundo veredas	Acesso a crédito orientado para jovens empreendedores

Quadro 13 – Programas e projetos sociais da Agência de Desenvolvimento Econômico Local (ADEL)

Programa	Descrição	Projeto	Objetivo
	trabalha com as habilidades empreendedoras da juventude.	Rede de jovens empreendedores rurais	Fortalecimento organizativo e interação entre os jovens
		Centros integrados de tecnologias e informação (cits)	Conecta jovens empreendedores e compartilha experiências
Soluções Rurais	Busca contribuir para o desenvolvimento local de comunidades rurais, a partir da cooperação entre atores da sociedade civil e da integração de soluções inovadoras e viáveis nas diversas dimensões do desenvolvimento (social, econômica, ambiental e cultural).	Capacitação e assessoria técnica	Promove capacitações dos agricultores e assessoria técnica na produção e gestão dos empreendimentos.
		Fundo Rotativo Comunitário	Os Fundos Rotativos Comunitários são implementados com o intuito de potencializar a capacidade produtiva de uma comunidade a partir da ativação de seu capital social.
		Tecnologias Socioambientais	Um importante parte do trabalho com agricultores é ajudá-los a aprender e a implantar, nas comunidades que eles vivem, tecnologias socioambientais de baixo custo, mas de elevado impacto social.
		Redes Cooperativas	Objetivam estimular a formação de redes de grupos produtivos de comunidades e territórios em torno de arranjos que otimizem as cadeias produtivas e expandam a participação dos agricultores em seus estágios mais rentáveis e que sejam capazes de incidir em políticas públicas e qualificar os investimentos públicos e privados em programas de larga escala de apoio à agricultura familiar.

Fonte: ADEL (2019).

No Programa Jovem Empreendedor Rural, o Projeto Formação em Empreendedorismo e Gestão é executado mediante um método de alternância de teoria – com o repasse de conceitos e ferramentas para planejamento, criação, gestão e desenvolvimento de empreendimentos rurais – e prática – momento em que os jovens passam 2 semanas nas comunidades que moram e buscam identificar oportunidades; e, então, elaboram seus planos de negócios e projetos, que podem ser individuais ou coletivos. Ao todo, a formação tem a duração de quatro meses (ADEL, 2019).

O Projeto Fundo Veredas, também parte do Programa Jovem Empreendedor Rural, considera a histórica dificuldade do pequeno empreendedor conseguir aprovação de crédito junto às instituições financeiras e especialmente à necessidade de recursos para jovens empreendedores possam colocar seus projetos em execução. Assim, foi criado em 2012, o Fundo Veredas, cujo objetivo é emprestar recursos para que qualquer jovem das regiões atendidas que desejem começar seu empreendimento e tenham projetos de negócios aprovados.

É oferecido ainda assessoria técnica e gerencial continuada – desde a elaboração do projeto de negócio até a sustentabilidade dos empreendimentos (ADEL, 2019).

O Projeto Rede de Jovens Empreendedores Rurais, busca facilitar o compartilhamento de aprendizagens e cooperação ante os desafios entre os jovens participantes do Programa Jovem Empreendedor Rural. Assim gera a oportunidade de aprendizado em conjunto de práticas bem-sucedidas, cria network e fortalece uma postura de resiliência ante o desafio de ser empreendedor (ADEL, 2019).

Visando possibilitar a conexão dos jovens empreendedores rurais entre si e com o mundo, a fim de compartilhar novas técnicas, informações, inovações, acesso à formação online, o Programa Jovem Empreendedores Rurais disponibiliza o Projeto Centros Integrados de Tecnologia (CTIS), tendo em vista este ser um recurso de difícil acesso em áreas rurais. Estes ambientes, funcionam inclusive como escritórios coletivos para os jovens participantes do programa. Estes ambientes contam com computadores com internet instalada, antena que permite acesso à telefonia celular, impressoras e telefones. Desta forma, com acesso à sinal *wi-fi* os jovens podem conectar-se também por meio de notebooks, *tablets* e celulares (ADEL, 2019).

O Programa Soluções Rurais tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento local, realizado por meio de ações de cooperação entre atores da sociedade civil buscando soluções nas diversas dimensões do desenvolvimento - social, econômico, ambiental e cultural (ADEL, 2019).

As soluções de convivência com o semiárido são identificadas de acordo com as demandas, as oportunidades e as potencialidades das comunidades atendidas nas áreas de:

- a) Recursos hídricos – por meio da implantação, nas comunidades, de soluções para garantir o direito humano à água (ADEL, 2019);
- b) Agricultura familiar – busca-se aumentar a produtividade e rentabilidade na agricultura familiar, por meio da estruturação de cadeias produtivas e implantação de arranjos produtivos locais (ADEL, 2019);
- c) Governança local – por meio de ações de fortalecimento de estruturas coletivas ou instâncias organizativas (ADEL, 2019).

O programa Soluções Rurais disponibiliza ainda o acesso dos agricultores a conhecimento, crédito orientado, redes e tecnologias, promovido através da:

- a) Capacitação e assessoria técnica – mediante repasse de técnicas de produção sustentável, associativismo, educação financeira, gestão, beneficiamento, comercialização e agregação de valor (ADEL, 2019);
- b) Fundos Rotativos Comunitários – cada agricultor diretamente beneficiado por um investimento social ou doação se compromete a devolver, por meio de pagamentos, o valor que recebeu em benefícios e serviços para um fundo coletivo, que é gerido e governado pela comunidade. São administrados pelos próprios associados (ADEL, 2019);
- c) Redes Cooperativas – mobilização de agricultores para participação de fóruns e eventos para discussão e construção participativa de planos estratégicos territoriais, incentivando, assessorando e coordenando o diálogo intersetorial e a formulação de ações e projetos cooperativos (ADEL, 2019);
- d) Uso de tecnologias socioambientais (ADEL, 2019).

Neste trabalho, participaram como respondentes da ferramenta de pesquisa, jovens beneficiários do programa Jovem Empreendedor Rural, em uma turma de jovens do município de Trairi-CE.

## **5.2 Instituto Maria da Hora (IMH)**

Tem desenvolvido há anos um trabalho de inclusão social sério e comprometido com a população do bairro Henrique Jorge e adjacências, assim como de outros bairros de toda Fortaleza e atuando também em outras cidades do estado do Ceará. É uma entidade que se preocupa com a promoção da assistência social às minorias que vivem em situação de risco e vulnerabilidade social, necessitados de amparo físico e emocional.

Sua História de Luta nasceu com Maria José Paiva da Hora, mais conhecida como **Maria da Hora**, mulher forte que acreditou no sonho de que podia mudar a realidade de muitas pessoas. E ela conseguiu. Modificou muitas realidades e muitas conquistas foram realizadas. Hoje, deixa além de sua história de luta pelos mais necessitados, a credibilidade de uma instituição que sabe o que faz.

O IMH tem como missão promover amparo e desenvolvimento social às crianças, adolescentes e famílias que vivem em situação de risco e vulnerabilidade social para que estas sejam reinseridas num contexto social digno.

### 5.2.1 Programas sociais: IMH

Lista-se inicialmente os projetos que compõem o portfólio de serviços do IMH.

Quadro 14 – Programas e projetos sociais do Instituto Maria da Hora (IMH)

<b>Projeto</b>	<b>Objetivo</b>
Projeto Acolhimento Institucional De Crianças E Adolescentes	Cogestão de dois acolhimentos institucionais voltados ao atendimento de 40 crianças e adolescentes com idade de 0 a 17 anos, em situação de medida protetiva (ECA – Art.101).
Projeto Hora De Empreender	Projeto de difusão de conhecimentos acerca de temáticas relevantes para o mercado de trabalho, com foco em mulheres chefes de família inscritas no Cadastro Único, organizado no eixo de qualificação profissional e de promoção de seminário sobre empreendedorismo.
Qualificação de Serviços para População em Situação de Rua – CCPOP	Projeto objetiva implantar e ampliar estratégias de qualificação ao atendimento à população em situação de rua da região do Centro de Fortaleza, apoiando na efetivação de direitos mediante uma acolhida em condições de dignidade.
ABC Mondubim	Cogestão de equipamento público estadual de serviço socioassistencial para crianças e adolescentes de 06 a 17 anos de idade em situação de vulnerabilidade social.
Caminhos Para O Acolhimento Familiar	Projeto visa fomentar e apoiar o processo de implantação do acolhimento institucional na modalidade de Família Acolhedora nos Municípios do Estado do Ceará.

Fonte: IMH (2019).

Os projetos do IMH que aderiram à pesquisa foram: [a] Qualificação de Serviços para População em Situação de Rua (CCPOP), cujos respondentes foram beneficiário do programa, que constituem pessoas que vivem em situação de rua no Bairro Centro, da cidade de Fortaleza-CE. E [b] Projeto ABC Modubim, cujos beneficiários são crianças e adolescentes de 06 a 17 anos de idade em situação de vulnerabilidade, moradores do Bairro Modubim (e arredores) na cidade de Fortaleza-CE.

### 5.3 Social Brasilis Programas Educacionais e Corporativos

Com a missão de promover uma sociedade formada por pessoas capacitadas educacionalmente, autônomas tecnologicamente e independentes financeiramente, a Social *Brasilis* desenvolve programas educacionais em formato de games. O objetivo da organização é desenvolver habilidades e competências digitais em pessoas (SOCIAL BRASILIS, 2020).

Os programas educacionais são gamificados e utilizam plataformas virtuais de aprendizagem que possibilitam ao participante um aprendizado interativo. São trabalhados desafios reais da comunidade, escola, cidade, estimulando a criação, a invenção científica, tecnológica e de impacto, projetos sociais ou novos (SOCIAL BRASILIS, 2020).

Neste trabalho de pesquisa, compõe grupo amostral, participantes do Projeto Caju Lab, que busca fortalecer o empreendedorismo na Região de Pacajus-CE e região. O projeto tem uma agenda mensal de cursos, palestras e pré aceleração de negócios locais em que a *Social Brasilis* atua como organização colaboradora junto ao Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS).

## 6 RESULTADOS DA PESQUISA

Utilizando-se como ferramenta de coleta de dados a Escala de Bem-Estar Social de Anand *et al.* (2011), composta de 42 perguntas relacionadas à percepção das capacidades, a partir da definição de Martha Nussbaum (2003), foi realizado um *survey* junto a uma amostra final de 174 respondentes de 4 empreendimentos sociais.

Visando testar a adequação do modelo de Mensuração de Bem-estar de Anand *et al.* (2011), foi realizada Análise Fatorial Confirmatória (CFA) a amostra, utilizando o pacote estatístico AMOS.

Com o uso do pacote estatístico SPSS, realizou-se o teste *Kayser, Meyer, Olkin - KMO*, e as respostas foram submetidas às análises estatísticas de componentes principal com rotação ortogonal para verificação da validade. Para extração dos fatores, foram consideradas as variáveis com cargas fatoriais superiores a 0,45, e autovalore superior a 1,0. Para definir o melhor número de fatores foi executada a MAP de Velicer (1976) e Análise Paralela (Parallel Analysis) de O'Connor (2000) e Ledesma; Valero-Mora (2007). Uma vez realizada a validação do *construto*, será realizado o exame de fidedignidade da escala, obtido pelo Coeficiente Alfa de Cronbach ( $\alpha$ ).

Em seguida, realizou-se a Análise de Regressão Linear Múltipla, considerando a afirmativa de Anand *et al.* (2011) de que traços de personalidade e experiências passadas tem relação com a percepção dos indivíduos sobre seu bem-estar. Como variável independente na Análise de Regressão Múltipla, e as variáveis:

- a) experiências passadas: média aritmética das 12 questões;
- b) 5 traços de personalidade;
- c) variáveis sociodemográficas;
- d) renda;
- e) situação de trabalho;
- f) situação de domicílio;
- g) sexo;
- h) raça, como variáveis dependentes.

Ao fim, foi realizada teste de médias – ANOVA, visando verificar se há diferenças na percepção de liberdade/bem-estar entre os grupos de respondentes.

## 6.1 Análise fatorial confirmatória

O modelo de Anand *et al* (2011) tem 10 conjuntos de capacidade: Saúde, Liberdade de expressão política; Liberdade de Participação Política; Liberdade Religiosa; Liberdade de Pensamento/ expressão; Capacidades Emocionais; Segurança; Meio Ambiente e Relações Sociais, Discriminação fora do âmbito do Trabalho e, ao fim, Trabalho. Os resultados da CFA, através dos índices estatísticos gerados para cada *construto*, são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Análise fatorial confirmatória

Capacidade	X <sup>2</sup>	GL	Sig.	CMIN/DF (≤5)	GFI (>0,80)	CFI (>0,95)	IFI (≥0,95)	RMSEA (≤0,05)	Alfa de Cronbach
Saúde	0	0	-	-	1	1	1	0,368	-1,494*
Liberdade de Pensamento/Expressão	0	0	-	-	1	1	1	0,226	0,501
Emoções	7,996	5	0,156	1,599	0,981	0,934	0,940	0,059	0,516
Segurança**	10,618	3	0,014	3,539	0,971	0,916	0,919	0,121	0,547
Meio Ambiente e Relações Sociais***	35,415	17	0,005	2,083	0,946	0,693	0,712	0,079	0,419
Trabalho	115,199	35	0,000	3,291	0,868	0,755	0,762	0,115	0,641
Discriminação fora do Trabalho	21,077	5	0,001	4,215	0,951	0,946	0,947	0,136	0,824

Fonte: dados da pesquisa.

Nota: \* O valor é negativo devido a uma covariância média negativa entre os itens. Isso viola as suposições do modelo de confiabilidade.

\*\*Com exclusão da variável C16, relação não significativa (regressão).

\*\*\* Com exclusão das variáveis C12, C39, C40, pois relação não foi significativa (regressão).

Previamente à análise dos resultados dos testes estatísticos da CFA, evidenciou-se que no Modelo de Escala de Mensuração de Bem-Estar proposta por Anand *et al.* (2011): Primeiro, que as capacidades (1) *Liberdade de Expressão Política*; (2) *Liberdade de Participação Política*; (3) *Liberdade Religiosa*, são representadas por apenas uma questão, ou variável, não sendo submetido, estes *construtos* à CFA. Hair *et al.* (2008) destacam que se pode na prática, encontrar a aplicação da Análise Fatorial Confirmatória com apenas um item representando alguns fatores. Contudo, destacam que a boa prática dita no mínimo 3 itens por fator, sendo preferível 4 itens por fator. O segundo aspecto, refere-se aos *construtos* (4) *Saúde* e (5) *Liberdade de Pensamento/Expressão* ambos podem ser definidos como modelos exatamente identificados, em que o número de graus de liberdade resultante do fator é nulo, é um modelo saturado, esse tipo de modelo não testam uma teoria (HAIR *et al.* 2008).

Desta forma, os 5 *construtos* em referência submetem-se aos testes de ajuste do modelo a partir da Análise Fatorial Confirmatória.

Ainda em relação ao *construto Saúde*, registra-se que para a amostra analisada, identificou-se a violação das suposições de confiabilidade, visto que o coeficiente de Alfa de Cronbach teve valor negativo, devido a uma covariância média negativa entre os itens.

Os *construtos* (6) *Segurança* e (7) *Meio Ambiente e Relações Sociais* possuem variáveis com valor-p maior que 0,1 resultantes do modelo de regressão gerado pela Análise Fatorial Confirmatória. Esse resultado sugere a exclusão das variáveis para que o modelo possa ser ajustado.

Considerando o exposto, são submetidos à CFA os *construtos* (8) *Emoções*, (9) *Trabalho* e (10) *Discriminação fora do Trabalho*. Para tanto, a recomendação de Hair *et al.* (2011) é seguida: a regra prática para análise da estatística de ajuste da Análise Fatorial Confirmatória é a de que se deve confiar em pelo menos um índice de ajuste absoluto e um incremental, além do resultado do Qui-quadrado.

Para o *Construto* (8) *Emoções* o Qui-quadrado do modelo é 7,996, com 5 graus de liberdade e valor-p associado a esse resultado de 0,156, que indica que a matriz de covariância observada combina com a matriz de covariância estimada dentro da variância amostral. O valor para RMSEA, um índice de ajuste absoluto, é de 0,059. O CFI, um índice de ajuste incremental, é de 0,940. Desta forma, apesar do valor do qui-quadrado indicando ajuste do modelo, os valores dos demais indicadores permite-se afirmar que resultados não sustentam o modelo.

O *construto* (9) *Trabalho*, com Qui-quadrado igual a 21,077, com 5 graus de liberdade e valor-p associado a esse resultado de 0,000, indica que a matriz de covariância observada não combina com a matriz de covariância estimada dentro da variância amostral. O valor para RMSEA, um índice de ajuste absoluto, é de 0,115 e o CFI, um índice de ajuste incremental, é de 0,762, logo, pode-se afirmar que os resultados também não sustentam o modelo do *construto*.

Conclusão similar obtém-se a partir dos indicadores do CFA do *Construto* (10) *Discriminação fora do Trabalho*. O modelo gerou Qui-quadrado igual a 115,199, com 35 graus de liberdade e valor-p associado a esse resultado de 0,001. Para este *construto* a estatística de qualidade de ajuste qui-quadrado não indica que a matriz de covariância observada combina com a matriz de covariância estimada dentro da variância amostral. O valor para RMSEA, um índice de ajuste absoluto é de 0,136. O CFI, um índice de ajuste incremental, é de 0,946.

O resultado do CFA permite-nos afirmar que, para a amostra em análise, os dados da pesquisa não se ajustaram ao modelo proposto pelo *construto* de Anand *et al.* (2011), considerando cada um dos 10 *construtos*. Diante do exposto, inicia-se a realização de análise fatorial exploratória dos dados.

## 6.2 Análise fatorial exploratória

A partir dos resultados da FCA, conduz-se uma análise dos dados a partir de uma perspectiva exploratória. Assim, considerando a utilização da ferramenta de mensuração de bem-estar de Anand *et al.* (2011) em um novo contexto sociocultural, realizou-se também Análise Fatorial Exploratória.

Tabela 2 – Teste *Kayser, Meyer, Olkin* (KMO) e teste de esfericidade de Bartlett

<b>Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.</b>		,737
<b>Bartlett's Test of Sphericity</b>	Approx. Chi-Square	2528,648
	df	861
	Sig.	,000

Fonte: dados da pesquisa.

A estatística KMO, uma medida de adequação da amostra, tem o valor de 0,737, o que nos leva a afirmar que a análise dos fatores é apropriada para esses dados. O teste de Esfericidade de Bartlett apresentou resultado significativo ( $p < 0,001$ ) indicando a existência de relacionamento entre as variáveis em análise. A partir dos resultados, afirma-se que a análise dos fatores é apropriada.

Ao realizar o processo de extração de fatores, calculando-se os autovetores da Matriz-R, utilizando-se o critério de Kayser, foram retidos os fatores com autovalores maiores do que 1, resultando em 13 fatores.

O Varimax foi o método de rotação utilizado para extração de fatores e agrupamento dos *construtos*. É importante registrar que os resultados da Rotação pelo Método Promax apresentaram divergência em 3 variáveis em relação aos resultados do Método Varimax. No método Promax as variáveis CP3 – eu posso participar das atividades políticas que afetam minha vida se eu quiser e CP31 – eu respeito, valorizo e aprecio as pessoas, foram excluídas do modelo por gerar carga fatorial inferior a 0,45.

Em sequência e objetivando verificar a Confiabilidade de cada um dos 13 *construtos* tomou-se o cálculo de consistência interna, o coeficiente Alfa de Cronbach.

Steiner (2003) destaca que usualmente são preferidos valores de alfa entre 0,8 e 0,9, e que o valor mínimo aceitável para o alfa é 0,70, abaixo desse valor considera-se que a consistência interna da escala é baixa. E, em contrapartida, o valor máximo esperado é 0,90; visto que acima deste valor, considera-se que há redundância, ou seja, vários itens estão medindo exatamente o mesmo elemento de um *construto* (STREINER, 2003).

Os resultados indicaram que apenas 2 fatores geraram um coeficiente superior a 0,7, um relacionado a liberdades de pensamento (político, religioso e ambiental) e outro relacionado a discriminação.

Adicionado aos resultados do Coeficiente de Confiabilidade, registra-se que os *construtos* gerados não foram conceitualmente suportados pela literatura considerando a relação entre variáveis agrupadas em 11 dos 13 *construtos*. Desta forma, a modelagem Análise Fatorial Exploratória com 13 *construtos* também não é adequada para a elaboração de *construtos* de análise do fenômeno percepção de valor social, tendo em vista que apenas 2 *construtos* dos 13, tem coeficiente de confiabilidade acima de 0,7 e agrupam variáveis não relacionadas e são suportados pela literatura das Capacidades Essencias (NUSSBAUM, 2003).

### **6.2.1 Análise Fatorial com extração de 10 fatores**

Buscando maior profundidade na análise dos dados, nova análise Fatorial Exploratória foi gerada, nesta fase, sugerindo a extração de 10 fatores, tendo como referência as 10 Capacidades Essenciais de Martha Nussbaum (2003), o modelo de Anand *et al.* (2011):

- 1) saúde;
- 2) liberdade de expressão política;
- 3) liberdade de participação política;
- 4) liberdade religiosa;
- 5) liberdade de pensamento/expressão;
- 6) capacidades emocionais;
- 7) segurança;
- 8) meio ambiente e relações sociais;
- 9) discriminação fora do âmbito do trabalho;
- 10) trabalho.

Os testes geraram 10 fatores, em que apenas o primeiro e o quarto fator, apresentaram Coeficiente de Confiabilidade superior a 0,7. O primeiro fator apresentou agrupamento de questões/variáveis relacionadas à discriminação dentro e fora do ambiente de trabalho, com Alfa de Cronbach igual 0,900. São variáveis deste *construto*:

- a) C20 – ao procurar trabalho no futuro, qual a probabilidade de você sofrer discriminação por causa de sua raça?;
- b) C21 – ao procurar trabalho no futuro, qual a probabilidade de você sofrer discriminação por causa de sua orientação sexual?;
- c) C22 – ao procurar trabalho no futuro, qual a probabilidade de você sofrer discriminação por causa de seu gênero?;
- d) C23 – ao procurar trabalho no futuro, qual a probabilidade de você sofrer discriminação por causa de sua religião?;
- e) C25 – fora de qualquer situação de emprego ou trabalho, você acha que no futuro será discriminado por causa de sua raça?;
- f) C26 – fora de qualquer situação de emprego ou trabalho, você acha que no futuro será discriminado por causa de sua orientação sexual?;
- g) C27 – fora de qualquer situação de emprego ou trabalho, você acha que no futuro será discriminado por causa de seu gênero?;
- h) C28 – fora de qualquer situação de emprego ou trabalho, você acha que no futuro você será discriminado por causa de sua religião?;
- i) C29 – fora de qualquer situação de emprego ou trabalho, você acha que no futuro será discriminado contra por causa da sua idade?

No Fator 4, com Alfa de Cronbach igual a 0,743, cujas variáveis extraídas, relacionando-se a Integridade Física, são:

- a) C14 – por favor, indique o quão seguro você se sente andando sozinho nos arredores de sua casa durante o dia?
- b) C15 – indique como você se sente seguro andando sozinho nos arredores de sua casa depois de escurecer.

O agrupamento das variáveis a partir da Análise Fatorial Exploratória com extração de fatores com autovalor superior a 1 e número de fatores igual a 10 fatores, não se deu de forma a suportar os *construtos* diante da literatura, ou seja, as variáveis agrupadas não

apresentaram relação que possibilitasse identificação com as Capacidades Essenciais propostas por Nussbaum (2003) e o teste de confiabilidade em 8 dos 10 fatores foi inferior a 0,70.

### ***6.2.2 Métodos para definição do melhor número de fatores a serem extraídos***

Considerando que nenhum dos modelos gerados a partir da Análise Fatorial Exploratória, nos parâmetros de autovalor superior a 1 ou de número de fatores fixados em 10 capacidades, mostraram-se adequados para suportar a literatura acerca das Capacidades Essenciais (NUSSBAUM, 2003) foi realizado o Método MAP de Velicer (1976) para definir o melhor número de fatores a serem extraídos (GARRIDO; ABAD; PONSODA, 2011).

O método MAP (VELICER, 1976) foi desenvolvido no contexto da análise de componentes principais e baseia-se na matriz de correlações parciais. Cada componente é separado da matriz de correlação e a média das correlações parciais ao quadrado é calculada. O número de fatores a reter é determinado pelo ponto em que é obtida a média mínima das correlações parciais ao quadrado. A lógica desse procedimento pode ser descrita da seguinte forma: como a variação comum é da matriz de correlação parcial para cada componente sucessivo, o critério de MAP continuará a diminuir. No ponto em que a variação comum foi removida, a extração de componentes adicionais resultará na separação única da variação e o critério do MAP começará a aumentar. O procedimento MAP, portanto, fornece um ponto de parada inequívoco para o número de fatores, separando a variação comum e única e retendo apenas os fatores que consistem principalmente na variação comum (GARRIDO; ABAD; PONSODA, 2011).

Ao executar a *Syntax* na base de dados, indicou-se que a menor correlação parcial quadrática média é 0,0116; a menor correlação parcial da 4ª potência média é 0,0004, assim o modelo sugere que o número de componentes de acordo com o teste MAP original (1976) e teste MAP revisado (2000) é de 4 fatores.

Considerando a divergência entre o número de fatores gerados pela Análise Fatorial Exploratória (13 fatores) e o Método MAP (4 fatores), realizou-se o Método de Análise Paralela (Parallel Analysis) de O'Connor (2000) e Ledesma; Valero-Mora (2007) (GARRIDO; ABAD; PONSODA, 2011).

A análise paralela é uma técnica de simulação de Monte Carlo que auxilia pesquisadores na determinação do número de fatores, quando utilizado o método de Análise de Componentes Principais (*Principal Component Analysis*) na Análise Fatorial Exploratória (AFE) (O'CONNOR, 2000; LEDESMA; VALERO-MORA, 2007). A análise paralela fornece uma alternativa superior às outras técnicas mais comumente utilizadas para o mesmo fim (LEDESMA; VALERO-MORA, 2007). Para efetuar a análise paralela foi utilizado o algoritmo de O'Connor (2000) como sintaxe no IBM SPSS Statistics v. 20.0.

Os resultados da análise Paralela tipo Monte-Carlo, são apresentados na Tabela 4.

Tabela 3 – Resultado da análise paralela utilizando-se a simulação tipo monte-carlo

Número de Fatores	Autovalor Real	Autovalor Aleatório
1	6,411	2,219636
2	4,068	2,054702
3	2,885	1,940735
4	2,132	1,849112
5	1,674	1,779649*

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Nota: \*autovalor aleatório que supera autovalor real

Através da comparação dos autovalores de dados aleatórios com os autovalores de dados reais obtidos de uma Análise Fatorial Comum, é extraído o número de fatores. O método indica que número de fatores são definidos pela quantidade de variáveis/itens cujo autovalor aleatório é menor que o autovalor real.

Para a amostra estudada, o método de Análise Paralela, propõe a extração de 4 fatores. Corroborando com os resultados do Método MAP.

A partir desses resultados, realizou-se a Análise Fatorial Exploratória, pelo método PROMAX e VARIMAX, através da extração dos fatores a partir do critério de autovalor superior a 1 e número de fatores igual a 4.

A matriz de componentes realizou a exclusão de todas as variáveis com carga menor que 0,45. O resultado da Análise fatorial exploratória e identificação das capacidades, são apresentadas na Tabela 5.

Tabela 4 – Análise fatorial exploratória

Fatores	Variáveis	Componentes			
		1	2	3	4
Afi- lia- ção	CP22 - Ao procurar trabalho no futuro, qual a probabilidade de você sofrer discriminação por causa de seu gênero?	,817			

Tabela 4 – Análise fatorial exploratória

Fatores	Variáveis	Componentes			
		1	2	3	4
	CP25 - Fora de qualquer situação de emprego ou trabalho, você acha que no futuro será discriminado por causa de sua raça?	,763			
	CP26 - Fora de qualquer situação de emprego ou trabalho, você acha que no futuro será discriminado por causa de sua orientação sexual?	,757			
	CP21 - Ao procurar trabalho no futuro, qual a probabilidade de você sofrer discriminação por causa de sua orientação sexual?	,756			
	CP28 - Fora de qualquer situação de emprego ou trabalho, você acha que no futuro você será discriminado por causa de sua religião?	,751			
	CP27 - Fora de qualquer situação de emprego ou trabalho, você acha que no futuro será discriminado por causa de seu gênero?	,749			
	CP23 - Ao procurar trabalho no futuro, qual a probabilidade de você sofrer discriminação por causa de sua religião?	,726			
	CP20 - Ao procurar trabalho no futuro, qual a probabilidade de você sofrer discriminação por causa de sua raça?	,638			
	CP29 - Fora de qualquer situação de emprego ou trabalho, você acha que no futuro será discriminado contra por causa da sua idade?	,618			
	CP24 - Ao procurar trabalho no futuro, qual a probabilidade de você sofrer discriminação por causa da sua idade?	,568			
	Controle sobre o ambiente	CP31 - Eu respeito, valorizo e aprecio outras pessoas.		,621	
CP5 - Meu conceito de uma vida boa é baseado em meu próprio julgamento.			,593		
CP4 - Sou livre para praticar minha religião como quiser.			,572		
CP19 - Você já procurou emprego?			,565		
CP38 - Com que frequência você avalia, se é que avalia, como você conduz sua vida e para onde você está indo na vida?			,538		
CP3 - Eu posso participar das atividades políticas que afetam minha vida se eu quiser.			,530		
CP2 - Sou livre para expressar minhas opiniões políticas			,526		
CP36 - Com que frequência você usa sua imaginação e/ou raciocínio no seu dia a dia?			,522		
CP37 - Eu tenho um plano claro de como quero que minha vida seja.			,518		
CP8 - Aprecio e valorizo plantas, animais e o mundo da natureza.			,476		
Segurança Física e Emocional	CP14 - Por favor, indique o quão seguro você se sente andando sozinho nos arredores de sua casa durante o dia?			,680	
	CP15 - Indique como você se sente seguro andando sozinho nos arredores de sua casa depois de escurecer.			,646	
	CP34 - Você recentemente tem desfrutado de suas atividades de lazer?			,650	
	CP33 - Você recentemente tem se sentido sob tensão?			,530	
	CP6 - Atualmente, quão fácil ou difícil é para você desfrutar do amor, cuidado e apoio de sua família imediata?			,494	
Trabalho	CP42 - No trabalho, você é tratado com respeito?				,606
	CP41 - Até que ponto seu trabalho faz uso de suas habilidades e talentos?				,594

Tabela 4 – Análise fatorial exploratória

Fatores	Variáveis	Componentes			
		1	2	3	4
	CP13 – Você recentemente tem pensado em si como uma pessoa sem valor?				,553
	CP30 - Você costuma achar fácil ou difícil se relacionar com seus colegas de trabalho?				,515
	CP35 - A sua moradia atual é adequada ou inadequada a suas necessidades atuais?				,484

Fonte: dados da pesquisa.

Os dados amostrais foram submetidos à análise dos eixos principais com rotações oblíquas (*promax*) e ortogonal (*varimax*), a primeira para testar as intercorrelações entre os fatores e a segunda para extraí-los. Registra-se que o resultado de ambos os métodos de rotação, resultou em igual agrupamento de fatores.

Em seguida, visando analisar confiabilidade dos *construtos*, foi realizado o teste de Alfa de Cronbach.

Tabela 5 – Teste de confiabilidade

Construto	Alfa de Cronbach	Alfa de Cronbach baseado em itens padronizados	Número de variáveis
Fator 1 - Afiliação	,900	,901	10
Fator 2 – Controle sobre o Ambiente	,748	,758	10
Fator 3 – Segurança Física e Emocional	,283	,645*	5
Fator 4 - Trabalho	,588	,607	5

Fonte: dados da pesquisa.

\* Nota: coeficiente após a exclusão da variável C32. Coeficiente Alfa de Cronbach com 6 variáveis tem valor de ,399

Hair *et al.* (2011) destacam que o escore de confiabilidade de uma escala, medido pelo Alfa de Cronbach, deve exceder uma referência de 0,70, os autores afirmam, contudo, que em pesquisas exploratórias um nível de 0,60 pode ser utilizado. Considerando estes requisitos, todos os 4 fatores gerados, atendem ao requisito de avaliação de consistência entre as múltiplas medidas de uma variável.

O Fator 1 – Afiliação – relaciona-se com a Capacidade Essencial de Nussbaum (2003), Afiliação, no entendimento de ser capaz de ter bases sociais de auto respeito e não humilhação, sendo tratado como um ser digno cujo valor é igual ao dos outros.

Tabela 6 – Estatística de item: fator 1: afiliação

Afirmiação	Média	Desvio Padrão	Correlação do Item Total Corrigida	Alfa de Cronbach se o Item for Excluído
CP20	2,264	1,2489	,576	,895

CP21	2,920	1,1350	,673	,889
CP22	2,615	1,2474	,759	,883
CP23	2,592	1,2260	,658	,890
CP24	2,247	1,2639	,526	,899
CP25	2,471	1,2149	,710	,886
CP26	2,925	1,0860	,678	,889
CP27	2,862	1,1192	,682	,888
CP28	2,546	1,2144	,690	,888
CP29	2,253	1,2605	,574	,896

Fonte: dados da pesquisa.

Todas as variáveis foram mantidas, tendo em vista que não haverá melhora no Coeficiente de Confiabilidade, caso seja feita a exclusão de alguma variável.

Nomeia-se o fator 2 como Controle sobre o Ambiente, em relação a definição proposta por Nussbaum (2003) de ser capaz de fazer escolhas acerca das questões diversas que governam a vida do indivíduo: trabalho, política, religião, expressão e associação.

Tabela 7 – Estatística de item: fator 2: controle sobre o ambiente

Afirm- mação	Mé- dia	Desvio Pa- drão	Correlação do Item Total Cor- rigida	Alfa de Cronbach se o Item for Ex- cluído
CP2	3,092	1,3224	,372	,732
CP3	2,868	1,3810	,422	,725
CP4	3,391	1,1813	,421	,726
CP5	2,966	1,2853	,482	,716
CP8	3,603	,8984	,354	,736
CP9	2,483	1,1211	,296	,742
CP31	3,448	,9767	,513	,718
CP36	4,149	1,7104	,461	,721
CP37	3,276	1,0932	,405	,728
CP38	3,851	1,8249	,448	,725

Fonte: dados da pesquisa.

No segundo fator, todas as variáveis foram mantidas, tendo em vista que não haverá melhora no Coeficiente de Confiabilidade, caso seja feita a exclusão de alguma variável.

O Terceiro Fator foi denominado Segurança Física e Emocional, que tem referência na teoria de Nussbaum (2003) agrupando o conceito de 02 Capacidades Essenciais: [1] Integridade física, quanto a sensação de segurança – estar seguro contra ataques violentos; [2] Emoções, definido como a percepção de não ter o desenvolvimento emocional arruinado pelo medo e pela ansiedade.

Tabela 8 – Estatística de item: fator 3: segurança física e emocional

Afirm- ação	Mé- dia	Desvio Pa- drão	Correlação do Item Total Corrigida	Alfa de Cronbach se o Item for Excluído
----------------	------------	--------------------	---------------------------------------	--

CP6	2,218	1,1523	,306	,125
CP14	2,178	1,1667	,477	-,009 <sup>a</sup>
CP15	1,787	1,2191	,443	,005
CP32	1,960	1,5997	-,414	<b>,645</b>
CP33	2,448	1,5376	,091	,278
CP34	1,563	1,3230	,264	,137

Fonte: dados da pesquisa

A variável C32 (Você recentemente tem perdido muito sono por causa de preocupação?) foi extraída no Fator 3 (Carga Fatorial = -,483), contudo foi excluída do modelo, após teste de confiabilidade através do Coeficiente Alfa de Cronbach relatar uma maior confiabilidade do fator, caso sua exclusão.

O Fator 4 foi denominado Trabalho, tendo como base teórica as Capacidade Essenciais de Nussbaum (2003), este fator estaria relacionado à Capacidade Controle sobre o Meio, no que concerne a definição: no trabalho, ser capaz de trabalhar como ser humano, exercitando sua razão prática e estabelecendo relações significativas de reconhecimento mútuo com os outros trabalhadores.

Tabela 9 – Estatística de item: fator: 4 Trabalho

Afirm- mação	Mé- dia	Desvio Pa- drão	Correlação do Item Total Cor- rigida	Alfa de Cronbach se o Item for ex- cluído
CP13	2,833	1,5209	,325	,545
CP30	2,374	1,1089	,319	,550
CP41	3,213	1,8454	,446	,473
CP42	4,195	1,7326	,462	,458
CP35	,718	,4511	,285	,592

Fonte: dados da pesquisa.

No fator 4, denominado Trabalho, todas suas variáveis foram mantidas, tendo em vista que não haverá melhora no Coeficiente de Confiabilidade, caso seja feita a exclusão de alguma variável.

Os valores do Coeficiente Alfa de Cronbach, são uma referência importante para a validade interna do instrumento, no entanto, considerando a afirmativa de Steiner (2003) de que o coeficiente alfa de Cronbach é uma propriedade inerente do padrão de resposta da população estudada, não uma característica da escala por si só; ou seja, o valor de alfa sofre mudanças segundo a população na qual se aplica a escala. E, suportados ainda pela afirmação de Almeida, Santos e Costa (2010) de que o nível de confiabilidade não deve ser a única forma de avaliar a adequação de uma escala, mas que depende da decisão que é realizada com a escala.

Assim, utiliza-se o coeficiente *Alpha de Cronchach* como uma técnica estatística para melhorar a adequação do construto, e que a partir dos resultados, executa-se a exclusão ou não de variáveis, considerando a melhoria do coeficiente.

### 6.2.3 Definições dos resultados das análises fatoriais

Após realização da Análise fatorial confirmatória que indicou que, para a amostra em estudo, não pode-se verificar aderência do modelo de Anand *et al.* (2011), realizou-se análise fatorial exploratória, considerando a aplicação da ferramenta “Escala de Mensuração de Bem-Estar Social” com um propósito e em ambiente sociocultural diverso dos estudos previamente realizados pelos autores.

Com a utilização do método MAP de Velicer (1976) e Análise Paralela (Parallel Analysis) de O'Connor (2000) e Ledesma; Valero-Mora (2007), para definir o melhor número de fatores foi possível gerar um modelo, considerando as variáveis propostas por Anand *et al.* (2011), com *construtos* suportados pela literatura das Capacidades Essenciais de Martha Nussbaum (2003).

Quadro 15 – Escala de bem-estar social para empreendimentos sociais

Fatores	Variáveis
Afiliação	CP22 - Ao procurar trabalho no futuro, qual a probabilidade de você sofrer discriminação por causa de seu gênero?
	CP25 - Fora de qualquer situação de emprego ou trabalho, você acha que no futuro será discriminado por causa de sua raça?
	CP26 - Fora de qualquer situação de emprego ou trabalho, você acha que no futuro será discriminado por causa de sua orientação sexual?
	CP21 - Ao procurar trabalho no futuro, qual a probabilidade de você sofrer discriminação por causa de sua orientação sexual?
	CP28 - Fora de qualquer situação de emprego ou trabalho, você acha que no futuro você será discriminado por causa de sua religião?
	CP27 - Fora de qualquer situação de emprego ou trabalho, você acha que no futuro será discriminado por causa de seu gênero?
	CP23 - Ao procurar trabalho no futuro, qual a probabilidade de você sofrer discriminação por causa de sua religião?
	CP20 - Ao procurar trabalho no futuro, qual a probabilidade de você sofrer discriminação por causa de sua raça?
	CP29 - Fora de qualquer situação de emprego ou trabalho, você acha que no futuro será discriminado contra por causa da sua idade?
	CP24 - Ao procurar trabalho no futuro, qual a probabilidade de você sofrer discriminação por causa da sua idade?
Controle sobre o ambiente	CP31 - Eu respeito, valorizo e aprecio outras pessoas.
	CP5 - Meu conceito de uma vida boa é baseado em meu próprio julgamento.
	CP4 - Sou livre para praticar minha religião como quiser.
	CP19 - Você já procurou emprego?
	CP38 - Com que frequência você avalia, se é que avalia, como você conduz sua vida e para onde você está indo na vida?
CP3 - Eu posso participar das atividades políticas que afetam minha vida se eu quiser.	

Quadro 15 – Escala de bem-estar social para empreendimentos sociais

Fatores	Variáveis
	CP2 - Sou livre para expressar minhas opiniões políticas
	CP36 - Com que frequência você usa sua imaginação e/ou raciocínio no seu dia a dia?
	CP37 - Eu tenho um plano claro de como quero que minha vida seja.
	CP8 - Aprecio e valorizo plantas, animais e o mundo da natureza.
Segurança Física e Emocional	CP14 - Por favor, indique o quão seguro você se sente andando sozinho nos arredores de sua casa durante o dia?
	CP15 - Indique como você se sente seguro andando sozinho nos arredores de sua casa depois de escurecer.
	CP34 - Você recentemente tem desfrutado de suas atividades de lazer?
	CP33 – Você recentemente tem se sentido sob tensão?
	CP6 - Atualmente, quão fácil ou difícil é para você desfrutar do amor, cuidado e apoio de sua família imediata?
Trabalho	CP42 - No trabalho, você é tratado com respeito?
	CP41 - Até que ponto seu trabalho faz uso de suas habilidades e talentos?
	CP13 – Você recentemente tem pensado em si como uma pessoa sem valor?
	CP30 - Você costuma achar fácil ou difícil se relacionar com seus colegas de trabalho?
	CP35 - A sua moradia atual é adequada ou inadequada a suas necessidades atuais?

Fonte: dados da pesquisa.

A partir deste modelo, realiza-se a Análise de Regressão Linear Múltipla, tendo como variável dependente Índice de Bem-Estar, e as variáveis: (1) experiências passadas – média aritmética das 12 questões; (2) 5 traços de personalidade e c) variáveis sociodemográficas (3) renda, (4) situação de trabalho, (5) situação de domicílio, (6) sexo e (7) raça, como variáveis independentes.

### 6.3 Regressão linear: relação entre bem-estar e variáveis sociodemográficas

Anand *et al.* (2011) afirma que a percepção de capacidades é influenciada por características sociodemográficas, experiências passadas e traços de personalidade. Tendo em vista que a confirmação da afirmativa tem repercussão nos resultados do índice e indicador de bem-estar social, realizou-se a Regressão nos dados amostrais.

No modelo tem-se como variável dependente o índice de bem-estar e como variáveis predictoras (1) os 5 traços de personalidade de Gosling e Rentfrow (2003), (2) experiências passadas, e variáveis sociodemográficas: (3) renda, (4) situação de trabalho, (5) situação de domicílio, (6) sexo e (7) raça.

Explicita-se a fórmula de cálculo de cada uma das variáveis do modelo:

- a) Índice de bem-estar – que corresponde à média aritmética das respostas aos 4 fatores que compõem o *construto*.

- b) Traços de personalidade de Gosling e Rentfrow (2003) – as 5 variáveis relacionadas aos traços de personalidade tem resultados variando entre (-4) a (4). Temos: i) a variável extroversão corresponde a subtração do resultado da questão TP1 pela TP6; ii) variável agradável - corresponde a subtração do resultado da questão TP2 pela TP7; iii) variável consciente corresponde a subtração do resultado da questão TP3 pela TP8; iv) variável emocionalmente estável corresponde a subtração do resultado da questão TP4 pela TP9 e v) a variável abertura a novas experiências corresponde a subtração do resultado da questão TP5 pela TP10.
- c) Experiências passadas – corresponde à média aritmética das 12 questões relacionadas às experiências passadas. Esta variável tem categoria de resposta dicotômica – [1] sim ou [0] não. As respostas positivas (sim) estão relacionadas a vivências de experiências negativas passadas, de redução de bem-estar ou discriminação.
- d) Renda – variável apresentada através de 11 categorias de resposta, desde ausência de renda, 5 categorias abaixo do salário-mínimo e 5 categorias a partir do salário-mínimo.
- e) Situação de Trabalho – as categorias de resposta apresentadas aos respondentes foram reconfiguradas entre trabalhando e desempregado.
- f) Situação de domicílio – caracterizando entre aqueles que tem domicílio urbano e rural.
- g) Sexo – categorizado considerando gênero masculino e feminino.
- h) Raça – utilizada a mesma matriz disponibilizada pelo IBGE: branco, preta, amarela (pessoa que se declara de origem japonesa, chinesa, coreana etc.), pardo e indígena (pessoa que se declara indígena ou índia).

Tabela 10 – Sumário do modelo de regressão

Mo- delo	R	R <sup>2</sup>	R <sup>2</sup> Ajustado	Erro padrão das Estimativas	Estatística de Mudança					Durbin-Watson
					R <sup>2</sup> Mudança	F Mudança	df1	df2	Sig. F Mudança	
1	,594 <sup>a</sup>	,353	,253	,41992	,353	3,527	19	123	,000	1,729

Fonte: dados da pesquisa.

Considerando o valor do R<sup>2</sup> pode-se afirmar que 35% da variação da variável dependente é explicada por variações nas variáveis independentes. Afirma-se ainda, pelos resultados da Anova (F=3,527, valor-p=0,000) que o modelo adere de forma significativa aos dados.

Tabela 11 – Coeficientes de regressão entre índice de bem-estar social e variáveis de traços de personalidade, experiências passadas e sociodemográficas

Modelo	Coeficientes não Padronizados		Coeficiente Padronizado	t	Sig.	95,0% Intervalo de confiança para B	
	B	Erro padrão	Beta			Limite Inferior	Limite Superior
(Constant)	2,666	,228		11,712	,000	2,215	3,117
Traço de Personalidade - Extroversão	,035	,019	,145	1,858	,066	-,002	,073
Traço de Personalidade – Emocionalmente Estável	-,042	,020	-,167	-2,103	,037	-,082	-,002
Experiências Passadas	-,784	,155	-,403	-5,055	,000	-1,091	-,477

Fonte: dados da pesquisa.

Os resultados corroboram com Anand *et al.* (2011) de que a percepção de bem-estar é influenciada pelos traços de personalidade do respondente. A relação indica que quanto maiores os traços de personalidade de extroversão, maior a percepção de liberdade do indivíduo. O inverso acontece entre aqueles com valores maiores nos traços de personalidade relacionados a estabilidade emocional, se menos estável, maior a percepção de liberdade. Registra-se ainda que, aqueles que tem experiências anteriores negativas, tendem a ter uma percepção de liberdade menor.

Esses resultados são importantes, visto que na proposição do indicador de bem-estar social, seu modelo deverá considerar as influências dos traços de personalidade e das experiências passadas, para mensuração da percepção de liberdade.

#### 6.4 Índice de bem-estar social/liberdade

Visando analisar a sensibilidade da ferramenta de pesquisa para comparar grupos diversos, com níveis de capacidade, liberdades ou bem-estar diferentes, foi realizado teste de médias – ANOVA, comparando as médias das percepções dos respondentes dos seguintes empreendimentos: [1] IMH/CCPOP [2] ADEL [3] IMH/ABC MODUBIM [4] SOCIAL BRASILIS.

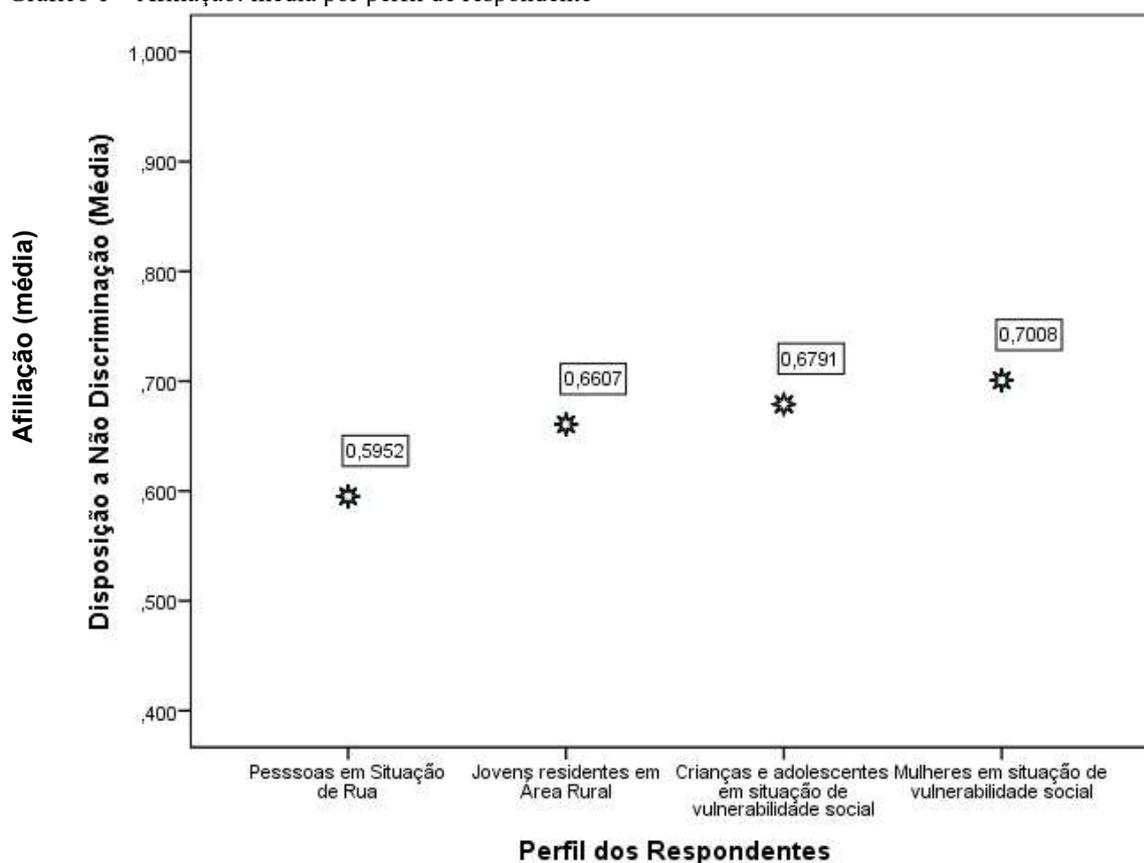
Nesta fase da pesquisa, parametrizou-se as variáveis para valores de 0 a 1, proporcionando um índice de fácil compreensão sobre seus limites mínimo e máximo.

Nesta fase da pesquisa, serão comparadas as médias de cada um dos 4 fatores gerados na análise fatorial exploratória: (1) afiliação; (2) controle sobre o ambiente; (3)

segurança física e emocional e (4) Trabalho. Também será realizado o teste de média do indicador de bem-estar.

Cada variável corresponde à média aritmética das respostas às questões de cada *construto*.

Gráfico 1 – Afiliação: média por perfil de respondente



Fonte: dados da pesquisa.

Os resultados da estatística descritiva, indicam que as [1] pessoas em situação de rua, possuem percepção menor relacionada a *Afiliação*, cujas características estão relacionadas especialmente à disposição a não discriminação.

Tabela 12 – Análise de Variância (ANOVA) capacidade afiliação

Teste	(I) Perfil do Respondente	(J) Perfil do Respondente	Diferença de Média (I-J)	Erro Padrão	Sig.
Tukey HSD	Pessoas em Situação de rua	Jovens residentes em área rural	-,065	,047	,514
		Crianças e adolescentes e situação de vulnerabilidade social	-,083	,043	,212
		Mulheres em situação de vulnerabilidade social	-,105	,045	,101
	Jovens residentes em área rural	Pessoas em Situação de rua	,065	,047	,514
		Crianças e adolescentes e situação de vulnerabilidade social	-,018	,054	,986
		Mulheres em situação de vulnerabilidade social	-,040	,056	,892
	Crianças e adolescentes e situação de vulnerabilidade social	Pessoas em Situação de rua	,083	,043	,212
		Jovens residentes em área rural	,018	,054	,986
		Mulheres em situação de vulnerabilidade social	-,021	,052	,976
		Pessoas em Situação de rua	,105	,045	,101

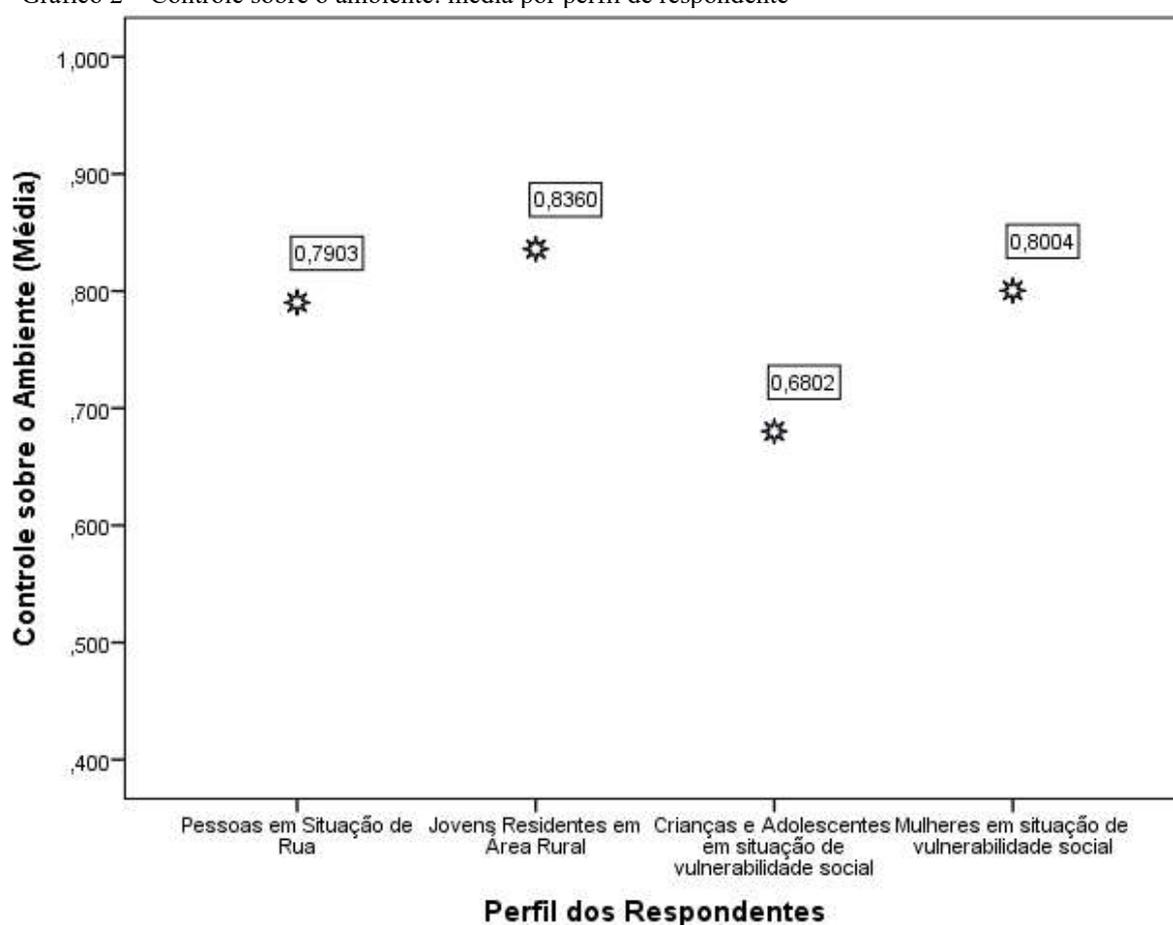
Tabela 12 – Análise de Variância (ANOVA) capacidade afiliação

Teste	(I) Perfil do Respondente	(J) Perfil do Respondente	Diferença de Média (I-J)	Erro Padrão	Sig.
	Mulheres em situação de vulnerabilidade social	Jovens residentes em área rural	,040	,056	,892
		Crianças e adolescentes e situação de vulnerabilidade social	,021	,052	,976

Fonte: dados da pesquisa.

Contudo o teste de média – ANOVA – através do teste Turkey HSD não foi registrada diferença significativa entre as médias.

Gráfico 2 – Controle sobre o ambiente: média por perfil de respondente



Fonte: dados da pesquisa.

A estatística descritiva indica uma média menor da capacidade *Controle Sobre o Ambiente*, entre as [3] crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, em relação aos demais grupos pesquisados. *Controle sobre o Ambiente* significa a capacidade de fazer escolhas políticas que governam a vida de uma pessoa; tendo o direito de participação política, proteções de liberdade de expressão e associação; ser capaz de possuir bens.

Tabela 13 – Controle sobre o ambiente: ANOVA

Teste	(I) Perfil do Respondente	(J) Perfil do Respondente	Diferença de Média (I-J)	Erro Padrão	Sig.
Tukey HSD	Pessoas em Situação de rua	Jovens residentes em área rural	-,045	,034	,546
		Crianças e adolescentes e situação de vulnerabilidade social	,110*	,031	,003
		Mulheres em situação de vulnerabilidade social	-,010	,033	,990
	Jovens residentes em área rural	Pessoas em Situação de rua	,045	,034	,546
		Crianças e adolescentes e situação de vulnerabilidade social	,155*	,039	,001
		Mulheres em situação de vulnerabilidade social	,035	,040	,819
	Crianças e adolescentes e situação de vulnerabilidade social	Pessoas em Situação de rua	-,110*	,031	,003
		Jovens residentes em área rural	-,155*	,039	,001
		Mulheres em situação de vulnerabilidade social	-,120*	,038	,010
	Mulheres em situação de vulnerabilidade social	Pessoas em Situação de rua	,010	,033	,990
		Jovens residentes em área rural	-,035	,040	,819
		Crianças e adolescentes e situação de vulnerabilidade social	,120*	,038	,010

Fonte: dados da pesquisa

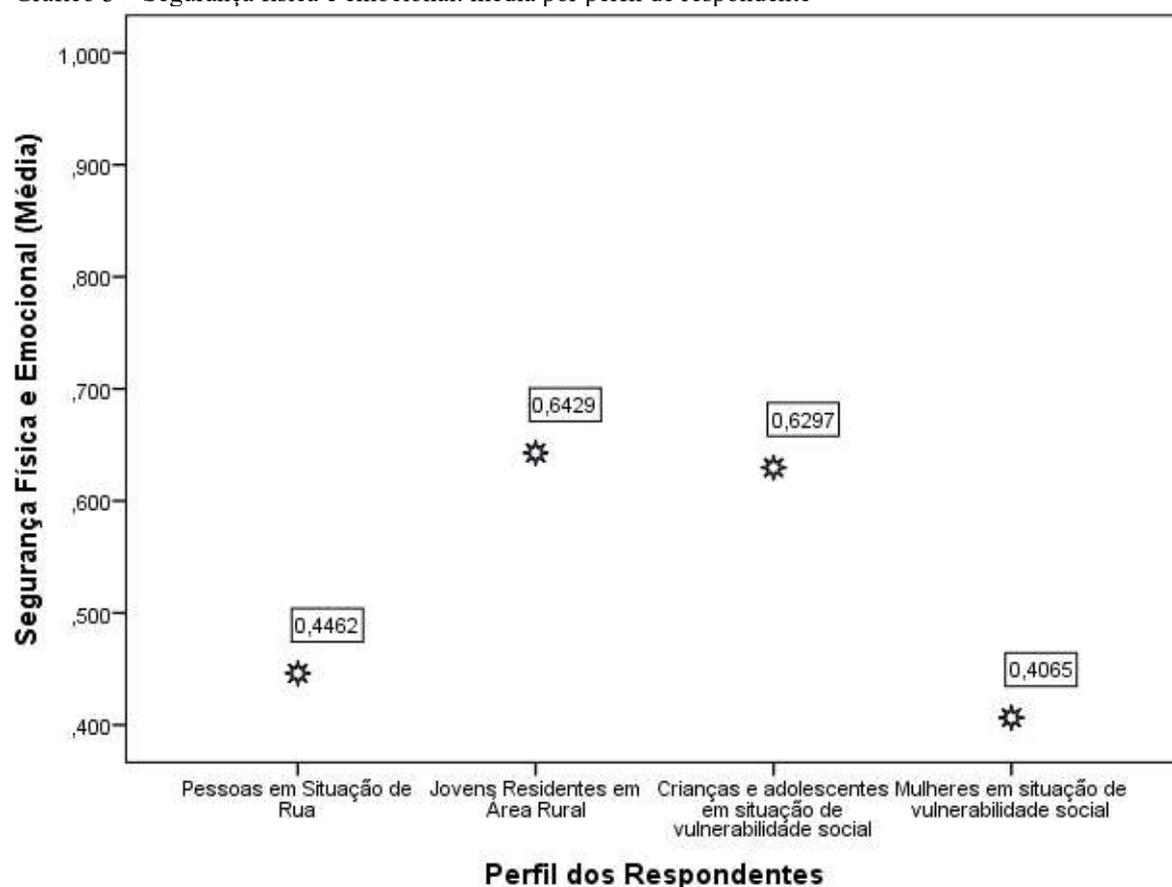
Por meio do teste de média – ANOVA – registra-se que a capacidade *Controle sobre o Ambiente* é, em média, significativamente menor entre as [3] crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social em relação aos demais grupo de respondentes.

Sanches (2015, p. 13) afirma que:

O regime das incapacidades para o exercício pessoal de determinados direitos, previsto nas normas civis, em face da ausência de discernimento ou imaturidade dos doentes psíquicos e os menores de determinada idade, tendo como finalidade precípua o intuito de resguardar o patrimônio do incapaz e a segurança das relações jurídicas, dificultou o reconhecimento de que seus interesses deveriam subordinar a família, sociedade e o Estado.

Os resultados da pesquisa, corroboram com a afirmação de Sanches (2015), indicando que a percepção das [3] crianças e jovens respondentes no que concerne ao exercício de sua liberdade de escolha sobre as questões que governam sua vida é menor que entre os demais grupos pesquisados cujo perfil etário pode ser considerado de adultos.

Gráfico 3 – Segurança física e emocional: média por perfil de respondente



Fonte: dados da pesquisa.

Os resultados da estatística descritiva indicam que as [1] pessoas em situação de rua e, em especial as [4] mulheres em situação de vulnerabilidade social tem em média, menor percepção de *Segurança física e emocional*.

Tabela 14 – Segurança física e emocional: ANOVA

Teste	(I) Perfil do Respondente	(J) Perfil do Respondente	Diferença de Média (I-J)	Erro Padrão	Sig.
Tukey HSD	Pessoas em Situação de rua	Jovens residentes em área rural	-,196*	,040	,000
		Crianças e adolescentes e situação de vulnerabilidade social	-,183*	,036	,000
		Mulheres em situação de vulnerabilidade social	,039	,038	,739
	Jovens residentes em área rural	Pessoas em Situação de rua	,196*	,040	,000
		Crianças e adolescentes e situação de vulnerabilidade social	,013	,045	,992
		Mulheres em situação de vulnerabilidade social	,236*	,047	,000
	Crianças e adolescentes e situação de vulnerabilidade social	Pessoas em Situação de rua	,183*	,036	,000
		Jovens residentes em área rural	-,013	,045	,992

Tabela 14 – Segurança física e emocional: ANOVA

Teste	(I) Perfil do Respondente	(J) Perfil do Respondente	Diferença de Média (I-J)	Erro Padrão	Sig.
	Mulheres em situação de vulnerabilidade social	Mulheres em situação de vulnerabilidade social	,223*	,044	,000
		Pessoas em Situação de rua	-,039	,038	,739
		Jovens residentes em área rural	-,236*	,047	,000
		Crianças e adolescentes e situação de vulnerabilidade social	-,223*	,044	,000

Fonte: dados da pesquisa.

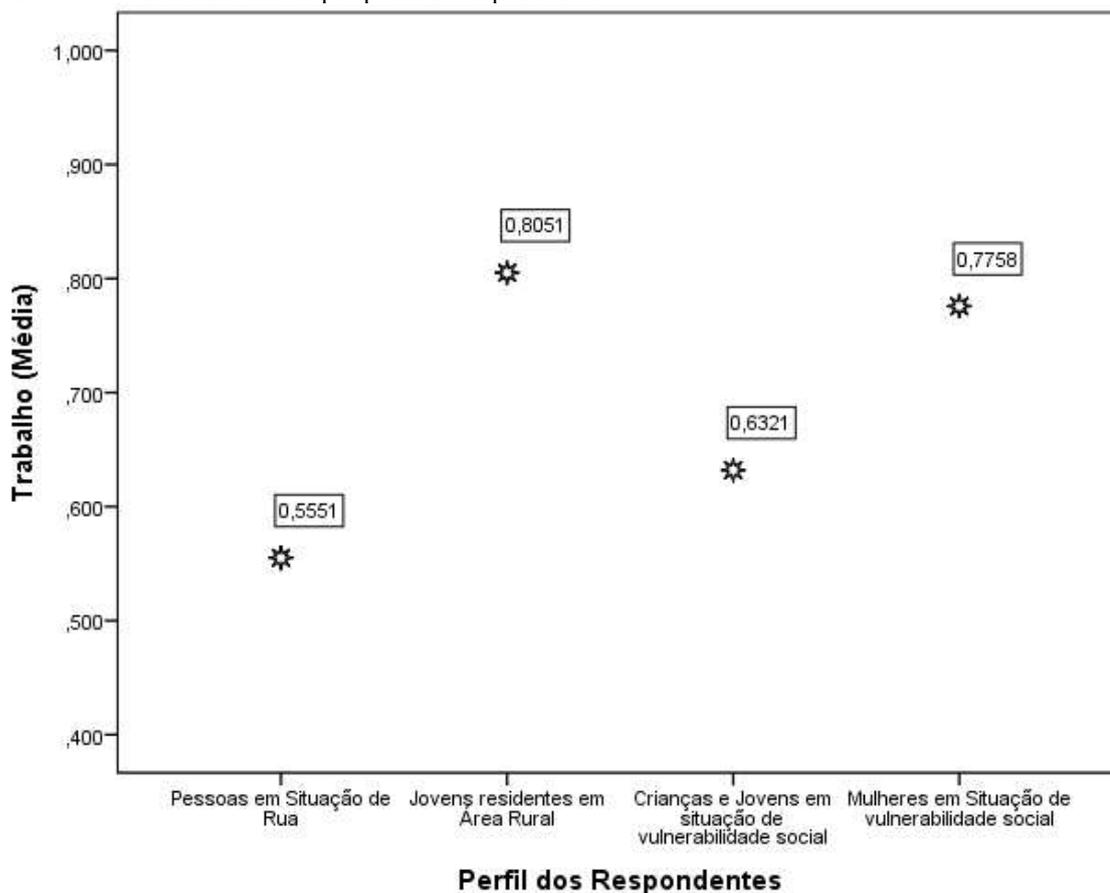
Resultados da ANOVA indicam, primeiro que, a percepção das [1] pessoas em situação de rua e das [4] mulheres em situação de vulnerabilidade social, não são significativamente diferentes. Indicam ainda que a percepção sobre esta capacidade entre as [3] crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social e os [2] jovens residentes em área rural também não são significativamente diferentes.

Mas identifica-se que as [1] pessoas em situação de rua e as [4] mulheres em situação de vulnerabilidade social têm médias significativamente diferentes e menores, em relação aos outros 2 grupos amostrais.

Os dados corroboram com a pesquisa de Moura Jr., Ximenes e Sarriera (2013) cujo objetivo foi de analisar as práticas discriminatórias e suas consequências experienciadas por pessoas em situação de rua de Fortaleza-Brasil. Os resultados da pesquisa indicaram que os participantes se sentem agredidos, humilhados e envergonhados, podendo agir violentamente, criativamente e solidariamente como forma de enfrentar essas práticas de opressão.

Corroboram ainda com os resultados da pesquisa de Brilhante *et al.* (2016) que destacam como conclusão de seu estudo bibliométrico, que a bibliometria ratificou que as mulheres se encontram em mais situações de violências, apesar da referência às crianças e adolescentes, homossexuais e homens.

Gráfico 4 – Trabalho: média por perfil de respondentes



Fonte: dados da pesquisa.

Os resultados da estatística descritiva identificam que o grupo de [1] pessoas em situação de rua e [3] crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social tem em média percepção inferior da capacidade de trabalho em relação aos demais grupos da pesquisa.

Tabela 15 – Trabalho: ANOVA

Teste	(I) Perfil do Respondente	(J) Perfil do Respondente	Diferença de Média (I-J)	Erro Padrão	Sig.	
Tukey HSD	Pessoas em Situação de rua	Jovens residentes em área rural	-,249*	,041	,000	
		Crianças e adolescentes e situação de vulnerabilidade social	-,076	,037	,169	
		Mulheres em situação de vulnerabilidade social	-,220*	,039	,000	
	Jovens residentes em área rural	Pessoas em Situação de rua	,249*	,041	,000	
		Crianças e adolescentes e situação de vulnerabilidade social	,173*	,046	,002	
		Mulheres em situação de vulnerabilidade social	,029	,048	,932	
	Crianças e adolescentes e situação de vulnerabilidade social	Pessoas em Situação de rua	,076	,037	,169	
		Jovens residentes em área rural	-,173*	,046	,002	
		Mulheres em situação de vulnerabilidade social	-,143*	,045	,010	
			Pessoas em Situação de rua	,220*	,039	,000

Tabela 15 – Trabalho: ANOVA

Teste	(I) Perfil do Respondente	(J) Perfil do Respondente	Diferença de Média (I-J)	Erro Padrão	Sig.
	Mulheres em situação de vulnerabilidade social	Jovens residentes em área rural	-,029	,048	,932
		Crianças e adolescentes e situação de vulnerabilidade social	,143*	,045	,010

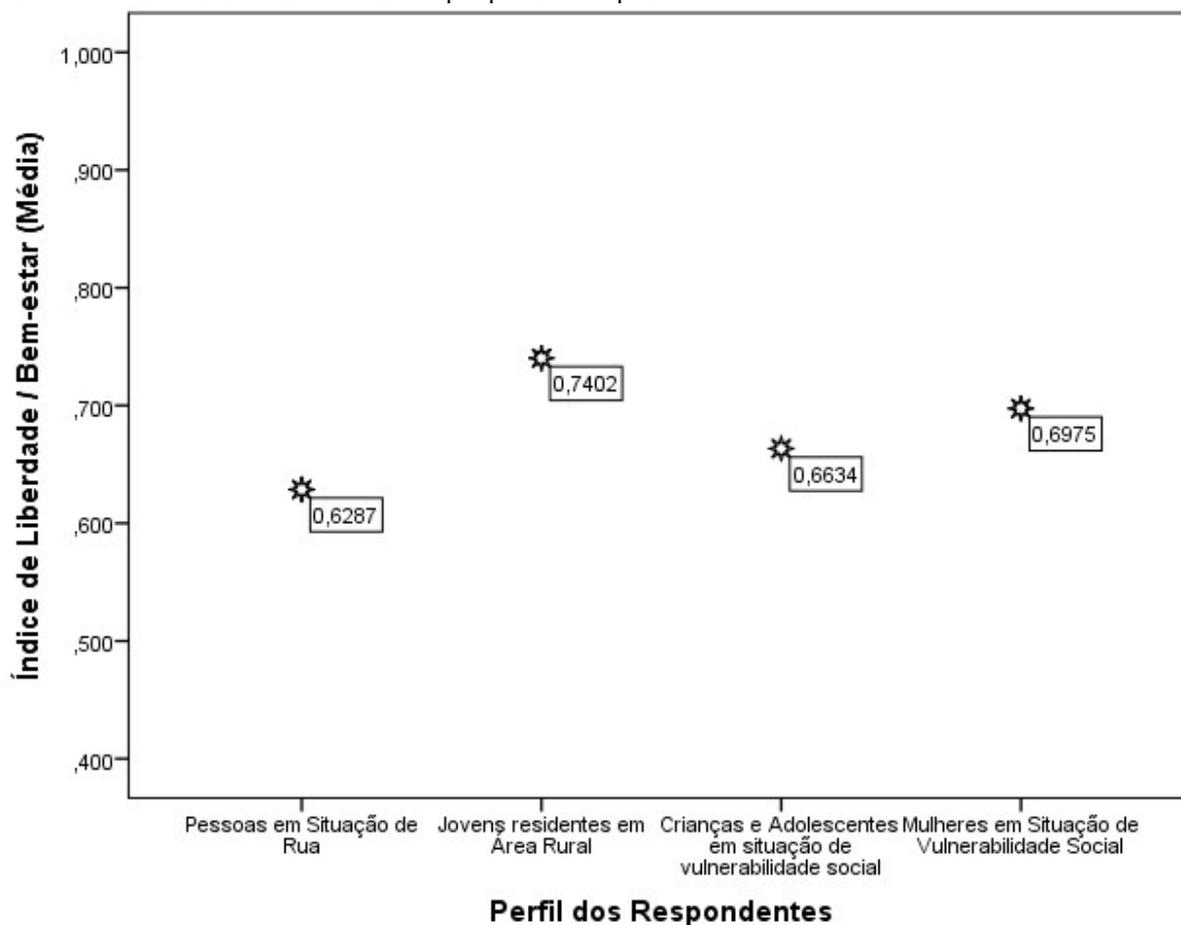
Fonte: dados da pesquisa

Os resultados da ANOVA permitem afirmar que em média, a percepção da capacidade trabalho entre [1] pessoas em situação de rua e [3] crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social é significativamente menor que os [2] jovens residentes em áreas rurais e [4] mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Os resultados corroboram com pesquisas (GONÇALVES; MONTE, 2019; ROCHA; GÓIS; 2010; SIMPLICIO; ANDRADE, 2018); acerca da inserção dos jovens no mercado de trabalho, destacando que aqueles que buscam o primeiro emprego encontram maiores dificuldades para se inserir no mercado de trabalho, devido, basicamente, à falta do atributo experiência.

Quanto às pessoas em situação de rua, Mattos, Heloane e Ferreira (2008) afirmam que a relação que se estabelece entre situação de rua e trabalho é bastante complexa. Destacam ainda que uma vez em situação de rua, o trabalhador permanece à procura de trabalho formal e regular, de preferência assalariado. Entretanto, dadas as poucas possibilidades oferecidas no mercado de trabalho, a pessoa em situação de rua passa a desenvolver uma série de atividades laborais, ou como em sua linguagem cotidiana realizar diversos outros “bicos”/“corre”.

Gráfico 5 – Liberdade/bem-estar: média por perfil de respondente



Fonte: dados da pesquisa.

O índice de Liberdade/ bem-estar é representado pela média aritmética das variáveis que compõem os *construtos* das capacidades. A partir da estatística descritiva, verifica-se que em média, a percepção de Liberdade/bem-estar é superior entre os [2] jovens residentes em área rural.

Tabela 16 – Liberdade/bem-estar: ANOVA

Teste	(I) Perfil do Respondente	(J) Perfil do Respondente	Diferença de Média (I-J)	Erro Padrão	Sig.
Tukey HSD	Pessoas em Situação de rua	Jovens residentes em área rural	-,111*	,025	,000
		Crianças e adolescentes e situação de vulnerabilidade social	-,034	,023	,442
		Mulheres em situação de vulnerabilidade social	-,068*	,024	,030
	Jovens residentes em área rural	Pessoas em Situação de rua	,111*	,025	,000
		Crianças e adolescentes e situação de vulnerabilidade social	,076*	,029	,044
		Mulheres em situação de vulnerabilidade social	,042	,030	,493
		Pessoas em Situação de rua	,034	,023	,442

Tabela 16 – Liberdade/bem-estar: ANOVA

Teste	(I) Perfil do Respondente	(J) Perfil do Respondente	Diferença de Média (I-J)	Erro Padrão	Sig.
	Crianças e adolescentes e situação de vulnerabilidade social	Jovens residentes em área rural	-,076*	,029	,044
		Mulheres em situação de vulnerabilidade social	-,034	,028	,624
	Mulheres em situação de vulnerabilidade social	Pessoas em Situação de rua	,068*	,024	,030
		Jovens residentes em área rural	-,042	,030	,493
		Crianças e adolescentes e situação de vulnerabilidade social	,034	,028	,624

Fonte: dados da pesquisa

Os resultados da ANOVA permitem afirmar que aos [2] jovens residentes em área rural e as [4] mulheres em situação de vulnerabilidade social tem, em média, percepção de liberdade /bem-estar maior que os demais grupos de respondentes.

Buscando atendimento ao objetivo 6 de testar se o índice de bem-estar calculado a partir da Abordagem das Capacidades, identifica diferenças, significativas estatisticamente, entre grupos de beneficiários com perfis sociodemográficos distintos, realizou-se a ANOVA. Cujos resultados permite afirmar que a ferramenta de pesquisa traduzida à língua portuguesa e ajustada a partir da Análise Fatorial Exploratória demonstra sensibilidade para mensurar a percepção de bem-estar de um grupo pesquisado, tanto no seu nível macro – liberdades/bem-estar – como no nível de *construtos* – (1) afiliação, (2) controle sobre o ambiente, (3) segurança física e emocional e (4) trabalho. Tais diferenças, considerando o perfil sociodemográfico dos beneficiários, possuem resultados que encontram fundamentação na literatura dos estudos das ciências sociais em temáticas relacionadas a discriminação de gênero e estudos relacionados às vivências de pessoas em situação de rua.

O Quadro 16 elenca de forma sumarizada os métodos adotados e principais achados:

Quadro 16 – Métodos utilizados e principais resultados

Objetivo	Método	Resultado
Testar <i>Construtos</i> de criação de Valor Social a partir da Abordagem das Capacidades de Amartya Sen.	Análise Fatorial Confirmatória	<ul style="list-style-type: none"> <li>Resultados não sustentaram o modelo dos <i>construtos</i> proposto por Anand <i>et al</i> (2011)</li> </ul>
	Análise Fatorial Exploratória, autovalor superior a 1 e carga fatorial superior a 0,45	<ul style="list-style-type: none"> <li>Gerado 13 fatores;</li> <li>Variáveis em 11 dos 13 fatores não se agruparam de forma a suportar os <i>construtos</i> propostos pela literatura - Capacidades Essenciais propostas por Nussbaum (2003) ou Anand <i>et al</i> (2011);</li> <li>Teste de confiabilidade em 11 fatores foi inferior a 0,7.</li> </ul>

Quadro 16 – Métodos utilizados e principais resultados

Objetivo	Método	Resultado
	Análise Fatorial Exploratória, fixando 10 fatores, autovalor superior a 1 e carga fatorial superior a 0,45	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gerado 10 fatores;</li> <li>• Variáveis não se agruparam de forma a suportar os <i>construtos</i> diante da literatura - Capacidades Essenciais propostas por Nussbaum (2003) ou Anand et al (2011);</li> <li>• Teste de confiabilidade em 8 dos 10 fatores foi inferior a 0,70.</li> </ul>
	Minimum Avarage Partial (MAP) de Velicer (1976) e Análise Paralela (Parallel Analysis) de O'Connor	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ambos os testes fundamentaram o agrupamento das variáveis em 4 fatores.</li> </ul>
	Análise Fatorial Exploratória, fixando 4 fatores, autovalor superior a 1 e carga fatorial superior a 0,45	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Variáveis foram agrupados em 4 fatores suportados pela literatura Capacidades Essenciais propostas por Nussbaum (2003)</li> <li>• Teste de Confiabilidade de 2 fatores superior a 0,7 e dos outros 2 superiores a 0,6 (aceitável para estudos exploratórios)</li> <li>• Chega-se a uma escala consistente para medição do bem-estar dos beneficiários de empreendimentos sociais.</li> </ul>
Testar se traços de personalidade, características sociodemográficas e experiências de vida anteriores dos respondentes influenciam em sua percepção de bem-estar.	Regressão Linear	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <math>R^2 = 0,353</math> - 35% da variância é explicada pelo modelo. Afirma-se ainda, pelos resultados da ANOVA (<math>F=3,527</math>, valor-<math>p=0,000</math>)</li> <li>• Quão maiores os traços de personalidade de extroversão, maior a percepção de liberdade do indivíduo;</li> <li>• Valores maiores nos traços de personalidade relacionados a estabilidade emocional, se menos estável emocionalmente, maior a percepção de liberdade.</li> <li>• Beneficiários que indiquem experiências anteriores negativas, tendem a ter uma percepção de liberdade menor.</li> </ul>
Testar se o índice de bem-estar calculado a partir da Abordagem das Capacidades possui diferenças significativas entre grupos de beneficiários com perfis sociodemográficos distintos.	ANOVA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identifica-se diferenças, significativas estatisticamente, entre grupos de beneficiários com perfis sociodemográficos distintos, quer nos <i>construtos</i>, como no índice de bem-estar social (valor <math>p&lt;0,10</math>)</li> </ul>

Fonte: dados da pesquisa.

Desta forma, os resultados levam a afirmar que a utilização da ferramenta adaptada, com a proposição de 4 *construtos* e 30 questões, possibilitaria, a partir de estratégias longitudinais, o cálculo de um indicador de bem-estar/criação de valor social a ser utilizado pelos empreendimentos sociais como ferramenta para mensuração da criação de valor social entre os seus beneficiários.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a fase de levantamento do referencial teórico sobre o fenômeno empreendedorismo social, buscou-se atender aos objetivos específicos 1) Estabelecer delimitações entre os conceitos de *Outcome* Social, Impacto Social e Valor Social e 3) Delimitar teoricamente o conceito de criação de valor social. A partir de uma análise criteriosa da literatura, buscamos convergir na proposição de uma estrutura de medição de valor social baseada nos estudos de Anand, desenvolvido em parceria com diversos autores em processo de refinamento desde 2005 (2005, 2006, 2009, 2011) Este levantamento bibliográfico permite evidenciar que os modelos de Criação de Valor Social possuem diversas convergências importantes. O primeiro, possibilita o entendimento de quais são os *outcomes* - externalidades positivas – dos Empreendimentos Sociais: criação de valor social e impacto social/transformação social. A segunda é relativa a como se dá a criação de valor social, os modelos estudados neste trabalho indicam que esses *outcomes* podem ser entendidos como sequencias e interdependentes, ou seja, primeiro a organização proporciona a melhoria do bem-estar das pessoas – criação de valor social – e em consequência desta mudança na vida das pessoas dá-se o impacto social. Ou apenas como *outcomes* simultâneas e interdependentes a distinção no entendimento que as ações dos Empreendimentos Sociais proporcionam simultaneamente a criação de valor social e impacto social.

Para atendimento ao objetivo 2) testar *Construtos* de medição de Valor Social a partir da Abordagem das Capacidades de Amartya Sen, utilizou-se ferramenta traduzida de Anand *et al.* (2011) – Questionário de Medida de Bem-Estar – em beneficiários de 4 Empreendimentos Sociais, cujos perfis são: [1] pessoas em situação de rua na cidade de Fortaleza-CE; [2] Jovens residentes em área rural do Ceará; [3] Jovens em situação de vulnerabilidade social de Fortaleza-CE e [4] Mulheres em situação de vulnerabilidade social residentes em um Distrito Industrial do Ceará.

O Questionário de Medida de Bem-Estar, com 42 perguntas do modelo proposto por Anand *et al* (2011) apresenta 10 Capacidades formadora do *construto* bem-estar: Saúde, Liberdade de expressão política; Liberdade de Participação Política; Liberdade Religiosa; Liberdade de Pensamento/ expressão; Capacidades Emocionais; Segurança; Meio Ambiente e Relações Sociais, Discriminação fora do âmbito do Trabalho e, ao fim, Trabalho.

A partir dos Análise Fatorial, aplicada a amostra, propõe-se a exclusão de 11 questões e a estruturação do modelo com o propósito de medir o índice de bem-estar dos respondentes a partir de 4 *construtos*, alinhados aos conceitos de Capacidades Essenciais de Martha Nussbaum (2003): [1] Afiliação; [2] Controle Sobre o Ambiente; [3] Segurança Física e Emocional e [4] Trabalho.

As respostas as questões, foram parametrizadas para que o índice proposto, seja exposto em uma escala de 0 a 1, permitindo a fácil compreensão pelos *stakeholders* do nível de bem-estar dos beneficiários de um Empreendimento Sociais, atendendo desta forma, ao objetivo específico número 4.

Realizou-se ainda Análise de Regressão, visando testar a afirmativa de Anand *et al.* (2011) de que variáveis relacionadas aos traços de personalidade dos respondentes e suas experiências anteriores, impactam na percepção de bem-estar dos respondentes, atendendo ao objetivo específico 5.

Os resultados corroboraram com as pesquisas de Anand *et al.* (2011) e evidenciaram que quanto maiores os traços de personalidade relacionados a extroversão, maior a percepção de bem-estar social, em contraponto quanto maiores os traços de personalidade relacionados a estabilidade emocional, menor a percepção de bem-estar social. Assim como, quanto mais negativas as experiências passadas, menor a percepção de bem-estar do respondente.

Este teste é relevante pois proposições futuras de um indicador criação de bem-estar social/ valor social, as referidas variáveis de traços de personalidade e experiências passadas devem ser consideradas no modelo de mensuração.

Realizou-se ainda, ANOVA para comparação das médias de bem-estar entre os grupos de respondentes. Verificou-se ainda que a ferramenta de pesquisa é sensível à percepção de capacidades de grupos socioeconômicos diversos, tanto no nível de indicador geral de capacidades, como considerando individualmente cada capacidade essencial.

Registra-se ainda que as diferenças de percepção de bem-estar, entre os grupos de respondentes deste trabalho, encontram justificativas respaldadas na literatura que versam sobre as pessoas em situação de rua; liberdade civil de crianças e jovens; situação de vulnerabilidade e violência de gênero.

Este estudo apresentou como objetivo de pesquisa a proposição de uma ferramenta para medir a criação de valor social por empreendimentos sociais, baseado na Abordagem das Capacidades de Amartya Sen. A partir dos testes estatísticos aplicados aos resultados das respostas ao Questionário de Medida de Bem-Estar de Anand *et al.* (2011), em uma amostra de 174 respondentes de 4 Empreendimentos Sociais, propõe-se uma ferramenta estatisticamente validada com 31 questões relacionadas aos *construtos*: [1] Afiliação; [2] Controle sobre o ambiente; [3] Segurança Física e Emocional; [4] Trabalho.

Entende-se como relevante, registrar limitações da pesquisa, referente a situação de crise sanitária vivenciada a partir do mês de março de 2020, quando se propunha a realização de uma ampliação da amostra. Neste contexto, considerando o desenho metodológico, com coleta de dados primários, possível apenas por meio de aplicação de questionário individualmente ou em pequenos grupos junto aos beneficiários dos empreendimentos sociais participantes da pesquisa, que foi inviabilizada devido às orientações do órgão de Saúde Nacional na indicação de medidas de isolamento social.

Apresenta-se como sugestão de pesquisas futuras a proposição de um indicador de criação de valor social, que a partir da ferramenta de pesquisa proposta por este trabalho, possa medir de forma longitudinal, com a utilização de grupos de controle, a criação de valor social pelos Empreendimentos Sociais.

## REFERÊNCIAS

- ABU-SAIFAN, S. Social Entrepreneurship: Definition and Boundaries. **Technology Innovation Management Review**, 2(2): 22-27, 2012. <http://doi.org/10.22215/timreview/523>
- ACHLEITNER, A. K.; BASSEN, A.; RODER, B. **An integrative framework for reporting in social entrepreneurship** [online]. 2009. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract/41325700>. Acesso em: 5 maio 2018.
- ACS, Z. J.; BOARDMAN, M. C.; MCNEELY, C. L. The social value of productive entrepreneurship. **Small Business Economics**, v. 40, n. 3, p. 785-796, 2013.
- ADEL. AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL. **Quem Somos**. 2019. Disponível em: <http://www.adel.org.br>. Acesso em: 10 ago. 2019.
- ALLEMAND, S. L'économie sociale et solidaire à l'heure de l'entrepreneuriat social. **Marché et Organisations**, n. 11, p. 93-105, 2010. DOI 10.3917/maorg.011.0093.
- ALMEIDA, D.; SANTOS, M. A. R. D.; COSTA, A. F. B. **Aplicação do coeficiente alfa de Cronbach nos resultados de um questionário para avaliação de desempenho da saúde pública**. São Paulo: ENEGEP, 2010.
- ALTINAY, L.; SIGALA, M.; WALIGO, V. Social value creation through tourism enterprise. **Tourism Management**, v. 54, p. 404-417, 2016.
- ALVORD, S. H.; BROWN, L. D.; LETTS, C. W. Social entrepreneurship and societal transformation: An exploratory study. **The Journal of Applied Behavioral Science**, v. 40, n. 3, p. 260-282, 2004.
- ANAND, P. **Academic Consultation**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2019.
- ANAND, P., VAN HEES, M. Capabilities and achievements: An empirical study. **The Journal of Socio-Economics**, v. 35, n. 2, p. 268-284, 2006.
- ANAND, P.; SANTOS, C.; SMITH, R. **The measurement of capabilities, Open Discussion Papers in Economics**. Milton Keynes: The Open University, Economics Department, 2007.
- ANAND, P. *et al.* The development of capability indicators. **Journal of Human Development and Capabilities**, v. 10, n. 1, p. 125-152, 2009.
- ANAND, P.; KRISHNAKUMAR, J.; TRAN, N. B. measuring welfare: latent variable models for happiness and capabilities in the presence of unobservable heterogeneity. **Journal of Public Economics**, p. 205-215, 2011. DOI: 10.1016/j.jpubeco.2010.11.007.
- ARENA, M.; AZZONE, G.; BENGIO, I. Performance measurement for social enterprises. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 26, n. 2, p. 649-672, 2015.

ANAND, P.; JONES, S.; DONOGHUE, M.; TEITLER, J. Non-Monetary Poverty and Deprivation: A Capability Approach. **Journal of European Social Policy**, 2020.

AROGYASWAMY, B. Social entrepreneurship performance measurement: A time-based organizing framework. **Business Horizons**, v. 60, n. 5, p. 603-611, 2017.

AUERSWALD, P. Creating social value. **Stanford Social Innovation Review**, p. 50-55, 2009.

AUSTIN, J.; STEVENSON, H.; WEI-SKILLERN, J. Social and commercial entrepreneurship: same, different, or both? **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 30, n. 1, p. 1-22, 2006.

BACKHOUSE, R. **História da Economia Mundial**. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

BAKER, T.; GEDJLOVIC, E.; LUBATKIN, M. A framework for comparing entrepreneurial processes across nations. **Journal of International Business Studies**, v. 36, p. 492-504, 2005.

BARBIE, E. **Métodos de Pesquisa de survey**. 3. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BERNARDINO, S.; SANTOS, J. F.; SOARES, M. Contributo do Empreendedorismo Social para o Desenvolvimento de Cabo Verde: Um Estudo Exploratório. **International Journal of Innovation**, v. 5, n. 1, p. 132-155, 2017.

BYRNE, B. M. **A primer of LISREL**: Basic applications and programming for confirmatory factor analytic models. New York: Springer-Verlag, 1989.

BOUTILLIER, S. L'entrepreneur social, un entrepreneur socialisé dans une société entrepreneuriale? **Humanisme et Entreprise**, v. 5, n. 290, p. 41-60, 2008. DOI 10.3917/hume.290.0041.

BOUTILLIER, S. Aux origines de l'entrepreneuriat social. Les affaires selon Jean Baptiste André Godin (1817-1888). **Innovations**, v. 2, n. 30, p. 115-134, 2009. DOI 10.3917/inno.030.0115

BRILHANTE, A. V. M.; MOREIRA, G. A. R.; VIEIRA, L. J. E. D. S.; CATRIB, A. M. F. Um estudo bibliométrico sobre a violência de gênero. **Saúde e Sociedade**, v. 25, p. 703-715, 2016.

BROUARD, F. L'entrepreneuriat social, mieux connaître le concept. *In: Acts de la XXXIIIe Conférence annuelle de la CCPME, Trois-Rivières, 12 p.* **Anais...** Trois-Rivieres, 2006.

BROUARD, F.; LARIVET, S.; SAKKA, O. Entrepreneuriat social et participation citoyenne. **Canadian Journal of Nonprofit and Social Economy Research**, v. 1, n. 1, p. 46, 2010, 2010.

BROUARD, F.; LARIVET, S.; SAKKA, O. Défis et actions pour développer l'entrepreneuriat social. **La Revue des Sciences de Gestion**, v. 3, n. 255-256, p. 17-22, 2012. DOI 10.3917/rsg.255.0017.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE M. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1977.

CERTO, S. T.; MILLER, T. Social entrepreneurship: Key issues and concepts. **Business Horizons**, v. 51, p. 267-271, 2008. DOI: 10.1016/j.bushor.2008.02.009.

CHOI, N.; MAJUMDAR, S. Social entrepreneurship as an essentially contested concept: Opening a new avenue for systematic future research. **Journal of Business Venturing**, v. 29, n. 3, p. 363-376, 2014.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COMINI, G.; BARKI, E.; AGUIAR, L. T. D. A three-pronged approach to social business: a Brazilian multi-case analysis. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 47, n. 3, p. 385-397, 2005.

COSTA, E. F. Os valores—da existência à cognoscibilidade. **Revista Symposium**, ano 4, n. 2, p.67-83, jul./dez. 2000.

DARDOUR, A. Les modèles économiques en entrepreneuriat social: Proposition d'un modèle intégrateur. **La Revue des Sciences de Gestion**, v. 3, n. 255-256, 2012. DOI 10.3917/rsg.255.0049

DAVIS, S. Social entrepreneurship: towards an entrepreneurial culture for social and economic development. **Prepared by Request for the Youth Employment Summit**, Sep. 2002.

DEES, J. G. **The Meaning of Social Entrepreneurship**. 2001. Disponível em: [http://www.caseatduke.org/documents/dees\\_sedef.pdf](http://www.caseatduke.org/documents/dees_sedef.pdf). Acesso: 15 mar. 2018.

DEES, J. G. 1 The Meaning of Social Entrepreneurship. *In: Case Studies in Social Entrepreneurship and Sustainability*. Routledge, 2017.

DEES, J. G. Social Ventures as Learning Laboratories. **Innovations**, p. 11-15, 2009.

DEFOURNY, J.; NYSSSENS, M. Approches européennes et américaines de l'entreprise sociale: une perspective comparative. **Revue Internationale de L'économie Sociale**, n. 319, p. 18-35, 2011. DOI:10.7202/1020805ar.

EL EBRASHI, R. Social entrepreneurship theory and sustainable social impact. **Social Responsibility Journal**, v. 9, n. 2, p. 188-209, 2013.

ELSTER, J. Marxismo, funcionalismo y teoría de juegos. Alegato en favor del individualismo metodológico. **Zona Abierta**, n. 33, 1982.

EMERSON, J.; CAJAB, M. Social Return On Investment. **Making Waves**, v. 11, n. .2, 2001.

FELÍCIO, J. A.; GONÇALVES, H. M.; CONCEIÇÃO GONÇALVES, V. da. Social value and organizational performance in non-profit social organizations: Social entrepreneurship, leadership, and socioeconomic context effects. **Journal of Business Research**, v. 66, n. 10, p. 2139-2146, 2013.

FERRI, E.; URBANO, D. Social Entrepreneurship And Environmental Factors: A Cross-Country Comparision. **Research Work International Doctorate in Entrepreneurship and Business Management Department of Business Economics & Administration**, Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, 2011.

FLEURBAEY, M. Capabilities, Functionings and Refined Functionings. **Journal of Human Development**, v. 7, n. 3, p. 299-310, 2006.

FRONDIZI, R. **Qué son los valores? Introducción a la axiología**. 6. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

GAIOTTO, S. A. V. Empreendedorismo Social: Estudo Bibliométrico Sobre a Produção Nacional e Internacional. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 5, n. 2, p. 1-24, 2016.

GARRIDO, L. E.; ABAD, F. J.; PONSODA, V. Performance of Velicer's minimum average partial factor retention method with categorical variables. **Educational and Psychological Measurement**, v. 71, n. 3, p. 551-570, 2011.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, M. F.; MONTE, P. A. do. Admissão por primeiro emprego e reemprego no mercado formal do nordeste: um estudo mesorregional. ABEP, 2008. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/.../ABEP2008\\_1313.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/.../ABEP2008_1313.pdf)>. Acesso em: 20.mar.2020.

GOSLING, S.D., RENTFROW, W.B.S. A very brief measure of the Big-Five personality domains. **Journal of Research in personality**, v. 37, n. 6, p. 504-528, 2003.

GUNDRY, L. K.; KICKUL, J.R.; GRIFFITHS, M. D.; BACQ, S. C. Entrepreneurial Bricolage And Innovation Ecology: Precursors To Social Innovation? **Frontiers of Entrepreneurship Research**, v. 31, 2011. Disponível em: <http://digitalknowledge.babson.edu/fer/vol31/iss19/3>. Acesso em: 30.jun.2019.

HAIR, J. F. *et al.* **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HESSEN, J. **Filosofia dos valores**. Tradução: L. Cabral de Moncada. 5. ed. Coimbra Portugal: Amênio Amado, 1980.

HLADY-RISPAL, M.; SERVANTIE, V. Deconstructing the way in which value is created in the context of social entrepreneurship. **International Journal of Management Reviews**, v. 20, n. 1, p. 62-80, 2018.

HOOGENDOORN, B.; PENNINGS, E.; THURIK, R. What Do We Know about Social Entrepreneurship? An Analysis of Empirical Research. **International Review Of Entrepreneurship**, n. 8, n. 2, p. 1-42, 2010.

HULGÅRD, L. Discourses of social entrepreneurship – Variations of the same theme. **EMES European Research Network**, 2010.

HUNT, E. K.; LAUTZENHEIZER, M. **História do pensamento econômico: Uma perspectiva crítica**. Tradução: André Arruda Villela. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IIZUKA, E. S.; WALCHHUTTER, S.; DIAS, M. R.; BARBOSA, A. D. S. Empreendedorismo Social e Negócios Sociais: Revisão Crítica e Agenda de Pesquisa. *In: XVII Semead*. São Paulo. Anais... São Paulo: 2014.

IZA. Institute of Labor Economics. 2019. Disponível em: <https://www.iza.org/person/22208/paul-anand>. Acesso em: 6 nov. 2019.

IRIS. **IRIS Metrics**. 2018. Disponível em: <https://iris.thegiin.org/metrics>. Acesso em: 5 maio 2018.

JANSSEN, F.; BACQ, S.; BROUARD, F. L'entrepreneuriat social: Un thème pour la recherche passée, présente et future. **Revue Internationale P.M.E.**, v. 25, n. 3-4, p. 17-44, 2012. DOI: 10.7202/1018416ar.

KATO, S.; ASHLEY, S. R.; WEAVER, R. L. Insights for Measuring Social Value: Classification of Measures Related to the Capabilities Approach. **VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, p. 1-24, 2017.

KUKLYS, W.; ROBEYNS, I. Sen's capability approach to welfare economics. **Cambridge Working Paper in Economics**, 2004.

LEADBEATER, C. **The rise of the social entrepreneur**. London: Demos, 1997.

LEAL, A. L. C. A. **O empreendedorismo social e a criação de valor: um estudo exploratório**/Antonia Laís Costa Araújo Leal. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

LELLI, S. Factor Analysis vs. **Fuzzy Sets theory**: Assessing the influence of different techniques on Sen's functioning approach. Leuven: Katholieke Universiteit Leuven, 2001.

LEDESMA, R. D.; VALERO-MORA, P. Determining the number of factors to retain in EFA: an easy-to-use computer program for carrying out parallel analysis. **Practical Assessment, Research & Evaluation**, v. 12, n. 2, p. 1-11, 2007

LUCAS, L. B.; PASSOS, M. M. Filosofia dos valores: uma compreensão histórico-epistemológica da ciência axiológica//Philosophy of values: a historical-epistemological understanding of axiological science. **Conjectura: filosofia e educação**, v. 20, n. 3, p. 123-160, 2015.

MAIR, J. Social Entrepreneurship: Taking Stock and Looking Ahead. *In*: FAYOLLE, A.; MATLAY, H. (ed). **Handbook of Research on Social Entrepreneurship**. Cheltenham: Edward Elgar, 2010.

MAIR, J., MARTI, I. Social entrepreneurship research: A source of explanation, prediction, and delight. **Journal of World Business**, v. 41, n. 1, p. 36-44, 2006.

MAIR, J.; NOBOA, E. Social entrepreneurship: How intentions to create a social venture are formed. *In*: **Social entrepreneurship**. London: Palgrave Macmillan, 2006.

MARTIN, R. L.; OSBERG, S. Social entrepreneurship: The case for definition. **Stanford Social Innovation Review**, Stanford, v. 5, n. 2, p. 28-39, 2007.

MARTINETTI, E. C. A multidimensional assessment of well-being based on Sen's functioning approach. **Rivista Internazionale di Scienze Sociali**, p. 207-239, 2000.

MATTOS, R. M.; HELOANI, R.; FERREIRA, R. F. O trabalhador em situação de rua: algumas ações coletivas atuais. **Mental**, v. 6, n. 10, p. 103-122, 2008.

MEDEIROS, C. B.; MACHADO, L. C. R.; PEREIRA, L. C. A.; COSTA, C. A.; GÓMEZ, C. P. Inovação Social e Empreendedorismo Social: Uma Análise Sob a Perspectiva da Economia Solidária. **Gestão.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 15, n. 1, p. 61-72, 2017.

MEDEIROS, C. B.; SOUSA GALVÃO, C. E. de; CORREIA, S.; GÓMEZ, C.; CASTILLO, L. Inovação social além da tecnologia social: constructos em discussão. **RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 16, n. 3, p. 957-982, 2017.

MITCHELL, P. M.; VENKATAPURAM, S.; RICHARDSON, J.; IEZZI, A.; COAST, J. Are quality-adjusted life years a good proxy measure of individual capabilities? **Pharmacoeconomics**, v. 35, n. 6, p. 637-646, 2017.

MORT, G. S.; WEERAWARDENA, J.; CARNEGIE, K. Social entrepreneurship: Towards conceptualisation. **International Journal of Nonprofit and Voluntary Sector Marketing**, v. 8 n. 1, p. 76-88, 2003.

MOSS, T. W.; LUMPKIN, G. T.; SHORT, J. C. The Dependent Variables Of Social Entrepreneurship Research. **Frontiers of Entrepreneurship Research**, v. 28, 2008. Disponível em: <http://digitalknowledge.babson.edu/fer/vol28/iss21/3>. Acesso em: 30.jun.2019.

MOURA JR., J. F.; XIMENES, V. M.; SARRIERA, J. C. Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil. **Revista de Psicologia**, v. 22, n. 2, ago. 2013.

NEHRING, K.; PUPPE, C. A theory of diversity. **Econometrica**, v. 70, n. 3, p. 1155-1198, 2002.

RIPPIN, N. Multidimensional Poverty in Germany: A Capability Approach. **Forum for Social Economics**, v. 45, n. 2-3, p. 230-255, 2016. DOI: 10.1080/07360932.2014.995199.

NICHOLLS, A. We do good things, don't we?: 'Blended Value Accounting' in social entrepreneurship. **Accounting, Organizations and Society**, v. 34, p. 755-769, 2009.

NORUZI, M. R.; WESTOVER, J. H.; RAHIMI, G. R. An exploration of social entrepreneurship in the entrepreneurship era. **Asian Social Science**, v. 6, n. 6, p. 3, 2010.

NUSSBAUM, M. Capabilities as fundamental entitlements: Sen and social justice. **Feminist Economics**, v. 9, n. 2-3, p. 33-59, 2003.

O'CONNOR, B. P. SPSS and SAS programs for determining the number of components using parallel analysis and Velicer's MAP test. *Behavior Research Methods*. **Instrumentation, and Computers**, v. 32, p. 396-402, 2000.

O'CONNOR. **SPSS, SAS, MATLAB, and R Programs for Determining the Number of Components and Factors Using Parallel Analysis and Velicer's MAP Test**. 2020. Disponível em: <https://people.ok.ubc.ca/briocconn/nfactors/nfactors.html>. Acesso em: 7 maio 2020.

OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios—notas introdutórias. **Revista da FAE**, v. 7, n. 2, 2004.

PARENTE, C. *et al.* Empreendedorismo social: Dos conceitos às escolas de fundamentação. As configurações de um conceito em construção. **Work in Progress in Empreendedorismo Social em Portugal: as Políticas, Organizações E As Práticas De Educação/Formação**, 2013. Disponível em: [https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/12673562/final\\_texto\\_teorico.pdf?awsaccesskeyid=akiaiwowyygz2y53ul3a&expires=1542810132&signature=%2f%2b1n%2byren%2bep1m3xvh0ht4fnofy%3d&response-content-disposition=inline%3b%20filename%3dempreendedorismo\\_social\\_dos\\_conceitos\\_as.pdf](https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/12673562/final_texto_teorico.pdf?awsaccesskeyid=akiaiwowyygz2y53ul3a&expires=1542810132&signature=%2f%2b1n%2byren%2bep1m3xvh0ht4fnofy%3d&response-content-disposition=inline%3b%20filename%3dempreendedorismo_social_dos_conceitos_as.pdf). acesso em: 25 mar. 2018.

PEDRO, A. P. Ética, moral, axiologia e valores: confusões e ambiguidades em torno de um conceito comum. **Kriterion: Revista de Filosofia**, v. 55, n. 130, p. 483-498, 2014.

PEREDO, A. M.; MCLEAN, M. Social entrepreneurship: A critical review of the concept. **Journal of World Business**, v. 41, n. 1, p. 56-65, 2006.

PERRINI, F.; VURRO, C. Social Entrepreneurship: Innovation and Social Change Across Theory and Practice. *In*: MAIR, J.; ROBINSON, J.; HOCKERTS, K. (ed.). **Social entrepreneurship**. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

PETRINI, M.; SCHERER, P.; BACK, L. Modelo de Negócios com Impacto Social/Business model with a social impact/Modelo de Negocios con impacto social. **Revista de Administração de Empresas**, v. 56, n. 2, p. 209, 2016.

PINTO, I. M. B. S.; BRUNSTEIN, J.; MARTINS, A. A. C.; DESIDÉRIO, P. H.; CARDOSO SOBRINHO, C. A. Systematic Review of the Literature Social Entrepreneurship and Skills Development: An Analysis of Past 10 years. **International Journal of Innovation**, v. 4, n. 1, p. 33-45, 2016.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. Philanthropy's New Agenda: Creating Value. **Harvard Business Review**, Nov./Dec. 1999.

RHEE, E.; ULEMAN, J. S.; LEE, H. K. Variations in collectivism and individualism by ingroup and culture: Confirmatory factor analysis. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 71, p. 1037-1054, 1996.

ROCHA, N. M. F. D.; GÓIS, C. W. D. L. Trajetórias de jovens no mundo do trabalho a partir da primeira inserção: o caso de Sísifo em Maracanaú-Ceará, Brasil. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 466-475, 2010.

ROSOLEN, T.; TISCOSKI, G. P.; COMINI, G. M. Empreendedorismo social e negócios sociais: um estudo bibliométrico da publicação nacional e internacional. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 3, n. 1, p. 85-105, 2014.

SANCHES, H. C. C. Desafios para garantia do direito à participação de crianças e adolescentes no sistema judicial brasileiro. **Revista Jurídica da FA7**, v. 12, n. 2, 2015.

SANTOS, F. M. A Positive Theory os Social Entrepreneurship. **J. Bus Ethics**, 2012. <https://doi.org/10.1007/s10551-012-1413-4>.

SASSMANNSHAUSEN, S. P.; VOLKMANN, C. A bibliometric based review on social entrepreneurship and its establishment as a field of research. **Schumpeter Discussion Papers**, 2013.

SCHOKKAERT, E. **The capabilities approach**. mimeo, SSRN. 2007.

SCHWARTZ, S. H. Les valeurs de base de la personne: théorie, mesures et applications. **Revue Française de Sociologie**, v. 47, n. 4, p. 929-968, 2006.

SEELOS, C.; MAIR, J. **Social entrepreneurship**: the contribution of individual entrepreneurs to sustainable development, working paper for Anselmo Rubiralta Canter for Globalization and Strategy. Barcelona: IESE Business School, 2004.

SELL, C. E. Max Weber e o átomo da sociologia: Um individualismo metodológico moderado? **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 16, p. 2, p. 323-347, 2016.

SHAW, E.; CARTER, S. Social entrepreneurship: Theoretical antecedents and empirical analysis of entrepreneurial processes and outcomes. **Journal of Small Business and Enterprise Development**, v. 14, p. 418-434, 2007. DOI: 10.1108/14626000710773529.

SILVA, A. R.; SOUSA, L. F. F.; SOUSA, E. G. Toms Shoes: O Empreendedorismo Social Analisado a Partir de Práticas Sociais do Setor Privado. **Revista Gestão & Planejamento**, v. 17, n. 2, p. 383-394, 2016.

SIMPLÍCIO, H. S. A.; ANDRADE, F. R. B. Projeto Primeiro Passo: uma alternativa de inclusão social através do primeiro emprego para juventude de Fortaleza CE. **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado**, n. 13, 2018.

SEN, A. Development as capability expansion. **Readings in Human Development**, 2003.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

STEVENSEN, W. J. **Estatística Aplicada a Administração**. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.

SOCIAL BRASILIS. **Social Brasilis programas educacionais e corporativos**. 2020. Disponível em: <https://socialbrasilis.com.br/>. Acesso em: 3 mar. 2020.

SOCIAL VALUE UK. **Social Value UK**. 2018a. Disponível em: <http://www.socialvalueuk.org/what-is-social-value/>. Acesso em: 15mar. 2018.

SOCIAL VALUE UK. **A Discussion Document on the Valuation of Social Outcome**. 2018b. Disponível em: <http://www.socialvalueuk.org/resource/discussion-document-valuation-social-outcomes/>. Acesso em: 15 ago. 2018.

SOUZA MATITZ, Q. R.; MULLER SCHLEMM, M. Aplicações do conhecimento em atividades operacionais de gestão de redes: aplicação de um framework de pesquisa no campo de empreendedorismo social. **Revista de Administração da Unimep**, v. 10, n. 3, 2012.

STREINER, D. L. Being inconsistent about consistency: when coefficient alpha does and doesn't matter. **Journal of Personality Assessment**, v. 80, p. 217-222, 2003.

TEODÓSIO, A. S. S.; COMINI, G. Inclusive business and poverty: prospects in the Brazilian context. **Rev. de Adm.**, São Paulo, v. 47, n. 3, p. 410-421, jul./ago/set. 2012.

TOLEDANO, N. Social entrepreneurship: the new narrative for the practice of the social economy. **CIRIEC - España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, n. 73, p. 9-31, Oct. 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=17421160002>. Acesso em: 30.jun.2019.

THOMPSON, J.; ALVY, G.; LEES, A. Social entrepreneurship – a new look at the people and the potential. **Management Decision**, v. 38, p. 328-338, 2000. DOI: 10.1108/00251740010340517

VAN OOTEGEM, L.; VERHOFSTADT, E. Using capabilities as an alternative indicator for well-being. **Social Indicators Research**, v. 106, n. 1, p. 133-152, 2012.

WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. **Measuring Socio-Economic Impact**: A guide for business. 2013. Disponível em: <https://www.wbcsd.org/Programs/Redefining-Value/External-Disclosure/Reporting-matters/Resources/Measuring-Socio-Economic-Impact-A-guide-for-business>. Acesso em: 5 maio 2018.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: UnB, 1994.

YOUNG, R. For what it is worth: social value and the future of social entrepreneurship. *In*: NICHOLLS, A. (ed.). **Social Entrepreneurship**: New Models of Sustainable Social Change. New York, NY: Oxford University Press, 2006.

ZAHRA, S. A.; GEDAJLOVIC, E.; NEUBAUM, D. O.; SHULMAN, J. M. A typology of social entrepreneurs: Motives, search processes and ethical challenges. **Journal of Business Venturing**, v. 24, n. 5, p. 519-532, 2009. <https://doi.org/10.1016/j.jbusvent.2008.04.007>.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO



**Universidade Federal do Ceará**  
**Faculdade de Economia, Administração, Atuárias e Contábeis**  
**Programa de Pós-graduação em Administração e Controladoria**  
**Curso: Doutorado em Administração e Controladoria**

**Estudante:** Clara Suzana Cardoso Braga

**Orientador:** José Carlos Lázaro da Silva Filho

**Semestre:** 2019.2

### 1) ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO REUNIÕES COM OS PROFISSIONAIS DOS EMPREENDIMENTOS SOCIAIS E APLICAÇÃO DE PESQUISA

Pesquisa: Abordagem das capacidades como meio para mensuração da criação do valor social na ação dos empreendedores sociais

Roteiro de observação visando o registro das percepções do pesquisador em seu processo de observação durante as ações de pesquisa. Visando atender aos objetivos de pesquisa:

Propor uma ferramenta para medir a Criação de Valor Social por Empreendimentos Sociais - Empreendimentos Sociais, baseado na “Abordagem da Capacidades de Sen” (*Sen's Capability Approach*)

E entende-se que para atendimento ao objetivo geral, demandará, no percurso do processo de pesquisa responder algumas lacunas apresentadas pela Literatura, como sumarizado no Quadro 17: **Lacunas da Literatura da Criação de Valor Social e Objetivos específicos de Pesquisa.**

Quadro 17 – Lacunas da literatura da criação de valor social e objetivos específicos de pesquisa

Lacuna	Objetivo Específico
Definição das Dimensões de desempenho a serem monitoradas: valor social deve ser definido em um nível conceitual e traduzido em termos mensuráveis (ARENA <i>et al.</i> , 2015).	1. Estabelecer delimitações entre os conceitos de <i>Outcome</i> Social, Impacto Social e Valor Social.
Inexistência de métricas de medição do desempenho quanto a criação de valor social (ARENA <i>et al.</i> , 2015; AUSTIN <i>et al.</i> , 2006; IIZUKA <i>et al.</i> , 2014).	2. Testar <i>Construtos</i> de criação de Valor Social a partir da Abordagem das Capacidades de Amartya Sen.

Quadro 17 – Lacunas da literatura da criação de valor social e objetivos específicos de pesquisa

Lacuna	Objetivo Específico
Definição de Dimensões Temporais do Valor Social - “Seria valor criado um estado momentâneo ou se refere a um intervalo de tempo?” (LEAL, 2014, p. 11).	3. Delimitar teoricamente o conceito de criação social.
Necessidade de Comunicação do Desempenho (Criação de Valor Social – métrica compreensível para os diversos <i>stakeholders</i> (ARENA <i>et al.</i> , 2015; AUSTIN <i>et al.</i> , 2006).	4. Apresentar uma proposição de índice de bem-estar que possa ser compreensível pelos diversos <i>stakeholders</i> .
Como a resposta à questão das capacidades é uma avaliação subjetiva, é provável que ela seja influenciada pela personalidade de um indivíduo, características sociodemográficas e experiências de vida anteriores (ANAND <i>et al.</i> 2011).	5. Testar se traços de personalidade, características sociodemográficas e experiências de vida anteriores dos respondentes influenciam em sua percepção de bem-estar
A abordagem das capacidades tem a qualidade de ser particularmente perspicaz para a mensuração do valor social (KATO <i>et al.</i> , 2017).	6. Testar se o índice de bem-estar calculado a partir da Abordagem das Capacidades possui diferenças significativas entre grupos de beneficiários com perfis sociodemográficos distintos.

Fonte: elaborado pela autora.

## 2) EMPREENDIMENTOS SOCIAIS

- Qual a missão da organização;
- Quais os projetos desenvolvidos;
- Quem são os beneficiários de cada projeto;
- Quais os mecanismos para medição dos *outcomes* sociais, valor social e /ou impacto social;
- Quais as capacidades, em sua percepção, são desenvolvidas por meio da sua atuação;
- Em quanto tempo os beneficiários começam a apropriar-se das capacidades.

## 3) APLICAÇÃO DA FERRAMENTA DE PESQUISA: ESCALA DE BEM-ESTAR SOCIAL

- Qual tempo de aplicação;
- Quais questões ou expressões foram de difícil compreensão por parte dos respondentes;
- Verificar se existem questões que são questionadas como desnecessárias ou cuja existência na ferramenta de pesquisa é questionada;
- Qual a melhor estratégia de aplicação;
- Identificar se há necessidade de adequação da ferramenta a cada grupo.

## APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS DOS EMPREENDIMENTOS SOCIAIS



**Universidade Federal do Ceará**  
**Faculdade de Economia, Administração, Atuárias e Contábeis**  
**Programa de Pós-graduação em Administração e Controladoria**  
**Curso: Doutorado em Administração e Controladoria**

**Estudante:** Clara Suzana Cardoso Braga

**Orientador:** José Carlos Lázaro da Silva Filho

**Semestre:** 2019.2

Quadro 18 – Roteiro de entrevista

Questões
1. Nome do Empreendimento Social
2. Nome do Entrevistado
3. Função
4. Tempo de trabalho no Empreendimento Social
5. Missão do Empreendimento Social
6. Programas e projetos
<p>Descrição:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tipo de ação,</li> <li>• Alinhamento ODS, *</li> <li>• Localização,</li> <li>• Perfil dos beneficiários,</li> <li>• Tempo de duração,</li> <li>• Número de participantes,</li> <li>• Participantes e turmas já concluídas (2018),</li> <li>• Participantes e realizadas em 2019,</li> <li>• Participantes e turmas novas previstas para 2019)</li> </ul> <p><b>*Ver Quadro 19 para subsidiar sua resposta</b></p>
7. Identifique quais capacidades são desenvolvidas em cada programa/projeto. **
<p><b>**Ver Quadro 20 para subsidiar sua resposta</b></p>
8. Em quanto tempo os participantes começam a apropriar-se dos benefícios propostos pelo projeto? (Elencar por projeto)

Fonte: elaborado pela autora

Quadro 19 – Objetivos para o desenvolvimento sustentável

Objetivos Para o Desenvolvimento Sustentável									
									
									
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Objetivo 1. <u>Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares</u></b></li> <li>• <b>Objetivo 2. <u>Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável</u></b></li> <li>• <b>Objetivo 3. <u>Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades</u></b></li> <li>• <b>Objetivo 4. <u>Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos</u></b></li> <li>• <b>Objetivo 5. <u>Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas</u></b></li> <li>• <b>Objetivo 6. <u>Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos</u></b></li> <li>• <b>Objetivo 7. <u>Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos</u></b></li> <li>• <b>Objetivo 8. <u>Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos</u></b></li> <li>• <b>Objetivo 9. <u>Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação</u></b></li> <li>• <b>Objetivo 10. <u>Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles</u></b></li> <li>• <b>Objetivo 11. <u>Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</u></b></li> <li>• <b>Objetivo 12. <u>Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis</u></b></li> <li>• <b>Objetivo 13. <u>Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos</u></b></li> <li>• <b>Objetivo 14. <u>Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável</u></b></li> <li>• <b>Objetivo 15. <u>Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade</u></b></li> <li>• <b>Objetivo 16. <u>Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis</u></b></li> <li>• <b>Objetivo 17. <u>Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável</u></b></li> </ul>									

Fonte: elaborado pela autora a partir da ONU (2018).

Quadro 20 – Capacidades essenciais (NUSSBAUM, 2003)

	Capacidade	Questão
Q1	Vida	Capacidade de viver até o fim de uma vida humana de comprimento normal; não morrer prematuramente, ou antes que a vida seja tão reduzida a ponto de não valer a pena.
Q2	Saúde Corporal	Capacidade de ter boa saúde, incluindo saúde reprodutiva; ser adequadamente nutrido; ter abrigo adequado.
Q3	Integridade Corporal	Capacidade de se mover livremente de um lugar para outro; estar seguro contra ataques violentos, incluindo agressão sexual e violência doméstica; ter oportunidades de satisfação sexual e de escolha em matéria de reprodução.
Q4	Sentidos, imaginação e pensamento	Capacidade de usar os sentidos, imaginar, pensar e raciocinar - e fazer essas coisas de um modo "verdadeiramente humano", um caminho informado e cultivado por uma educação adequada, incluindo, mas não limitado a alfabetização e formação matemática e científica básica. Ser capaz de usar a imaginação e o pensamento em conexão com a experiência e a produção de obras e eventos de sua própria escolha, religiosos, literários, musicais e

Quadro 20 – Capacidades essenciais (NUSSBAUM, 2003)

	<b>Capacidade</b>	<b>Questão</b>
		assim por diante. Ser capaz de usar a mente de uma maneira protegida por garantias de liberdade de expressão com respeito ao discurso político e artístico e liberdade de exercício religioso. Ser capaz de ter experiências prazerosas e evitar a dor não benéfica
Q5	Emoções	Ser capaz de ter apegos a coisas e pessoas fora de nós mesmos; amar aqueles que amam e cuidam de nós, lamentar sua ausência; em geral, amar, sofrer, sentir saudade, gratidão e raiva justificada. Não ter o desenvolvimento emocional arruinado pelo medo e pela ansiedade. (Apoiar essa capacidade significa apoiar formas de associação humana que podem ser mostradas como sendo cruciais em seu desenvolvimento.)
Q6	Razão Prática	Capacidade de formar uma concepção do bem e engajar-se na reflexão crítica sobre o planejamento da vida. (Isso implica proteção para a liberdade de consciência e observância religiosa.)
Q7	Afiliação	Capacidade de viver com e para com os outros, reconhecer e demonstrar preocupação por outros seres humanos, engajar-se em várias formas de interação social; ser capaz de imaginar a situação do outro. (Proteger esta capacidade significa proteger instituições que constituem e nutrem tais formas de afiliação, e proteger a liberdade de reunião e discurso político.) Ter as bases sociais de auto-respeito e não-humilhação; ser capaz de ser tratado como um ser digno cujo valor é igual ao dos outros. Isto implica disposições de não discriminação com base em raça, sexo, orientação sexual, etnia, casta, religião, nacionalidade.
Q8	Outras Espécies	Capacidade de viver com preocupação e em relação aos animais, plantas e ao mundo da natureza.
Q9	Divertir-se	Capacidade de rir, brincar, desfrutar de atividades recreativas.
Q10	Controle sobre o meio ambiente	Capacidade de participar efetivamente de escolhas políticas que governam a vida de uma pessoa; tendo o direito de participação política, proteções de liberdade de expressão e associação possuir bens (tanto terras como bens móveis), e ter direitos de propriedade em igualdade de condições com os outros; ter o direito de procurar emprego em condições de igualdade com os outros; ter a liberdade de busca e apreensão injustificadas. No trabalho, ser capaz de trabalhar como ser humano, exercitando a razão prática e estabelecendo relações significativas de reconhecimento mútuo com outros trabalhadores.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Nussbaum (2003).